



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INDÍGENA MAKUXI PELAS ONDAS DA FM  
MONTE RORAIMA (2003-2008)

Antonia Costa da Silva

MANAUS-AM  
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANTONIA COSTA DA SILVA

EDUCAÇÃO INDÍGENA MAKUXI PELAS ONDAS DA FM  
MONTE RORAIMA (2003-2008)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. José Silvério Baia Horta e co-orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora de Brito A. Pontes Freitas.

Ficha Catalográfica  
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)  
(Catalogação na fonte realizada pela Biblioteca Central – UFAM)

Silva, Antonia Costa da

C314d

Educação Indígena Makuxi pelas Ondas da FM Monte Roraima (2003-2008). Manaus: UFAM, 2009.

129 f.; c/ il.

Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.

Orientador: Prof. Dr. José Silvério Baia Horta.

1. Makuxi 2. Educação 3. Rádio 4. Indígena  
5. Comunicação 6. Educomunicação I. Horta, José Silvério Baia II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 371.1:331.106.29 (811.3)(043.3)

ANTONIA COSTA DA SILVA

EDUCAÇÃO INDÍGENA MAKUXI PELAS ONDAS DA FM  
MONTE RORAIMA (2003-2008)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. José Silvério Baia Horta e co-orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora de Brito A. Pontes Freitas.

Aprovado em 03 de agosto de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Silvério Baia Horta – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Helena Dias da Silva – Membro  
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Manoel Gomes dos Santos – Membro  
Universidade Federal de Roraima

## **DEDICATÓRIA**

*Aos Indígenas Makuxi, povo guerreiro que não desiste de dizer ao mundo: “Nós existimos”, especialmente ao colega de curso Celino Raposo.*

## *AGRADECIMENTOS*

*À Deus, Fonte da Vida, que nos inspira e nos guia em todos os passos;*

*Aos meus pais, Félix e Francisca, que, embora distantes fisicamente, sempre acreditam na minha luta em continuar os estudos;*

*Aos meus filhos, Alysson e Ayanara, e ao companheiro de todas as horas, Angelo;*

*À minha irmã, Maria da Conceição, exemplo de amor e dedicação ao próximo;*

*Ao professor Silvério Korta, verdadeiro educador e amigo acolhedor;*

*Aos meus irmãos: Marlene, José, Jonas e, de modo especial, a mana Maria da Conceição que, sem ela, acredito que eu não teria vencido nem a segunda etapa desse processo;*

*Ao meu sobrinho, Sandro Vitor, educador que eu admiro e que me deu forças para seguir;*

*Ao meu orientador, grande mestre Prof. Dr. José Silvério Baia Korta, muito obrigada. Obrigada pela paciência, companheirismo, dedicação, disponibilidade, estímulo e orientação, sem os quais este trabalho não teria sido possível;*

*À prof. Dra. Rosa Helena Dias da Silva, a Rosinha, exemplo de luta, alegria é que sempre nos acolheu com carinho, ao lado do seu eterno “Bem Silvério”;*

*À prof. Dra. Débora de Brito Albuquerque Pontes Freitas, co-orientadora que em poucos encontros deu-me rumos certos para seguir na trilha. Valeu pela contribuição!*

*Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM, principalmente aos que foram a Roraima (MUNTER): Armanda, Rosa Brito, Ana Alcídia, Valéria e Silvério;*

Aos professores da Banca Examinadora, obrigada pelas contribuições.

Aos colegas do MGNTER/Roraima: Celino, Gláubio, Ana Cláudia, Elizângela, Arlete, Cariane, Kátia, Áurea, Leo e Geo, e, especialmente, às amigas-irmãs de caminhada: Elenize, Sandra Gomes, Sandra Mara e Leuda. Os meses de convivência na mesma casa nos deixaram irmanadas. Espero que nossa amizade seja perpétua e que todas (os) não desistam de seus ideais;

Às professoras Lourdes Gomes e Socorro Alves, as primeiras pessoas que me incentivaram a fazer o mestrado, o meu eterno agradecimento;

Aos moradores e professores da Comunidade de Campo Alegre, principalmente ao luxaua Jadson, pelo acolhimento e pela convivência durante a pesquisa de campo;

Aos professores indígenas-locutores do programa “Vamos Aprender Makuxi”: Sobral, Reginaldo, Joice, Edwina, Sandra e Índia, que Deus abençoe sempre as suas vidas;

Ao padre Dr. Ronaldo Beaton MacDonell, missionário, amigo com quem se pode contar. Agradeço pelo carinho, empenho e força que me deu nesse processo de estudo. Tenho certeza de que nossa amizade será para sempre. Obrigada, amigo de Fé.

À Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, na pessoa da eterna companheira que está sempre presente na minha caminhada e exatamente nessa etapa, a Irmã Anselma Lima. Obrigada pela amizade;

À professora Ana Lúcia Sena Cavalcante, pelo incentivo e carinho, e, à sua família, de modo especial, pela contribuição de seu filho Didi;

Ao prof. Antonio Giocondi, pela dedicação e incentivo nos momentos mais difíceis;

Ao dom Roque, pela força e incentivo;

Ao dom Edson Damian, pela amizade, disponibilidade e carinho e por ajudar-me em busca das fontes dessa pesquisa;

*Aos meus colegas professores do curso de Comunicação Social da UFRR, pela contribuição em dividir as tarefas durante esse processo de mestrado;*

*Aos amigos (as) da Diretoria do SESP/UF/RR da Gestão "Novos Rumos": Elenize, Luiz Otávio, Paulo, Flávio, Marcelle, Áurea, Pétira, Wellington, Antonio Alves, que acreditam em um ensino de qualidade. É muito bom conviver com vocês no dia-a-dia da luta sindical;*

*Ao jornalista Greick Alves, amigo de qualquer hora;*

*Aos amigos da Fm Monte Roraima, em especial, ao jornalista André Vasconcelos e aos radialistas: Edilon Albino e Evandilson Alves. Obrigada pela força;*

*Ao Sr. Waldir Paixão, pela disponibilidade de conceder material importante para a realização deste trabalho.*

*Às minhas amigas: Eliúda, Sofia, Ádria, dona Maria e ao amigo Sol que sempre acolhem com muito carinho a minha família em Manaus. Obrigada!*

## RESUMO

A proposta da presente pesquisa foi estudar o uso do rádio no processo de educação indígena, através de um estudo de caso. Por ser um dos meios de comunicação de massa, que presta grandes serviços à sociedade através da informação e do entretenimento, o rádio tem se transformado ao longo de sua existência. Com o avanço tecnológico, nos dias atuais, a instalação e a recepção das ondas de rádio se tornaram acessíveis em todo o mundo. Ainda com o surgimento de outros meios de comunicação, como a Televisão e a Internet, o rádio não perdeu a sua característica principal: a capacidade de ser imediato na divulgação dos acontecimentos, sem a necessidade de envolver muitos equipamentos e recursos humanos. Pensando nestas e em outras vantagens, averiguamos a influência desse meio de comunicação na aprendizagem da língua Makuxi. No ano de 2003, a Diocese de Roraima adquiriu a concessão de uma Rádio Fm. Com a inauguração da emissora, os Povos Indígenas de Roraima ganharam espaço pela primeira vez para produzir e transmitir um programa que traz lições que ensinam a língua materna. O programa radiofônico tem a finalidade de oferecer aos indígenas oportunidade de revitalizar a língua e de ensiná-la aos seus filhos. Portanto, nos propomos a verificar de que forma o Programa "Vamos Aprender Makuxi" está possibilitando a revitalização dos valores étnicos e de cidadania dos indígenas da etnia Makuxi, além de saber de que forma a comunicação radiofônica é percebida e como repercute no processo educacional da língua materna Makuxi. Sendo assim, nos dispomos a analisar o impacto da mensagem radiofônica do programa "Vamos Aprender Makuxi" na comunidade indígena: Campo Alegre.

**PALAVRAS-CHAVE:** Makuxi. Educação. Rádio. Indígena. Comunicação. Educomunicação.

## RESUMEN

La propuesta de la investigación fue estudiar el uso de la radio en el proceso de educación indígena por medio de un estudio de caso. Por ser una herramienta de los medios de comunicación de masas, que presta grandes servicios a la sociedad a través de información y entretenimiento; El radio se ha transformado a lo largo de su existencia; Con El avance de la tecnología, en los días actuales la instalación así como la recepción de ondas de radio se ha tornado disponibles en todo el mundo. Con la aparición de otros medios de comunicación como la televisión y la Internet, la radio no perdió su principal característica: la capacidad de ser inmediata, por involucrar poca participación de los equipos y recursos humanos, que no requieren la uso de muchos servicios en la divulgación de los acontecimientos. Pensando en estas y otras ventajas, averiguamos la influencia de este medio de comunicación en la lengua makuxi. Em el año 2003 la Diócesis de Roraima adquirió la concesión de radio FM. Con La inauguración de la estación, los pueblos indígenas de Roraima ganaron por La primera vez espacio para producir y transmitir un programa que trae lecciones que enseñan del idioma materno. El programa de radio tiene la la finalidad de ofrecer a los indígenas, la oportunidad para revitalizar la el idioma y enseñar a sus hijos. Por lo tanto, proponemos a verificar de que forma el programa "Vamos a aprender Makuxi" esta posibilitando la reactivación de los valores étnicos y la ciudadanía indígena de la etnia makuxi. Además de saber de que forma la comunicación de la radio se percibe y como repercutí en el proceso educativo de la enseñanza del idioma makuxi. Por lo expuesto, decidimos examinar el impacto de los mensajes del programa de radio "Vamos a aprender Makuxi" en la comunidad indígena: Campo Alegre.

**PALABRAS-CLAVES:** Makuxi. Educación. Radio. la India. la Comunicación. Educomunicação.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Apirr – Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima  
ARIKOM – Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima  
Aptism – Associação Povos Terra Indígenas São Marcos  
AM – Amplitude Modelada  
Cimi – Conselho Indigenista Missionário  
CIR – Conselho Indígena de Roraima  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
FM – Frequência Modulada  
Funai – Fundação Nacional do Índio  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MEB – Movimento de Educação de Base  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
OMIRR – Organização das Mulheres Indígenas de Roraima  
OPIRR – Organização dos Professores Indígenas de Roraima  
Sodiurr – Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima  
Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental -TWM  
UFRR – Universidade Federal de Roraima

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>1 – O ESTADO DE RORAIMA: PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO</b> .....	22
1.1 – A população indígena em Roraima.....	23
1.2 – Relação Igreja Católica X Indígena.....	24
1.3 – Movimento e Organizações Indígenas.....	27
1.4 – A Terra Indígena Raposa Serra do Sol.....	30
1.5 – Encontro Nacional de Mutirão pela Amazônia.....	34
1.6 – Comunidade Indígena Campo Alegre.....	36
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2 – BREVE HISTÓRIA DO RÁDIO</b> .....	38
2.1 – Rádio no mundo.....	38
2.2 – Rádio no Brasil.....	39
2.3 – Rádio Educativa.....	42
2.4 – Rádio em Roraima.....	45
2.4.1 – FM Monte Roraima.....	45
2.4.1.1 – <i>Programa VAMOS APRENDER MAKUXI</i> .....	53
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	57
3.1 – Educação.....	59
3.1.1 – Educação escolar indígena.....	61
3.1.2 – Educação escolar indígena em Roraima.....	63
3.2 – Língua.....	66
3.2.1 – Línguas Indígenas no Brasil.....	66
3.3 – Educação através dos meios de comunicação.....	73
3.4 – Educomunicação.....	74
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>4 – PESQUISA DE CAMPO NA COMUNIDADE INDÍGENA CAMPO ALEGRE</b> .....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	100
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	103
<b>ANEXOS</b> .....	109

## INTRODUÇÃO

Para a elaboração desta pesquisa tivemos como referência o programa radiofônico “Vamos Aprender Makuxi”, na língua Makuxi “*Makusi pe esenupan painikon*”! O referido programa tem o objetivo de oferecer aos indígenas que moram na cidade de Boa Vista, no estado de Roraima, e também aos que moram nas malocas<sup>1</sup> próximas, uma oportunidade de revitalizar a língua.

O programa é transmitido pela Fm Monte Roraima, uma emissora educativa e cultural de Frequência Média, que atinge até 100 quilômetros de raio. A pesquisa de campo foi realizada na comunidade indígena Campo Alegre, localizada a 60 km de Boa Vista, onde o sinal da emissora chega com boa qualidade, razão pela qual essa comunidade, foi escolhida para o estudo. Outro motivo é que nela a maioria da população é do povo Makuxi.

Nesse estudo, propomos averiguar a influência de um meio de comunicação social dentro do processo de educação indígena, na aprendizagem da língua Makuxi. Apresentamos, a seguir, um breve esboço teórico e alternativas práticas que contribuíram para o desenvolvimento e concretização desta pesquisa.

Como trata-se de um instrumento dos meios de comunicação de massa, o qual presta grandes serviços à sociedade através da informação e do entretenimento, o rádio tem se transformado ao longo de sua existência. Com o avanço tecnológico, nos dias atuais, a instalação bem como a recepção das ondas de rádio se tornou acessível em todo o mundo, em comparação ao início na década de vinte, na qual havia aquecimento no transmissor e os aparelhos receptores eram muito caros. Ainda com o surgimento de outros meios de comunicação, como a Televisão e a Internet, o rádio não perdeu a sua característica principal: a

---

<sup>1</sup> Regionalmente o termo maloca é usado para designar aldeia.

capacidade de ser imediato na divulgação dos acontecimentos por envolver poucos equipamentos e recursos humanos.

No que concerne ao ouvinte, a recepção também envolve apenas um rádio a pilha que, não necessitando de uma conexão em uma rede elétrica, permite sintonizar uma emissora em qualquer lugar. Outra observação que caracteriza o rádio é o ato de que o ouvinte não precisa necessariamente deixar de realizar um trabalho, atividade doméstica, por exemplo, para ouvir uma programação radiofônica.

Sabemos que a concepção da recepção como lugar pressupõe uma nova postura do professor frente ao conhecimento. O modelo de professor que sabe tudo e de aluno como tábula rasa não se coaduna com o entendimento da recepção como espaço, como lugar novo, onde se pode rever e repensar o processo inteiro da comunicação. Assim, conforme Barbero (1995, p.39), recepção corresponde a “um lugar novo, onde podemos rever e pensar o processo de comunicação em nossos países, em nossas culturas e em nossa sociedade”.

Para Barbero, “a recepção é um espaço de interação, [...] um processo de negociação de sentido” (1995, p. 42), uma vez que a interação se faz com a própria mensagem, com os meios, com os atores sociais, com a sociedade. Nesta perspectiva, o receptor como sujeito, como lugar, implica seu reconhecimento como sujeito coletivo.

O significado da mensagem é, pois, não apenas as intenções do produtor, do emissor, do significado, ideológico ou não, presente na mensagem, mas é produzido nas relações sociais. A compreensão da recepção como lugar supõe entendê-la como produto de mediações sociais onde se inclui a heterogênea pluralidade de países, regiões, grupos sociais que possuem diferentes temporalidades quanto à raça, à etnia, ao gênero, às gerações. Implica, ainda, a aceitação da importância das culturas minoritárias, da pluralidade de vozes, da valorização da vida cotidiana.

Nos últimos trinta anos, em Roraima, o discurso contrário à reconquista de terras pelos povos indígenas tem sido acirrado. Enquanto isso, os indígenas lutam para manter as organizações tradicionais de cada povo. Até o ano de 2003, as estações de rádio do Estado eram de concessões ligadas ao governo e não há registro de que os povos indígenas tivessem espaço para discutir seus problemas e principalmente ensinar suas línguas maternas. As emissoras de Rádio de Boa Vista

destacavam apenas o discurso que favorecia aos interesses dos políticos e fazendeiros do Estado.

No entanto, no dia 08 de setembro de 2003, foi inaugurada a Rádio FM Monte Roraima, ligada à Diocese. Tendo como concessão “Educação e Cultura”, ela abre espaço para que os povos indígenas possam se expressar pela reconquista da Terra, por uma Educação Diferenciada, pela revitalização da Cultura. Portanto, na sua grade de programação, vem produzindo e apresentando programas educativos, específicos para os povos indígenas como: “TODOS OS POVOS”, “VAMOS APRENDER MAKUXI E WAPIXANA”, “NÓS EXISTIMOS” e outros, que incentivam a reflexões sobre a valorização das etnias existentes no Estado.

Além dos programas voltados especificamente para o público indígena, a emissora tem outros programas de notícias, entretenimento, musical e outros. Destacamos aqui como surgiu a idéia do objeto desta pesquisa: O programa “Vamos Aprender Makuxi”. Ele ia ao ar quinze minutos antes de começar o programa “Monte Roraima Show”<sup>2</sup>. Enquanto o programa indígena estava no ar, estávamos nos preparando para logo em seguida iniciarmos o nosso e, diversas vezes, o telefone da emissora tocava. Eram ligações de pessoas interessadas e curiosas pelas lições, como se pode observar em frases como estas proferidas por algumas delas: “Nossa! Existe mesmo pessoas que ainda falam essa língua? Como faço para adquirir a apostila?” “Escuta, essa língua é difícil, heim!”. Mas, nem sempre as ligações eram de curiosos ou interessados; várias eram discriminatórias e até de xingamentos, tais como: “Não existe essa língua, isso é invenção da Igreja Católica que tem interesses particulares”. “Tirem esse programa do ar, não existe índio legítimo em Roraima, o que se tem aqui é caboclo e caboclo preguiçoso”. “Quem inventou esse programa, não tem o que fazer? Coloca música e não esses bestas falando”. E outros xingamentos, que até nos envergonhamos de descrevê-los.

A Rádio foi inaugurada no ano de 2003, quase dois anos antes da Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol,<sup>3</sup> e o programa “Vamos Aprender Makuxi” mexeu com a população, tanto com os que apóiam os Povos Indígenas, com os contrários à existência e à reconquista da posse da Terra

---

<sup>2</sup> Programa era produzido e apresentado por mim (pesquisadora), de segunda à sexta-feira das 10 às 12hs.

<sup>3</sup> O presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o decreto de homologação no dia 15/04/2005.

tradicionalmente habitada pelos Wapixana, Ingaricó, Patamona e, principalmente, pela maioria da etnia Makuxi.

Então, o nosso interesse começou ainda em novembro de 2004, logo que o programa foi ao ar. Percebemos que o assunto é inédito no Brasil, não temos conhecimento de programa radiofônico que ensine a língua indígena. Com isso, propusemos um anteprojeto voltado para esse tema durante o processo de seleção do mestrado. Em momento algum tivemos dúvida ou pretensão de trocar o tema. Isso por acreditarmos no que Marshal (1998) diz: “Cada língua materna ensina aos seus usuários um certo modo de ver e sentir o mundo e, que é único”. E com certeza, a educação não está presa, não se aprende apenas na escola, mas a cada instante, conforme Brandão, se pode observar no texto a seguir:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na Igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela, para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para fazer, ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (p.7).

Desta forma, vale ressaltar Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), pioneiro do radialismo brasileiro, ele acreditava que “o rádio é a escola dos que não têm escola”. De fato, o rádio ainda hoje é uma das fontes de informação nas regiões mais distantes e tem um forte poder de transmitir conhecimento, até pela sua facilidade de acesso, de forma que esse meio de comunicação de massa tem contribuído bastante com a educação de nosso país. Exemplo como o de, “Roquette Pinto” devem ser seguidos, oferecendo, assim, para as Rádios-educativas e comunitárias como verdadeiras porta-vozes das maiorias enquanto quantidade como pessoas, no entanto, ainda minorias na questão de poder decisório.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. Antes do primeiro, temos a introdução na qual justificamos o tema, expomos a trajetória da pesquisa e da pesquisadora e, por fim, tecemos as considerações finais.

O primeiro capítulo traz um breve histórico do Estado de Roraima, como também aborda a questão indígena desde a colonização, sobretudo, o fortalecimento dos povos Indígenas a partir das suas organizações no período de 1970 até os dias atuais, destacando primordialmente o papel da Igreja Católica nesse processo, e finalizando com um breve histórico da formação da comunidade indígena de Campo Alegre, a qual é assunto do nosso último capítulo.

O segundo capítulo contextualiza a história do rádio no mundo, no Brasil e em Roraima. Damos ênfase ao surgimento do rádio educativo, o processo da criação da Fm Monte Roraima e um pouco da estruturação do programa radiofônico “Vamos Aprender Makuxi”.

No terceiro capítulo, apresentamos conceitos relevantes para este trabalho. Entre eles, priorizamos a questão da cultura, identidade, língua, educação, comunicação e educomunicação.

O quarto capítulo sistematiza e analisa os dados de nossa pesquisa de campo. Com isso, cremos que abrimos uma discussão mais ampla para saber os reais motivos que levam os Makuxi a ter interesse em cultivar, revitalizar a sua tradição através da língua.

As Considerações Finais trazem uma abordagem reflexiva sobre os desafios que os Povos Indígenas, principalmente os da etnia Makuxi, terão pela frente para revitalizar de fato a sua língua materna que ainda é bastante viva, conservada pelos mais idosos e que, em pleno século XXI, as crianças também se interessam em aprendê-la e sobretudo, há uma conquista política desse povo que ainda acredita no seu fortalecimento via organizações e uma educação diferenciada.

## **Trajetória da Pesquisa**

Inicialmente a nossa proposta de pesquisa de campo era para ser realizada nas comunidades indígenas: Taba Lascada, Canauanimi e Malacacheta. Assim estava proposto no esboço do projeto de pesquisa apresentado durante a fase de seleção para ingresso no mestrado. Na fase da entrevista, a comissão da seleção nos aconselhou a delimitar o tema e conseqüentemente fechar a pesquisa de campo em apenas uma comunidade devido ao curto tempo para um mestrado. Aceitamos a proposta de repensar qual seria a comunidade escolhida e, ao iniciar as aulas teóricas, tivemos a graça de ter em nosso meio um colega da etnia Makuxi, Celino Raposo. Logo nas primeiras aulas começamos a dialogar sobre a nossa proposta de pesquisa, mas somente em Manaus quando a turma do MINTER<sup>4</sup> foi cursar as disciplinas na sede da UFAM, aumentou a nossa proximidade, nosso diálogo. Nunca esqueceremos que, ao sair para almoçar com Celino no restaurante Universitário, o famoso (RU), Celino começou a falar de sua vida pessoal na comunidade de sua

---

<sup>4</sup> Mestrado Interinstitucional em Educação, uma parceria entre a UFAM/UFRR/IFET-RR.

origem, Raposa, nos relatou que parte de sua família mora na comunidade de Campo Alegre e logo questionou e sugeriu: “Por que não fazer a pesquisa de campo em Campo Alegre? Lá, sim, tem Macuki, pois a comunidade é habitada mais pelo meu povo”.

Acreditamos no colega e prometemos visitar a comunidade logo quando retornássemos à Boa Vista. A sugestão de mudança de lugar tinha sentido, pois, nas comunidades que havíamos apontado para ser o local de pesquisa, há uma presença maior de habitantes da etnia Wapixana e não de Makuxi. Assim, seguindo o conselho de quem conhece por fazer parte da própria história, na disciplina de “Seminário”<sup>5</sup> apresentamos o projeto com a troca de localidade. Retiramos as três comunidades pensadas anteriormente e citamos Campo Alegre, “um salto no escuro”, mas ao mesmo tempo crentes de que tudo daria certo, afinal, se dependesse do que já estávamos experimentando na partilha de conhecimento com o colega Celino, o salto seria certo.

Ao retornamos de Manaus, depois de uma nova experiência, leituras e término das disciplinas obrigatórias do curso, visitamos a comunidade Campo Alegre, para sondar a possibilidade da pesquisa de campo. Celino Raposo havia orientado que ao chegarmos à comunidade, deveríamos procurar a casa do seu irmão, Moisés, diretor da escola<sup>6</sup>. Em nossa chegada fomos recebidos pela esposa de Moisés, Claudete, que logo declarou ser ouvinte assídua do programa “Vamos Aprender Makuxi”. E como é de costume, visita, ao chegar em comunidade indígena, deve ser conduzida logo à casa do tuxaua<sup>7</sup> e Claudete fez esse ofício. O tuxaua Jadson nos acolheu e nos comunicou que, de fato, estávamos na comunidade certa, pois ele, seus parentes eram ouvintes do programa e ainda lamentou que na época o programa estivesse fora do ar. E, de fato, o programa estava fora do ar há quase um ano. Porém, tínhamos feito contato com o diretor da emissora e o assessor lingüístico, padre Ronaldo, e havia uma promessa de que logo, logo o programa voltaria e de fato, no mês de maio, começamos a acompanhar a produção e gravação do programa. Os professores indígenas com ajuda do assessor lingüístico, padre Ronaldo, numa sala do prédio da Prelazia, escreviam e treinavam as lições.

---

<sup>5</sup> Disciplina ofertada no curso de Mestrado

<sup>6</sup> Representa uma autoridade na comunidade.

<sup>7</sup> O termo tuxaua significa a maior liderança do grupo, da comunidade, o mesmo que cacique. Usaremos muitas vezes esse termo durante a dissertação.

Posteriormente, acompanhamos as gravações das lições realizadas no estúdio da Fm Monte Roraima (podemos verificar nos anexos fotos).

Na “Qualificação”<sup>8</sup> estava definido que a comunidade de pesquisa de campo era mesmo Campo Alegre. Havia uma promessa que o programa voltaria ao ar no mês de julho; as lições todas gravadas, editadas, mas veio um novo obstáculo: Ano eleitoral e segundo o diretor da Rádio, a grade estava lotada, não tinha mais horário vago devido o horário gratuito para as propagandas eleitorais e foi logo definido: O programa só voltaria em outubro de 2008, depois das eleições municipais. Mas para não perder o pique, retornamos na comunidade no mês de Julho, dia 12. Uma nova paisagem nos aguardava. Rio Uiraricoera cheio, tudo verde. Uma visita rápida. O tuxaua Jadson e a professora Claudete não estavam em suas casas, tinham ido à Boa Vista. Porém, conversamos com algumas pessoas e até anunciamos nosso retorno para o mês de agosto. Durante a travessia fomos informados que em breve a balsa iria ficar parada, o rio estava transbordando e não teve outra alternativa a não ser esperar... Esperar o tempo passar e alimentar a esperança que logo, logo poderíamos retomar as nossas visitas.

Enquanto isso, continuamos com as leituras, aproveitamos para começar as nossas entrevistas com pe. Ronaldo e os professores que produzem e apresentam o programa.

Pudemos retornar à comunidade Campo Alegre, dia 20 de setembro. No nosso encontro o tuxaua revelou que pensava que tínhamos desistido da pesquisa. Explicamos a situação e também lembramos que não dava para atravessar na balsa, e, após as justificativas, fizemos uma agenda de visitas. Voltaríamos dia 06 de outubro, quando o programa voltaria ao ar. No entanto, houve mudança no horário. A direção disse que a Rádio só podia oferecer o horário das 22 horas. Novamente nos preocupamos e tivemos medo de nossa proposta não ser realizada. Até porque ficou complicado, como chegar às casas em um horário tão tarde. É comum os indígenas dormirem ou pelo menos se recolherem cedo. Chegamos até a conversar com o tuxaua e ele concordou que era um horário difícil e sugeriu “por que não grava o programa e a gente coloca depois para ouvir?” Ao retornar para Boa Vista, ligamos para o professor Horta que estava em Manaus e apresentamos a proposta sugerida pelo tuxaua. O mesmo logo questionou: “Assim, muda a

---

<sup>8</sup> Exame de Qualificação para iniciar a pesquisa. Foi realizado no dia 30/06/2008.

proposta!” Realmente, nada melhor do que a gente continuar realizando o que nos propomos, a observar como eles recebem o programa. Ligamos para o padre Ronaldo e ele disse: “É uma situação complicada, esse novo horário.” Mas como nada é impossível, optamos pelo diálogo. Conversamos com o diretor de programação da Fm Monte Roraima, o jornalista André Vasconcelos, expomos a dificuldade do horário e ele entendeu a situação e fez a proposta de repetir a lição aos sábados às 6h15 da manhã. Um horário maravilhoso, os indígenas dormem cedo, mas cedinho já estão na lida. Com isso, houve alteração na nossa agenda. Ao invés de irmos de Boa Vista à comunidade nas segundas-feiras, pernoitar e retornar só na terça-feira, as viagens mudaram para as tardes de sexta-feiras e retorno nas manhãs de sábado.

A pesquisa se desenvolveu em uma abordagem qualitativa, que compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visa descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significado, conforme destaca Minayo:

[...] Ela (pesquisa) trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, p. 21-22).

E, ao trilharmos o percurso da pesquisa qualitativa, a intenção- a meta - de exercitar um diálogo fundamenta-se no reconhecimento de que “o processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 51).

Na investigação utilizamos as fontes primárias principalmente os documentos que a Diocese possui sobre a criação da Fm Monte Roraima, e realizamos entrevistas com os professores indígenas que realizam o programa, com o idealizador, e com os moradores da comunidade de Campo Alegre. Segundo Gaskell:

O primeiro ponto de partida é o pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram. Assume-se que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial. O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2004, p.65).

De acordo com Gaskell (2004, p.68) para a seleção dos entrevistados, deve-se considerar que “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas”, como se faz ao estabelecer amostras probabilísticas na pesquisa quantitativa; “mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”, de molde a delinear o que é relevante para sujeitos de determinados meios sociais.

## **CAPÍTULO 1**

### **1 – O ESTADO DE RORAIMA: PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO**

Sabemos que o Estado de Roraima possui uma história muito recente. Conforme Aimberê Freitas (1997) a história da ocupação pelos não-índios desta área não tem mais do que 250 anos. Aproximadamente após quase três séculos da colonização portuguesa e após o extermínio de milhares de indígenas, Portugal realiza a construção do Forte São Joaquim e marca presença na região.

O Forte São Joaquim foi construído à margem do rio Tacutu próximo à junção com o rio Uraricoera. A confluência destes dois rios foi que originou o rio Branco, principal rio do Estado que desboca no Rio Negro no Amazonas. Freitas relata que, para os portugueses, defender e proteger o rio Branco significa formar uma barreira contra as invasões ao Vale Amazônico. Com isso, o surgimento do Forte São Joaquim, por volta de 1775, acelerou a colonização através dos aldeamentos indígenas. Nessa época, o comandante do Forte era quem governava o território e dele emanava as ordens de colonização a serem cumpridas.

Os primeiros aldeamentos a serem registrados foram os de Nossa Senhora do Carmo, no rio Branco, onde hoje é a cidade de Boa Vista, capital do Estado; Nossa Senhora da Conceição, no rio Uraricoera; São Felipe, no rio Tacutu; Santa Bárbara e Santa Isabel, ambas no baixo rio Branco. Freitas destaca que estes povoados, compostos por indígenas, viviam sob regras que incluíam trabalho escravo e esta situação ocasionou a grande revolta destas colônias que se dispersaram e se reorganizaram alguns anos depois.

Em 1789, o coronel Lobo D'Almada já havia introduzido a criação de gado nos campos do Rio Branco. O Forte de São Joaquim entrou em decadência na segunda metade do século XIX. Dos povoados antigos, só o de Nossa Senhora do Carmo permaneceu, dando origem ao município de Boa Vista do rio Branco, criado em 1890 e pertencente ao Estado do Amazonas.

No ano de 1946, Cândido Pena Rocha, prefeito da cidade de Boa Vista, impossibilitou o registro da história do município de Boa Vista do rio Branco. O prefeito “num gesto de pura infelicidade mandou queimar todo o arquivo da Prefeitura de Boa Vista” (FREITAS, 1997 p.107). O historiador Freitas comenta que esta atitude do prefeito abriu uma lacuna no registro de Roraima entre os anos de 1892 a 1943.

No ano de 1943, por meio do Decreto Lei nº 5812, foi criado o Território Federal do Rio Branco, que, em 1962, recebe o nome de Roraima. Com a criação do território, o município de Boa Vista deixou de fazer parte do Estado do Amazonas e o Governo Federal passou a administrá-lo.

O nome do estado de Roraima origina-se das palavras *roro*, *rora*, que significa verde, e *ímã*, que quer dizer serra, monte, no idioma indígena ianomâmi, formando serra verde, que reflete o tipo de paisagem natural encontrada na região.

Em 1988, com a promulgação do artigo 14 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira, após um período de transição que se estendeu de 05 de outubro de 1988 a 31 de dezembro de 1990, Roraima passou de fato a Estado.

Segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2008), atualmente, Roraima possui quinze municípios numa área territorial de 224.298.980 quilômetros quadrados, com uma população estimada em 391.317 habitantes, e faz fronteira com os estados do Amazonas e Pará, e, ainda, com os países da Venezuela e da República Cooperativista da Guiana.

## **1.1 – A população indígena em Roraima**

A população indígena em Roraima soma aproximadamente 40 mil pessoas. A etnia mais numerosa, segundo dados do Instituto Socioambiental é a Makuxi com aproximadamente 17 mil habitantes. Também estão presentes no estado os índios Wapixana com 6.500, Ingarikó, com 675; Taurepang, com 532; e Patamona, com 50

habitantes. E, abaixo da linha do Equador, na área de Floresta Amazônica, Roraima e Amazonas, vivem os Wamiri Atroari, com 798; e, no sentido Oeste, os ianomâmi, com 11.700 e Yekuana com 462 habitantes.

Desde o século XVII, o território dos Makuxi vem sendo invadido e sua cultura sendo transformada por causa do contato com os não índios. Essa realidade é vivenciada por outras etnias em Roraima e no mundo. Segundo Semprini:

Descobrimos que a presença indígena, diminuída ou mesmo apagada pela cultura oficial e pelos livros de história, está estreitamente inserida na história americana, tanto mais porque os processos de mestiçagem, sobretudo no século XVII, contribuíram para a mistura de sangue e transformaram o índio num componente fundamental da raça americana (SEMPRINI, 1999, p.14).

## 1.2 – Relação Igreja Católica X Indígena

Segundo Freitas desde a descoberta do rio Branco, houve um inter-relacionamento íntimo entre a Igreja católica e os índios. Mas ele lembra ainda que esse relacionamento inicial não nasceu por acaso, veio como consequência da legislação indigenista, ditada pelos portugueses, conforme se pode observar no fragmento

Os índios eram obrigados a aceitar a pregação do evangelho pelos religiosos. Caso não aceitassem, isto, por si só, já era motivo para uma guerra justa, ou seja, podiam ser aprisionados e escravizados. Os índios tinham suas crenças e rituais que eram seguidos há muitos séculos nessa região [...] Os missionários religiosos tinham por objetivo aldear os índios para ali pregar o evangelho (FREITAS, 1996 p.132/133).

Neto (2000) diz que os povos indígenas da bacia do rio Branco tiveram contato com os missionários a partir do século XIX, quando carmelitas e jesuítas estiveram juntos nas tropas de resgate e coletas das drogas do sertão:

Os carmelitas como capelães do forte São Joaquim, fundam aldeamentos, mas sem grandes sucessos. A população indígena passa a ser “atendida”, via fazenda pela paróquia do Carmo de Boa Vista. A expansão da constante relacional, o gado, conduziu ao extermínio físico de grande parte das populações indígenas do alto rio Branco. A ocupação de suas terras foi determinando o processo de etnocídio dos grupos sobreviventes do genocídio e confinando os mesmos ao estágio da cidadania de caboclos (NETO, 2000, p.75).

A chegada dos monges beneditinos em 1909 é outro marco entre a missão da Igreja católica frente à realidade: índios e fazendeiros. Assim descreve Neto (2000):

O sonho da missão se torna real, os monges chegam a Boa Vista e iniciam as visitas aos índios. Por causa destas viagens às malocas, as relações com os fazendeiros se deterioraram, chegando mesmo à violência e a expulsão dos religiosos de Boa Vista. Fundam uma missão no meio das três maiores tribos do alto rio Branco, Makuxi, Wapixana e Taurepang. A missão traz à tona a questão da terra e da mão-de-obra indígena, que será o grande desafio para a presença missionária as ditas paragens (Idem, p.79).

Segundo Neto (2000), a missão beneditina experimentou a pluralidade cultural da bacia do rio Branco e denunciou de certa forma o poder monocultural da fazenda. Embora a missão tenha experimentado constantes ameaças e falta de pessoal e até recursos, Dom Alcuíno e os demais monges inauguraram uma solidária presença no meio dos indígenas. Porém, esse autor chama a atenção para as práticas missionárias da atualidade.

Os impasses e dilemas frente às práticas cristãs-civilizadoras, denota a ambivalência da missão. De um lado encontramos a experiência da missão de Surumú, d. Alcuíno e outros no estudo das línguas e no resgate dos mitos e lendas indígenas, fatos que aponta para a afirmação da cultura, da alteridade. De outro, com o etnocentrismo católico, destruidor dos pajés, de ingerência nas famílias matrilocais e nas malocas grandes, do ensejo civilizador, e do incremento do gado, causando dissolução das alteridades indígenas. Essas ambigüidades tão contraditórias, devem servir de chamada de atenção e advertência para uma leitura de nossas atuais práticas (Idem, p.144).

A Revista Missões On-line , edição de julho de 2003, editou uma matéria contando como foi a chegada dos Missionários da Consolata para a nova Missão no Território Federal do Rio Branco. A matéria afirma que em 14 de junho de 1948 chegou o primeiro grupo do Instituto dos Missionários da Consolata em Boa Vista para substituir os missionários da Ordem Beneditina. Na época a população, em média de 27 mil habitantes, ela constituída por não-índios cuja maioria a maioria na capital Boa Vista; por índios do “lavrado” espalhados em pequenos centros e fazendas a serviço dos fazendeiros; e por índios da floresta, subdivididos em vários grupos que viviam em contextos sociais e culturais próprios. Relatos como que segue revelam a situação de contato no Território:

O Território Federal do Rio Branco, que fora desde sempre terra incontestada dos índios, no começo dos anos 50 (1950) apresentava-se como propriedade quase exclusiva dos brancos, que aí organizaram extensas fazendas, nas quais os índios eram obrigados a viver como ocupantes abusivos. O desafio desta missão tornou-se ainda mais evidente no contato com os povos indígenas (REVISTA MISSÕES ON-LINE, Ed. 07/2003).

No ano 2009 a Diocese de Roraima comemorou 100 anos de sua existência. Foi uma ocasião em que foi lembrado todo o processo histórico da caminhada da Igreja em uma “terra de missões”, com momentos em que a Igreja esteve ao lado dos indígenas, atuando na forma de aldeamento e, posteriormente, na luta pela “libertação” desses povos, sobretudo na reconquista de suas terras tradicionalmente ocupadas pelas várias etnias.

Durante os 100 anos, oito bispos comandaram os rumos da evangelização de Roraima. Três foram os bispos beneditinos, Dom Gerrardo Van Celeon (1914-1917); Dom Pedro Ergrather (1921-1929); Dom Lorenzo Zeller (1943-1944) e três missionários da Consolata, Dom José Nepote, sucedido em 1965 por Dom Servílio Conti e enfim em 1975 Dom Aldo Mongiano, sendo que em 1979, a então Prelazia do Rio Branco foi elevada a Diocese, a partir daí, fica com o nome de Diocese de Roraima. No ano de 1996, foi nomeado sétimo bispo: Dom José Aparecido Dias, missionário do verbo Divino. Após seu falecimento, pela primeira vez, assume a Diocese um padre diocesano, Dom Roque Paloschi, sagrado bispo de Roraima no dia 17 de junho de 2005.

Nesse processo, todos os Bispos, sejam de Ordens Religiosas ou do Clero, tiveram um papel especial de preferência opcional pelos povos Indígenas. Uns com o carisma de levar apenas os sacramentos como forma de estar junto deles em suas malocas, outros com posicionamentos mais firmes na reconquista da terra, como foi o caso dos três últimos: dom Algo Mongiano, Dom Aparecido Dias e atualmente dom Roque. Isso se torna mais evidente após a transformação da própria Igreja Católica com grandes acontecimentos, como o Concílio Vaticano II, e Conferências Latino-americanas, como Medellin (1968) e Puebla (1979).

Neto (2000), reconhece a importância da Igreja de Roraima ter feito a opção preferencial pelos povos indígenas, assumida nos anos de 1970. E é exatamente nesse período que surgem os grandes movimentos e organizações indígenas no

Brasil, inclusive em Roraima. Esses movimentos estão imbricados com a própria missão evangelizadora da Igreja Católica.

### 1.3 – Movimento e Organizações Indígenas

Mata (2005), relata que, desde o início da década de 1970, começaram timidamente a surgir formas novas de organização indígena (que não a tradicional de cada povo). Esse processo de conscientização e enfrentamento organizado teve impulso com a realização da Primeira Assembléia dos Chefes Indígenas, que aconteceu em Diamantino, no Mato Grosso, em abril de 1974. Foram acontecendo assembléias nacionais e regionais de forma rápida, inicialmente com maior intensidade na região Amazônica. Na década seguinte, multiplicaram-se as organizações por povos, regiões, atividades (professores, agentes de saúde, estudantes), gênero, organizações de mulheres, por funções sociais, organização de caciques em um processo que teve seu ponto alto e estímulo nas conquistas obtidas na Constituição de 1988. Exemplo disso foram as demarcações e homologações, ou seja, o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas.

Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário-Cimi, existem 841 terras indígenas no Brasil, dentre essas, 500 estão localizadas na Amazônia Legal. Desse total, 231, ou seja, 46% concluíram o procedimento demarcatório com registro no Departamento do Patrimônio da União e nos Cartórios de Registro de Imóveis dos Municípios onde estão localizadas.

Criado em 1972, o Cimi é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos Indígenas, como se pode observar no trecho.

quando o estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva. O Cimi procurou favorecer a articulação entre as aldeias e povos, promovendo as grandes assembléias, nas quais se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural (MATA, 2005. p. 46).

Os princípios que fundamentam a ação do Cimi são: o respeito a alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica e a valorização dos

conhecimentos tradicionais do povos indígenas; o protagonismo dos povos indígenas sendo o Cimi um aliado nas lutas pela garantia dos direitos históricos; a opção ao compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural.

Nesse propósito de aglutinar forças, em 26 de abril de 1977, a comunidade Maturuca, situada na terra indígena Raposa Serra do Sol, assumiu o compromisso de dizer “não à bebida alcoólica e sim à comunidade”. A decisão ficou conhecida como “Ou vai, ou racha” e é um marco histórico da luta e organização do movimento indígena no estado de Roraima com o apoio dos missionários católicos.

Todo o histórico da criação do Conselho Indígena de Roraima-CIR está relatado hoje no site da própria entidade. Na janela “Quem somos” conta-se que a decisão de 1977 mudou a trajetória de extermínio premeditada para os índios de Roraima:

Foi um levante contra a usurpação das terras pelos fazendeiros criadores de gado e a destruição das matas e rios pelos garimpos ilegais, que também levaram bebida alcoólica e prostituição. Em meados da década de 70, poucos acreditavam que era possível reverter o quadro marginal ao qual estavam submetidos os povos indígenas. Com vergonha de falar a língua materna, sem terra para plantar e trabalhando como peões nas fazendas e garimpos, o futuro só poderia ser de morte. ([www.cir.org.br](http://www.cir.org.br). Acessado em: 19/01/2009).

Na apresentação ainda se diz que após várias reuniões comunitárias, as lideranças indígenas concluíram que sem terra não podiam viver e com uma diferença: a terra onde sempre viveram estava ocupada pelo gado do fazendeiro e para recuperar a terra perdida e ter condições de sobrevivência na luta tiveram o apoio da Diocese que fez campanhas internacionais com o seguinte lema: “uma vaca para o índio”. E foi com esse projeto inovador, “Projeto do gado”, que as comunidades começaram ter suas “independências financeiras”. Após várias discussões comunitárias em torno do projeto do gado, o tuxaua assumia o compromisso de defender a terra e lutar contra a bebida alcoólica. A união entre os tuxauas deu origem ao Conselho Regional das Serras, criado em 1980. Depois foram criados os conselhos regionais da Raposa, Surumu, Baixo Cotingo, Amajari, Serra da Lua, Taiano e São Marcos.

E foi com o fortalecimento dos conselhos de base que nasceu o CIR. Em 1987, é registrado com o nome de Conselho Indígena do Território Federal de

Roraima-Cinter e, com a promulgação do Estado, em 1990, passou a ser denominado Conselho Indígena de Roraima-CIR. Hoje o CIR aglutina forças em defesa dos direitos dos povos indígenas de Roraima em parceria com outras entidades indígenas também criadas no Estado, como Instituições Federais e até Internacionais. Porém, há outros movimentos criados paralelamente com fins opostos ou parceiros dessa luta.

Destacaremos os principais e registramos a existências de outros. No ano de 1987 um grupo de liderança decidiu separar-se do Cinter. Foram ao Rio de Janeiro, onde fundaram e registraram, com ajuda de funcionários da Funai, do Museu do Índio, uma nova organização: a Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima-Apirr. Segundo Repetto (2008), o grupo, ao retornar a Boa Vista, procurou apoio nas comunidades, teve a adesão, principalmente das comunidades localizadas na área de São Marcos. Na época, o grupo alegava que o CIR estava mais preocupado com os problemas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

No ano de 1993, parte das lideranças rompem com o governo do Estado, na época governado por Ottomar Pinto. Porém, algumas lideranças continuaram com o apoio do então governador e, no mesmo ano, a qual é criada a Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima-Sodiurr, até hoje é uma entidade que se opõe a maneira como foram as demarcações das terras. Inclusive, defende a permanência dos produtores de arroz na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, é favorável à homologação em forma de “ilhas”.

Existe outra entidade conhecida pela sua luta em defesa da educação específica e diferenciada, que tem como objetivos atuais: apoiar as escolas indígenas, a autonomia econômica e social, como a defesa das línguas indígenas, promovendo uma educação intercultural e bilíngue. Trata-se da Organização dos Professores Indígenas de Roraima-Opirr, criada em 1990, porém, a sua legalização só ocorreu em 1998.

As mulheres indígenas de Roraima também fazem parte das lutas e conquistas. Na Igreja como catequistas, como artesãs, elas marcam presença sempre, inclusive nas grandes assembléias de tuxauas; no combate à bebida alcoólica e no fortalecimento da participação nas lutas. Depois de muitas reuniões e discussões, foi oficializada a criação da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima-Omirr durante a 1ª Assembléia Geral Estadual das Mulheres Indígenas de Roraima, realizada no período de 28 a 30 de novembro de 1999, na maloca Três

Corações, na região do Amajari. Conforme o Artigo 1º do Capítulo I do Estatuto da Omirr, ela é uma entidade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, com prazo de funcionamento indeterminado.

Entre outras entidades, citamos a Associação Povos da Terra Indígena de São Marcos-Aptism, criada em 2006 para cuidar das questões relacionadas com o programa da Eletronorte responsável pela linha de energia Venezuela-Brasil. Em 1996 surge também a Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental-TWM, com o objetivo de cuidar da questão ambiental, sobretudo, trabalhar uma fazenda com possibilidade de criar um patrimônio próprio. Em 1991 há registro de outra Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima, ARIKOM, que faz duras críticas à ação indigenista da Igreja Católica e luta por projetos agropecuários, extrativismo, artesanato e sua comercialização.

Uma grande conquista, fruto da luta das Organizações Indígenas, foi a implantação do curso superior Intercultural, da Universidade Federal de Roraima, UFRR. Além do curso Intercultural está sendo elaborado um novo curso de Gestão Territorial Indígena. Iremos incluir esse assunto no próximo capítulo.

Vários fatores têm contribuído para o grande fluxo de indígenas na cidade de Boa Vista. Para ajudar na solução dos problemas que surgem foi criada, em 2005, pelos próprios indígenas, a Organização dos Indígenas da Cidade-Odic. Atualmente conta com a participação de 500 índios que participam das reuniões semanais, a Organização atua basicamente na formação política e social dos associados no intuito de promover a cidadania, cultura e garantir os direitos.

Lembramos, também, o surgimento do Movimento Social Nós Existimos que iniciou como uma Campanha Nós Existimos, resultado do Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no mês de janeiro de 2003 e posteriormente se transformou em um Movimento Social de fato, objetivando reunir trabalhadores urbanos, rurais e Indígenas na luta contra a exclusão social.

#### **1.4 – A Terra Indígena Raposa Serra do Sol**

Nas lutas pelo direito da terra, a Raposa Serra do Sol chamou a atenção do Brasil e do mundo. Tal processo culminou com o Decreto de 15 de abril de 2005 quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a homologação em forma contínua. Na época, o Cimi Norte I reconheceu que esse foi um dos passos mais

significativo para assegurar o futuro dos povos Makuxi, Wapixana, Ingaricó, Taurepang e Patamona.

Que bom que podemos, finalmente, celebrar junto com os povos makuxi, wapichana, ingaricó, taurepang e patamona essa vitória e confirmar o lema do V Encontro Continental de Teologia Índia que vai acontecer em Manaus em 2006. A força dos pequenos, vida para o mundo (CIMI Norte I, 28 de abril de 2005).

Naquela época quem estava na coordenação do CIR era Marinaldo Makuxi que considera a homologação uma grande vitória, pois o decreto atendia todas as reivindicações dos quase 17 mil indígenas da região. “Vamos viver com mais dignidade na terra que é nossa” (CIMI NORTE I, 28 de abril de 2005).

Durante a solenidade de assinatura do decreto, o Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos declarou “esse é um grande momento do governo”. Isto parecia colocar um fim no conflito que durava mais de trinta anos entre índios e fazendeiros, plantadores de arroz e garimpeiros.

O decreto garante 1.743.089 hectares de Terra para 164 comunidades indígenas. Determina também que ficam excluídas da área, a sede do município de Uiramutã, o 6º Pelotão Especial de Fronteiras, as linhas de transmissão de energia elétrica e os leitos das rodovias públicas federais e estaduais. Porém, o governo anunciou pacote de compensações, inclusive transferências de terras da União para o Estado, fato concretizado no mês de janeiro de 2009. Porém, só no mês de maio foi iniciado esse processo.

No entanto, a homologação em forma contínua gerou inúmeros protestos por parte da sociedade roraimense contrária aos direitos indígenas, entre eles, o governo estadual, na época, governado por Ottomar de Souza Pinto (PTB) que decretou luto oficial de sete dias em todo o estado devido a esse reconhecimento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Grandes protestos ocorreram pelo centro da cidade de Boa Vista, como se pode observar no relato a seguir:

Durante toda tarde de sábado produtores de arroz e políticos ocuparam emissoras de rádio para protestar contra a decisão do presidente e para chamar a população para uma manifestação na praça central de Boa Vista. Domingo à noite, o monumento do Garimpeiro, em frente ao Palácio do Governo, mais lembrava as imagens dos santos em dia de festa. Centenas de velas foram acesas em torno da estátua e foi anunciada uma vigília constante, após o presidente Lula voltar atrás na homologação contínua ([www.cir.org.br](http://www.cir.org.br)).

Com o intuito de evitar possíveis confrontos e garantir a segurança no Estado, o Governo Federal enviou uma Força-tarefa com nome Upatakon que significa “nossa terra”, na língua Makuxi. Esta Força-tarefa reunia centenas de policiais federais e rodoviários federais, além de contar com a participação da Aeronáutica e do Exército Brasileiro.

Frente a toda essa movimentação, o governo de Roraima entrou com uma ação contra a União para tentar tornar nulos os efeitos da portaria nº 543 do Ministério da Justiça, que culminou com a assinatura do decreto presidencial homologando a Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua.

Entre petições de ações encaminhadas para Brasília e depois de várias tentativas da Fundação Nacional do Índio-Funai para retiradas de arroteiros e não-índios da região, a Corte Maior do país, o Supremo Tribunal Federal-STF mandou suspender as operações e anunciou que ela decidirá a questão.

Enquanto isso, os dois lados, os favoráveis e os contrários, viviam na expectativa quando dia 27 de agosto de 2008 aconteceu a primeira audiência para a decisão. Mas a sessão foi suspensa após o voto favorável do relator Ministro Carlos Ayres Britto. Com isso, podemos dizer que não apenas a sessão foi suspensa, mas também a expectativa dos atores interessados em resolver tal questão.

Passaram-se quase quatro meses e a corte remarcou uma nova sessão para o dia 10 de dezembro de 2008. Com isso, foi criada uma nova expectativa entre indígenas, produtores de arroz e políticos de Roraima. Sessão longa, discursos transmitidos ao vivo. Na praça do centro Cívico de Boa Vista, telões apresentavam voto a voto. O resultado se mostrava favorável aos indígenas que aguardavam com ansiedade aquela decisão: oito ministros votaram a favor da manutenção do decreto homologatório. Porém, após o oitavo voto favorável, novamente a sessão foi suspensa. Com isso, nada ainda era definitivo, mas havia uma certa garantia de que, realmente, a homologação em área contínua iria permanecer com algumas recomendações, que deixou os povos indígenas contentes, o que se pode constatar

nas palavras do coordenador do CIR Dionito José d Souza: “Foi bom para nós povos indígenas. Finalmente foi feita democracia, agora é esperar e continuar trabalhando”.

Após a suspensão da sessão do dia 10 de dezembro, os vitoriosos iniciaram uma caminhada pela praça do Centro Cívico até a sede do CIR, no bairro São Vicente.

A caminhada foi animada com cantos em comemoração à homologação. Os índios fizeram o percurso com faixas sobre a Terra Indígena raposa Serra do Sol. O trânsito ficou parcialmente interditado (JORNAL VIRA VOLTA, janeiro 2009).

Enfim, nos dias 18 e 19 de março de 2009, o STJ anuncia a setença favorável: Dos 11(onze) votos, 10(dez) foram favoráveis e 01(um) contra. De forma que, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol é mantida em área contínua.

O movimento organizado dos povos indígenas tem na luta pela terra seu grande eixo mobilizador e unificador. Mata (2005) ainda lembra que a força política das organizações indígenas, a qual produziu importantes resultados na consolidação dos direitos indígenas, foi afetada fortemente, principalmente a Amazônia, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, pela assinatura de convênios envolvendo recursos financeiros, destinados para a atenção à saúde. Cresceram as divergências internas no movimento, que dificultaram a continuidade de ações articuladas em assegurar as conquistas constitucionais. Mas podemos considerar que ainda há muitas organizações reassumindo um papel mais político, buscando consolidar os direitos indígenas, ampliando as alianças e controle social das políticas públicas.

Mata (2005) cita a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-Coiab como uma das expressões do movimento indígena organizado. Ela reúne mais de 100 organizações indígenas locais (regionais), tendo se estruturado na Amazônia em 31 regiões.

São expressivas as conquistas indígenas nas últimas décadas na Amazônia, sobretudo com a demarcação de espaços territoriais de acordo com sua ocupação tradicional, criando condições objetivas para assegurar a existência futura dos projetos de vida dos povos indígenas [...]. O futuro dos povos indígenas também depende, em larga medida, de aliados que acreditem em seus projetos de vida e que sejam capazes de se deixar iluminar por eles. Por isso, é cada vez importante que o conjunto da sociedade conheça e compreenda a realidade socioeconômica, política e cultural desses povos (MATA, 2005, p. 172-173).

## 1.5 – Encontro Nacional do Mutirão pela Amazônia

No Documento “Amazônia, Desafios e Perspectivas para a Missão.” Mata traz os assuntos abordados no Encontro Nacional do Mutirão pela Amazônia que reuniu mais de 200 pessoas, e foi realizado no período de 09 a 11 de junho de 2005. Destaca-se a saudação de abertura do indígena Marinaldo Justino Trajano que esteve presente como representante dos povos indígenas da Amazônia. Na época era coordenador do CIR e iniciou dizendo:

[...] para nós, Macunaíma é o deus da floresta viva. Em Roraima, especialmente, ele está vivo na experiência da biodiversidade, da natureza, nos rios, lagos e igarapés, o que nós chamamos o lavrado (MATA, 2005, p. 28).

Durante o seu discurso, o cacique lanomâmi Davi Kopenauwa lembrou que, quando estava na Europa, ouviu dizer que os Estados Unidos eram um país de Primeiro Mundo e resolveu conferir se isso era verdade. Porém, ao chegar lá, viu que havia muita poluição, destruição, corrupção e ao voltar para a sua aldeia concluiu que “o Primeiro Mundo é a nossa floresta”. Nos Estados Unidos, o Primeiro Mundo foi destruído, as serras, as matas, a água, os animais e tudo, como relatado por Mata:

Em toda a terra indígena há um respeito muito grande pelo que existe. Para nós é uma biblioteca viva. Tudo que existe nela, o índio aprende com a natureza; ele sabe cuidar dela. É uma escola. Cada índio que nasce já nasce dentro de uma sala de aula, sabendo respeitar o meio ambiente. Hoje estamos vendo que nossa terra, nosso lugar, nosso Brasil está dividido em várias partes. A terra hoje virou mercadoria, está dividida. Só que não se pode dar preço à terra (Idem, p. 29).

O líder indígena Marinaldo também fez questão de declarar a sua origem: “sou da Raposa Serra do Sol”, no entanto, aproveitou também para fazer suas

denúncias, lembrando que durante 34 anos se lutou pela homologação desta terra e que este processo, custou a vida de 31 indígenas:

Houve muita destruição. Lá existe a monocultura do arroz que destrói o meio ambiente; os rios que cortam estão sendo poluídos por agrotóxicos; por causa da poluição já não existe mais peixe nem caça. Os lagos não existem mais, pois foram entulhados. Só há lavoura de arroz. Os igarapés, que na época da piracema estavam cheios de peixes, foram destruídos pelas grandes valas que as máquinas fizeram ao cortarem tudo. O que existe hoje é a doença nas comunidades por causa da água poluída [...]. Em uma comunidade foram destruídas 37 casas, passaram o trator; depois queimaram, deixaram as crianças sem comida, sem roupa, sem casa. Eles ainda estão lá. Feriram um índio que está doente e não houve punição para nenhum deles. Continuam as ameaças e destruição para os índios reerguerem suas comunidades (Idem, p. 29 e 30).

O documento reconhece que a Igreja de Roraima lida com diversos desafios, entre eles: a demarcação de terras indígenas, desafio já conhecido no Brasil e no mundo ocidental. São 15 etnias presentes, chegando a 13% do total da população que habita atualmente no Estado. Não deixou de citar também, a existência de garimpos clandestinos, as áreas de fronteiras e o narcotráfico. Outro sério desafio é a questão urbana; além da migração vinda de outros estados do Brasil há uma grande migração de indígenas vindos das malocas para Boa Vista e até imigrantes indígenas vindos da Guiana Inglesa. “O testemunho da Igreja de Roraima é bastante conhecido no Brasil pela solidariedade irrestrita à causa indígena” (Idem, p. 216).

Podemos dizer que, em Roraima, apesar de todo o massacre, a maioria dos indígenas vive nas malocas preservando costumes, crenças, tradições e organização social própria. Porém, mesmo não existindo um estudo específico, estima-se que mais de 10 mil índios ou descendentes vivem na capital, Boa Vista. Eles deixam suas terras tradicionais, vêm para a cidade e acabam sobrevivendo em condições subumanas, trabalhando como domésticas e até catadores de lixo, e até morando nas redondezas do lixão da cidade.

A recém-criada Organização dos Indígenas da Cidade–Odic realizou uma pesquisa de campo durante os anos de 2005 e 2006 e publicou em janeiro de 2009 uma cartilha com o resultado desta pesquisa. O estudo revelou que índios são explorados em trabalho escravo em Boa Vista:

Sem qualificação profissional e orientação adequadas sobre direitos trabalhistas, índios que moram na cidade são submetidos à jornada de trabalho excessiva, sem qualquer garantia legal, e muitas vezes é negado até o direito à remuneração. Esse é um dos inúmeros problemas sociais apontados pelo relatório elaborado pela Odic em parceria com diversas entidades e instituições, lançados recentemente em Roraima (JORNAL VIRA VOLTA/NÓS EXISTIMOS. Edição janeiro 2009-02-14).

Esse é um assunto que requer um estudo mais aprofundado, ficando como sugestão para pesquisas posteriores.

## 1.6 – Comunidade Indígena Campo Alegre

A comunidade indígena do Campo Alegre fica localizada no nordeste do Município de Boa Vista, à margem esquerda do rio Uraricoera, a 56 quilômetros da capital, após a travessia da balsa do Passarão. É cortada pela RR 319, estrada que dá acesso ao sul da capital e ao norte dos Municípios de Normandia e Uiramutã. A comunidade faz parte da Terra Indígena de São Marcos, homologada no dia 27 de outubro de 1991.

Oficialmente a comunidade Campo Alegre foi fundada no dia 12 de junho de 1979. Mas, segundo dados da monografia de conclusão de curso em Geografia de Celino Alexandre Raposo, os limites deste território foram definidos a partir de um acordo entre as lideranças indígenas:

A área da comunidade Campo Alegre, pertencia a comunidade Vista Alegre. Os limites deste território foram definidos a partir de um acordo feito entre Lino Augusto (na época, líder da comunidade) e o Tuxaua de Campo Alegre, Raimundo Nascimento. Determinou-se como áreas limítrofes da comunidade os quatro principais cursos de água da região, a saber: no sul o igarapé Grande; ao norte igarapé do Xiriri; a leste igarapé do Xidaua; a oeste o rio Uraricoera (RAPOSO, p.10).

Para Harsbaert (apud RAPOSO, 2003, p.11) o Território pode ser uma expressão ambígua que pode representar um espaço social qualquer, como predomina no senso comum. Porém, Raffestin (apud RAPOSO, 2003, p. 11) define Território como um conjunto de relações que desenvolve sua coletividade e, portanto, um indivíduo que a ela pertence, com a exterioridade e/ ou alteridade por meio de mediadores ou instrumentos.

Atualmente a comunidade tem uma população estimada em 205 pessoas, contando com crianças, jovens e adultos, conforme informou o tuxaua Jadson Evaristo da Silva.

Raposo (2003) salienta que a maioria das pessoas que habitam essa comunidade é da etnia Makuxi. No entanto, há presença de não indígenas, inclusive casamentos de indígenas e não indígenas, causando assim uma miscigenação:

A comunidade Campo Alegre apresenta características étnicas típicas as da população brasileira. O cruzamento étnico ocorreu devido vários fatores tais como: a presença de fazendas, vilas, cidades próximo a comunidade. Alguns membros da cidade estão em movimento entre cidade e comunidade (RAPOSO, 2003, p. 23).

Portanto, a proximidade da cidade, o contato com a sociedade envolvente e, a introdução de suas “tradições e costumes”, bem com a instalação de escolas do Município e Estado com a oficialização da língua portuguesa são fatores que contribuem para a miscigenação da população de Campo Alegre.

As lideranças dizem que a Língua Indígena Makuxi é sempre assunto de discussões nas reuniões da comunidade. E, para garantir que a língua seja preservada e ensinada, é adotada nas escolas, a disciplina de Língua Materna. Durante a nossa permanência na comunidade, observamos que algumas crianças falam naturalmente algumas palavras em Makuxi.

Conforme Laraia (1986), cada povo tem seu modo de viver, de se expressar, de educar, de produzir, de lutar de cultuar, de aprender, de discriminar e de evoluir:

[...] Individuos de culturas diferentes podem ser facilmente identificados por uma série de características, tais como o modo de agir, vestir, caminhar, comer, sem mencionar as evidencias das diferenças lingüísticas, o fato de mais imediata observação empírica (LARAIA, 1986, p. 76).

No próximo capítulo faremos um breve histórico do surgimento do rádio no mundo, no Brasil e em Roraima e contaremos como foi criada a Fundação Educativa José Allamano (Fm Monte Roraima, 107,9 MHz), emissora que transmite o Programa “Vamos Aprender Makuxi”, foco da nossa pesquisa.

## **CAPÍTULO 2**

### **2 – BREVE HISTÓRIA DO RÁDIO**

#### **2.1 – Rádio no mundo**

Conforme Waldemar Caldas (1991), entre os anos de 1922 e 1926, o rádio começaria a espalhar-se pelo mundo. Aparece no Canadá, na Holanda, na Alemanha, no Japão, na Suécia, na Tcheco-Eslováquia, na Argentina, na Dinamarca, na Itália, na Espanha, na Bélgica, na Noruega, na Austrália, na África do Sul e no Brasil. No ano de 1887, o cientista alemão Heinrich Hertz provou a existência das ondas de rádio. Sete anos depois, o cientista italiano, Guglielmo Marconi, construiu uma antena receptora e captou os sinais de alfabeto Morse transmitido de uma curta distância e o alfabeto Morse é usado em telegrafia.

Em 1897, Marconi ganhou a patente inglesa para o telégrafo sem fio, e, em 1901, transmitiu a primeira mensagem que cruzou o Oceano Atlântico pelas ondas do rádio. Tanto Hertz quanto Marconi sabia que a radiodifusão descoberta era um recurso a mais da natureza. O rádio e a telegrafia sem fio eram bens comuns e limitados. Com isso, já se tem certeza de que alguém teria que decidir quem iria ficar com cada frequência, ou seja, cada espaço no dia.

O Almanaque Abril de 2003 reconta que, em 1892, o padre gaúcho Roberto Landell de Moura inicia na cidade de Campinas, estado de São Paulo (Brasil), as suas primeiras experiências com radiodifusão. Com isso, em 1896, ele consegue a patente para um aparelho que transmite palavras à distância, com ou sem fios.

Em 1912, os Estados Unidos criaram a Lei do Rádio, a primeira forma de controlar as licenças para estações de rádio. Em 1920, o engenheiro da companhia norte-americana Westinghouse montou um transmissor radiofônico na garagem de sua casa dando origem ao rádio como é conhecido. Na atualidade as emissoras de rádio acompanham a evolução tecnológica; muitas rádios já são digitais.

Conforme Milanez (2007), somente em 1920 de fato é registrada a primeira emissora com transmissão regular, em East Pittsburgh, na Pensilvânia:

Os Estados Unidos estavam sendo interligados pelo rádio e a Europa também, através de Marconi. Nas fantasias dos mais otimistas, já havia operários ouvindo Mozart, analfabetos bebendo as palavras de Bernard Shaaw e gente dos mais distantes rincões sabendo as últimas de Wall Street ou do palácio de Buckingham, tudo pelo rádio. Ele era uma arma, mil vezes mais poderosa do que os canhões da Grande Guerra (MILANEZ, 2007, p. 71).

As emissoras que surgiram dos anos de 1920 em diante, nos Estados Unidos, adotavam siglas formadas por quatro letras. A Kdka é a mais antiga estação de rádio em operação nos Estados Unidos da América. Ela entrou no ar durante a campanha presidencial de 1920. Em 1922 foi ao ar o primeiro comercial do rádio norte-americano. No ano de 1927 é registrada a primeira transmissão nacional de uma partida de futebol. A época de ouro do rádio nos Estados Unidos é considerada no ano de 1920. No ano de 1933 entra o sistema de frequência modulada (FM), cuja patente foi dada para Edwin Armstrong.

## 2.2 – Rádio no Brasil

No Brasil, o rádio tornou-se conhecido no dia 07 de setembro de 1922, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência. Nesse período foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, uma exposição internacional e a companhia americana Westinghouse apresentou uma emissora de rádio com um transmissor de 500 watts instalado no alto do Corcovado.

Então, por meio de 80 receptores especialmente importados para a ocasião e distribuídos em vários locais da exposição e da cidade com emprego de alto-falantes, alguns componentes da sociedade carioca, que haviam recebido esses aparelhos, puderam ouvir de casa o discurso do presidente da República Epitácio

Pessoa. Também, durante alguns dias após a inauguração, foram transmitidas óperas diretamente do teatro municipal do Rio de Janeiro.

Segundo Costela (2002), essa demonstração pública do rádio soou como uma grande novidade, porém não se pode considerar que foi o início da radiodifusão brasileira, pois o evento não passou de uma feira de amostras. As transmissões foram encerradas e não houve continuidade do projeto.

Conforme os estudiosos, somente no dia 20 de abril de 1923 é que se pôde considerar definitiva a instalação da radiodifusão no Brasil, quando Roquette Pinto e o professor de física francês naturalizado brasileiro Henrique Carlos Morize fundaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Essa emissora, de cunho nitidamente educativo, teve sua sede inicial na Academia Brasileira de Ciências.

Ortriwano (1985) relata como surgiu a programação da emissora:

A programação de início não obedecia a um organograma de horários rígidos. Iniciava-se com um “Jornal da Manhã”, regido e apresentado pelo próprio Roquette Pinto. Ao longo do dia tinha mais três noticiários, entremeados por palestras de caráter cultural e apresentações de música erudita (ORTRIWANO, 1985, p.14).

No entanto, existem documentos que provaram que a Rádio Clube de Pernambuco, fundada em Recife por Oscar Moreira Pinto, foi a primeira a realizar uma transmissão radiofônica no país, no dia 06 de abril de 1919, com um transmissor importado da França.

Na década de 1920, surgem várias fundações de emissoras. Na “onda do rádio” surgem em 1923, as pioneiras: Rádio Clube de Pernambuco (Recife); Rádio Educadora Paulista (São Paulo) e a Rádio Clube do Paraná (Curitiba). No ano de 1924, são criadas a Rádio Clube do Brasil (Rio de Janeiro); a Rádio Clube de Ribeirão Preto (Ribeirão Preto-SP); a Rádio Sociedade da Bahia (Salvador); a Ceará Clube (Fortaleza) e a Rádio Sociedade Maranhense (São Luís). No ano de 1925, mais rádios surgem: a Rádio São Paulo e Rádio Record (São Paulo); a Rádio Clube Hertz (Franca-SP); Rádio Gaúcha (Porto Alegre) e a Rádio Pelotense (Pelotas-RS).

Essas rádios pioneiras viviam da contribuição de seus associados e doações de entidades privadas. O rádio não era ainda um negócio. Costela confirma:

A novidade da época era mantida com mensalidades pagas pelos que possuíam aparelhos receptores, por doações de eventuais entidades privadas ou públicas e muito raramente com a inserção de anúncios pagos [...] (COSTELA, 2002, p. 23).

Mas, a partir do início dos anos 30 (1930), o rádio passou por transformações significativas. Principalmente em 1931, quando surge o primeiro documento sobre radiodifusão, o rádio brasileiro já estava autorizado pela legislação a receber pagamento por veiculação de publicidade comercial, garantindo assim, a sua sobrevivência. Com isso, o rádio mudou de rumo e o sentido educativo foi submetido aos interesses comerciais.

De acordo com Costela, “para cumprir melhor seu novo papel, o rádio precisou transformar-se. Não poderia mais viver do imprevisto administrativo” (COSTELA, 2002, p. 181). A programação passou a ter horário certo. Os programas são preparados e previamente organizados para se conseguir cada vez mais audiências e aumentar a quantidade de publicidade.

Mas o rádio nascia como um meio de elite, não de massa, e se dirigia a quem tivesse poder aquisitivo para buscar no exterior os caros aparelhos receptores. Costela afirma que “ouvir as emissoras tornou-se um *hobby*, uma mania”. Jornais e revistas da época traziam informações e orientações para a montagem de receptores:

Ainda nos anos 20 o rádio já começa a espalhar-se pelo território brasileiro. As primeiras emissoras tinham nos nomes os termos clube ou sociedade, pois na verdade nasciam como clubes ou associações formadas pelos idealistas que acreditavam na potencialidade no novo meio [...] (COSTELA, 2002, p. 181).

Caldas (1991), ainda lembra que logo no início, o rádio entrou na fase de produção industrial, passando a dividir com a imprensa escrita a preferência popular. “Mas isso, só por pouco tempo. A rápida e extraordinária ascensão do Rádio o tornaria mais eficiente dos veículos de comunicação existentes até hoje” (CALDAS, 1991, p. 55). O rádio é o meio de comunicação de maior alcance no país e, assim como a televisão, uma emissora de rádio só pode entrar no ar se obtiver concessão do Governo Federal. Para que isso ocorra, é preciso vencer a concorrência pública aberta pelo Ministério das Comunicações. A concessão vale por dez anos e é

renovável; entretanto só tem validade legal após a deliberação do Congresso Nacional.

Para verificar se as rádios são legalmente instaladas ou se existe algum canal disponível para a utilização, é necessária uma consulta ao Plano Básico de Radiodifusão. Este Plano é a relação de canais aprovados pela Agência Nacional de Telecomunicações-Anatel. Atualmente, a Anatel mantém todas as informações atualizadas na Internet, tais como processos em andamento, consultas públicas e todas as leis e normatizações referentes ao setor de telecomunicações.

### 2.3 – Rádio Educativa

Para Roquette Pinto, a principal função do rádio era educar. Ele acreditava que, se o rádio fosse utilizado “com vontade, alma e coração”, poderia transformar o homem em poucos minutos. Milanez (2007 p. 71): “Para Roquete, ao contrário de guardar segredos, o rádio deveria servir para difundir a coisa de que o Brasil mais precisa: Educação”.

Milanez (2007), ainda descreve que Roquette Pinto começou a imaginar como seria educar os milhões de brasileiros dispersos pelos mais de 8 milhões de quilômetros quadrados. Para tanto, seria preciso fundar uma rádio: "Mas uma rádio educativa, com fins científicos e sociais, de preferência ligada a Academia Brasileira de Ciências, da qual era secretário" (MILANEZ, 2007, p. 72). O primeiro passo foi pedir apoio do fundador e presidente da Academia, Henrique Morize, que não resistiu ao pedido e logo cuidaram de realizar o sonho. Assim, no dia 20 de abril de 1923, fundaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a PR-1-A.

Segundo o relato de Milanez (2007), esse rádio não era nada parecido com a rádio que logo se faria no Brasil:

Ao contrário, com seu programa de educação em massa, a Rádio Sociedade parecia, a princípio, uma extensão da Academia de Ciências [...]. Nem tudo era música e literatura. Os acadêmicos também davam palestras e cursos pelo microfone, de acordo com suas especialidades: português, biologia, história, francês, e até silvicultura. O Rio, capital da República, recebia toda espécie de personalidades da área cultural e científica, uma delas, a visita de Albert Einstein (MILANEZ, 2007, p. 77).

Milanez (2007), ainda ressalta que, em 1933, Roquette Pinto convenceu seu amigo, o educador Anísio Teixeira, secretário da Educação, a fundar uma rádio-

escola a ser mantida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, Anísio topou e Roquette Pinto emprestou equipamentos e funcionários da Rádio Sociedade. A rádio foi colocada no ar no ano seguinte e Roquette Pinto foi o primeiro diretor.

Como a finalidade de nosso trabalho não é a pessoa de Roquette Pinto, apenas fazemos algumas menções para lembrar quanto foi importante a participação desse grande idealista brasileiro. Inclusive, apenas acrescentando, ele sofreu muito quando o rádio brasileiro começou a andar por outros rumos, como forma de sobrevivência, apelando para o lado comercial. Para ele, o rádio deveria continuar educativo:

E para evitar a morte ou a desfiguração da Rádio Sociedade, Roquete só enxergava uma solução: reverter seus canais a um órgão oficial, o Ministério da Educação e Saúde. Em julho de 1936, quando resolveu se desfazer de sua rádio, Roquette Pinto chamou seus filhos Paulo, de 27 anos, e Beatriz, de 25 anos, à rua Carioca. Informou-lhes que, aos 52 anos, era um homem pobre e que a única herança que poderia deixar-lhes era a rádio, para que a dirigissem como uma rádio comercial. Só o prefixo, já então, PRA-2, valia uma fortuna. "Mas não quero que ela se transforme numa rádio comercial (Idem, p.82).

José Silvério Baía Horta (1970) em seu trabalho "Histórico do Rádio Educativo no Brasil (1922-1970) reconhece todo o esforço que Roquette Pinto fez na defesa da Rádio Educativa, no entanto, faltou algo que somente mais tarde é recuperado:

Roquette Pinto foi, sob vários pontos de vista, um precursor. Algumas medidas por ele preconizadas nos parecem fundamentais. Recapitulando: coordenação nacional dos recursos, descentralização e regionalização na programação envolvimento de toda a comunidade nas atividades radioeducativas, relação entre educação e desenvolvimento, não há no plano de Roquette Pinto, referência a qualquer forma de organização da recepção, nem sequer através do contato emissora-radiouvinte. A fase de contato com os radiouvintes será inaugurada alguns anos depois, pela Rádio-escola Municipal do Rio de Janeiro, organizada sob a direção do mesmo Roquette Pinto" (HORTA,1970, p. 87).

Embora este trabalho não seja voltado totalmente para a questão da História do Rádio, sabemos que no Brasil desde a iniciativa de Roquette Pinto, várias experiências com radioeducativa foram realizadas. Entre os projetos analisados por Horta, é importante destacarmos o Sistema Rádio-Educativo Nacional-Sirena, programa esse que teve um papel fundamental "na implantação da recepção organizada e o desenvolvimento prático de um plano básico de educação popular

pelo rádio” (HORTA, 1970). Esse projeto foi implantado no final dos anos de 1950, teve a duração média de seis anos (1957-1961). Na análise de Horta, há possibilidades bastante óbvias para o fim desse projeto:

[...] nos leva a crer que houve uma preocupação demasiada com os recursos materiais (produção de discos e instalação de emissoras), tendo sido deixados de lado o preparo de pessoal (recursos humanos) e o controle dos resultados (avaliação e feedback. Outra possível causa do desaparecimento do SIRENA: o fato de ser um organismo estatal, estando assim sujeito às oscilações de natureza política (Idem).

Outro destaque nacional a partir de 1961 foi o Movimento de Educação de Base (MEB) cuja origem encontra-se no trabalho de educação de base realizado em algumas dioceses do Nordeste brasileiro, através de Escolas Radiofônicas. Em 21 de março de 1961, foi assinado o decreto Presidencial nº 50.370 criando, oficialmente, o Movimento de Educação de Base. Depois de várias discussões e encontros que debatiam a melhor forma, o MEB estruturou suas atividades em três níveis: Nacional, Estadual e Local.

Mendonça (2008), comenta que entre 1961 e 1966, período estudado por Osmar Fávero, o MEB chegou a ter 7.353 escolas radiofônicas, em 14 estados brasileiros, com 29 emissoras transmitindo os programas e as aulas, numa estimativa de cinco a oito milhões de ouvintes. “Em cinco anos, cerca de 320 mil alunos concluíram o ciclo de alfabetização” (FÁVERO apud MENDONÇA, 2006, p. 6).

Mendonça (2008) ainda relembra que, a partir de 1964, sob o regime militar, as ações de Educação e Cultura populares sofreram baixas consideráveis e a educação, gradativamente, perdeu a adjetivação popular.

Contudo, o rádio, de maneira geral, perdia espaço para a televisão, também no âmbito educacional, surgindo mais tarde as TVs Educativas e, depois, os telecursos (FÁVERO apud MENDONÇA, 2008, p. 23).

Ela ainda destaca que, nas experiências de radioeducação, a ação que melhor referencia o período militar é o projeto Minerva, que nasceu no Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura, com transmissões iniciadas a partir de 1º de setembro de 1970, aproveitando o espaço criado pela

portaria interministerial de n. 408/70, que determinava a obrigatoriedade da transmissão de programação educativa por todas as emissoras de rádio do país.

Em cadeia nacional de rádio AM, o Projeto Minerva formava o aluno ouvinte no curso supletivo de 1º grau. Para alcançar as metas o Projeto pretendia utilizar o rádio para atingir o homem onde ele estivesse, ajudando-o a desenvolver suas potencialidades, tanto como ser humano, quanto cidadão participativo e integrante de uma sociedade (Idem, p. 23).

## 2.4 – Rádio em Roraima

Atualmente, em Roraima existem duas estações de rádio AMs, cinco FMs e duas comunitárias. Como o nosso trabalho não objetiva contar a história dessas emissoras, fazemos apenas um registro e, em seguida, um relato mais detalhado da Fm Monte Roraima, conforme anunciamos no início desse capítulo. Portanto, registramos:

- A Rádio Difusora de Roraima- ZYA, na Freqüência de 4.835 KHZz e 1 KW de potência; fundada em 04 de janeiro de 1957;
- Rádio Equatorial- FM, inaugurada em 06 de junho de 1981, operando na freqüência 93,3 MHz;
- Rádio Tropical- FM inaugurada em 28 de novembro de 1988, operando na freqüência 94,1 MHz;
- Rádio Monte Roraima- FM- inaugurada em 29 de dezembro de 2002, operando na freqüência 107,9 MHz;
- Rádio Folha- AM, inaugurada em 23 de outubro de 2003, operando na freqüência 102,0 MHz;
- Rádio Transamérica, inaugurada em outubro de 2006, operando na freqüência 94,9 MHz;
- Rádio Comunitária de Iracema;
- Rádio Comunitária de Mucajaí;
- Rádio Astral Fm de Rorainópolis;

### 2.4.1 – FM Monte Roraima

Destacamos que ainda não existem registros publicados sobre a emissora. Buscamos informações nos documentos oficiais de arquivo da empresa.

Entrevistamos o padre Edson Tasqueto Damian, presidente por duas vezes da Fundação Educativa Cultural José Allamano, e resgatamos uma entrevista com dom Aldo Mogiano, bispo emérito de Roraima. Consultamos também dois relatórios enviados por ele de Torino (Itália), pois foi ele que iniciou o processo de pedido da criação da emissora.

No relatório do dia 30 de setembro de 2003, dom Aldo relata a luta da Igreja em ter uma emissora de Rádio. Segundo o relatório, a primeira tentativa de instalar uma rádio na Igreja de Roraima foi feita no ano de 1954 por Dom José Nepote Fuss:

No ano de 1954 em Roraima era Bispo Prelado Dom José Nepote Fuss. Para melhorar a ação evangelizadora e atingir as muitas famílias que viviam fora da cidade, espalhadas no interior, pensou em dotar a Igreja de uma Rádio emitente HMB. Encontrou quem custeasse a despesa da instalação, preparou toda a documentação exigida então pela Lei e requereu a autorização governamental. Padre Eugênio Possamai, missionário da Consolata, brasileiro, atuante então em Boa Vista, teria sido o Diretor. Sede, equipamentos, antena da rádio seriam instalados na Prelazia (MOGIANO, 2003).

Ainda segundo o relatório, tudo transcorria na forma legal, quando veio a Prelazia, residência do Bispo, um senhor da administração, enviado especial do Governador do Território:

Com mandato superior, trazia uma proposta inopinada, a saber: que a Prelazia desistisse de instalar uma emissora de rádio em seu próprio nome e que a solicitação feita ao Ministro das Comunicações, passasse a ser a favor do Governo do Território e não da Prelazia. O Governo de Roraima, teria assumido todas as despesas, a rádio seria mais potente e serviria não só aos católicos mas a toda a população, dando notícias sociais, políticas e culturais. Em contrapartida, a Prelazia teria sempre um amplo espaço gratuito na rádio, para difundir celebrações religiosas, como missas dominicais, palestras, informações da vida da Igreja, visitas dos missionários ao interior do território, avisos religiosos e de interesse para a vida das malocas e, enfim, tudo o que fosse de interesse dos fiéis e da Igreja (Idem, ibidem).

Dom Aldo continua relatando que a proposta tão improvisada, quanto inesperada, foi objeto de consideração. As relações entre a Igreja e o Governo tinham sido sempre boas. A promessa de espaço amplo e gratuito na futura rádio estava garantida na palavra da máxima autoridade do governo local. Tudo levava o Prelado a acolher a proposta apresentada. O possível atendimento foi até avaliado como prova de boa vontade, no momento presente, e incentivo para uma futura e

maior colaboração entre Igreja e Governo, e, desta forma, o prelado aceitou a proposta.

Assim, num terreno situado perto da Capela de São Sebastião (Centro de Boa Vista), onde tinha sido construído um Teatro com objetivos educativos e culturais foi instalada a sede e as antenas da primeira Rádio Roraimense. E, rapidamente as emissões da nova rádio foram ao ar. Noticiários do Governo, informações da Igreja, transmissões de celebrações de missas dominicais destinadas aos moradores das malocas distantes e músicas alternavam-se nos programas diários com satisfação geral:

O Sr. Magnos Mota era um dos técnicos competentes. Infelizmente as coisas não continuaram a correr como todo mundo esperava. Passados poucos anos, contrariando todo o acordo feito. O Governo comunicou a Prelazia, que esta deveria comprar o espaço que utilizava na rádio e que só lhe seria permitido irradiar gratuitamente a celebração de Missas aos domingos e festas” (Idem, ibidem).

Dom Aldo conclui o primeiro relatório dizendo:

Não é difícil imaginar, o dissabor pelo lado da Igreja. A falta de lealdade, as promessas não cumpridas, a rádio surrupiada começaram a pesar no fundo da alma dos missionários e dos fiéis da Igreja Católica. A Prelazia deixou de utilizar a rádio, reduzindo até a difusão da celebração de Missas. A mágoa não podia ser maior (Idem, ibidem).

O depoimento acima citado pode ser confirmado pelo trabalho de conclusão de curso do acadêmico de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima, Cândido:

No início dos anos 40, com equipamentos da Igreja Católica e outros adquiridos no Rio de Janeiro pelo primeiro governador do Território do Rio Branco, Ene Garcez, foi instalado um serviço de alto-falante na Prelazia da Ordem dos Beneditinos (CANDIDO, 1997, p. 32).

Assim, a primeira emissora de rádio, com o nome de Rádio Difusora de Roraima, foi inaugurada oficialmente com a presença do Presidente Juscelino Kubitheck de Oliveira, no dia 04 de janeiro de 1957, mas a emissora de fato não era da Prelazia e sim, do Governo.

Anos se passaram, mas a Igreja Católica não desistiu do sonho de ter a sua emissora de rádio. E dom Aldo, conhecedor de toda a história do passado, reiniciou o processo na tentativa de concessão de uma emissora. Os passos para tornar esse sonho realizado são também relatados em um segundo relatório enviado de Torino no dia 05 de outubro de 2003. O relatório inicia descrevendo que os católicos e pessoas de boa vontade desejavam escutar uma voz que os informasse objetivamente sobre o que acontecia na sociedade de perto e de longe e os ajudasse a compreender o sentido dos acontecimentos à luz da palavra de Deus: “Para muitos era difícil freqüentar a Igreja. Mas a Igreja podia alcançar este povo instalando uma rádio” (MOGIANO, 2003).

Devido à situação geográfica de Roraima e do seu povo, a rádio se torna mais necessária; em função disso, a diocese fez consulta, falou com pessoas entendidas e órgãos competentes sobre o tema; apurando o seguinte: a) conseguir uma rádio não era coisa fácil: há sempre políticos, organizações e grupos vários desejando e procurando uma antena de rádio junto à autoridade competente para fins próprios; b) além disso, cada estado no Brasil tem um número limitado de canais disponíveis e em Roraima já havia algumas rádios trabalhando; c) não era conveniente que a diocese, em seu nome estivesse requerendo a Rádio, caminho melhor era instituir uma Fundação sem fins lucrativos, com Estatuto próprio, afinada com a diocese, para ser a requerente e proprietária; d) tendo em conta os objetivos da diocese era melhor instalar uma rádio cultural e educativa, não comercial; e) para atingir todo o território do Estado seria necessário uma rádio AM, mas para ter esta, era preciso primeiro adquirir a rádio de Frequência Modulada (FM).

Tomando como parâmetro esses fatos, dom Aldo faz um questionamento: “Teria a Igreja de Roraima a sorte de conseguir uma antena para si vencendo os desafios? O melhor era tentar e confiar em Deus”. E assim foi feito: Os primeiros passos foram dados junto a firma Wilson S. Brito, no Rio de Janeiro.

O Senhor Brito, oficial emérito da Aeronáutica, pessoa de idade e de muita experiência na instalação de rádios no Brasil, diretor e proprietário da firma, orientou com competência e carinho tanto na elaboração dos Estatutos da Fundação, que deveria ser instituída em Boa Vista como no Projeto da Rádio necessário para fazer o pedido junto do Ministério das Comunicações” (Idem, ibidem).

Para tanto, foi iniciado o processo com a criação da Fundação, chamada de Fundação Educativa Cultural José Allamano. E dom Aldo ainda descreveu:

Tendo em vista as dificuldades e obstáculos que o projeto, com certeza, teria encontrado no percurso da realização e na futura atuação, veio a idéia de colocar a Fundação sob a proteção do Beato José Allamano, fundador dos Missionários da Consolata. Foi necessário encontrar pessoas que aceitassem ser membros futuramente da Fundação e arcar com a responsabilidade e cooperação. Apareceram Padres, Irmãs e leigos de Roraima que aceitaram (Idem, ibidem).

No Estatuto deveria constar os nomes dos institutores outorgantes, dos responsáveis nos diferentes conselhos, os objetivos culturais, educacionais, civis, morais e a capacidade financeira. Características do Estatuto devia ser a solidariedade que a Fundação devia manter com a Igreja Católica e com o Bispo da Diocese. Nele consta também as normas que devem ser observadas com o rigor da Lei pelos membros da Fundação. Segundo dom Aldo, a Fundação começou a existir no dia 13 de Setembro de 1990 com ato público assinado no cartório de Boa Vista.

A FM Monte Roraima é da Razão Social Fundação Educativa Cultural José Allamano licenciada pela Portaria Ministerial nº 289 de 09/12/1998, publicada no Diário Oficial da União nº 238 do dia 11/12/1998. Depois da Portaria citada anteriormente, a espera foi pela decisão do Congresso Nacional e assim está nos arquivos da emissora.

Em 1998, o Congresso Nacional decretou nos Artigos 1º:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 289, de 09 de dezembro de 1998, que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural José Allamano para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. Senado Federal, 29 de agosto de 2001. Senador Edison Lobão. Presidente do Senado Federal (Interino) (BRASIL, 1998).

O registro do Decreto Legislativo nº 289 foi publicado no Diário Oficial da União dia 30 de agosto de 2001:

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural José Allamano para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista-Roraima (BRASIL, 2001).

Dom Aldo ainda relata que prosseguiu com o processo: Após a autorização começou o projeto da Rádio FM. Ele disse que precisava dar amplas informações sobre a natureza, objetivos, horários dos programas e não esquece: “nestes devia-se prever até o uso das línguas indígenas”. Tudo visava a finalidade cultural, educativa, cívica e moral da Rádio. E ainda contou:

Quem nos valeu na tarefa da programação específica foi uma Senhora de São Paulo, cujo nome agora não me ocorre, muita abatida no assunto, muito disponível e que fez o trabalho com carinho e relativamente em pouco tempo. Tudo isso levou meses de trabalho (MOGIANO, 2003).

Somente em 1991 a documentação pronta, o Projeto da Rádio foi revisado e completado pela firma Wilson S. Brito e em seguida, o próprio dom Aldo o apresentou ao Ministério das Comunicações em Brasília; era o ato oficial com que pleiteava-se a Rádio FM como se observa no trecho:

Uma secretária recebeu o projeto. Volvidas algumas semanas, passando de novo por Brasília, voltei ao Ministério para saber como iam as coisas. A mesma secretária me disse que o projeto apresentado era o mais completo e o mais instruído dos muitos que tinha recebido de várias partes do Brasil. Naturalmente fiquei contente e mais esperançoso” (Idem, ibidem).

O tempo passou e dom Aldo continuou com seu relato. Ele conta que tinha começado um tempo de espera. Todas as vezes que ia à Brasília ou estava de passagem na capital dada uma volta pelo Ministério para saber se havia alguma boa notícia sobre o projeto e a resposta, porém, era sempre: “nada ainda”. Os meses e anos passavam, chegou o tempo de deixar a diocese por ter atingido a idade, mas ainda teve lembrança de fazer a seguinte recomendação:

Disse à secretária da diocese para colocar todos os papéis referentes ao pedido da rádio no arquivo, fechados numa caixa de papelão, pois já tinha quase perdido a esperança de ver o projeto aprovado (Idem, ibidem).

Segundo padre Edson Taschetto Damian<sup>9</sup>, presidente por duas vezes da Fundação, foram dez anos de luta para garantir o funcionamento da emissora e, como toda emissora, passou primeiramente pelos tramites legais exigidos pela Lei, (Entrevista concedida no dia 16/01/2009).

---

<sup>9</sup> Foi ordenado bispo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira (AM) no dia 24/05/2009.

A Rádio Fm Monte Roraima entrou no ar, em fase experimental, no dia 02 de dezembro de 2002. A inauguração oficial foi no dia 29 de dezembro de 2002. Ficou em fase experimental até fevereiro de 2003, quando a Anatel pediu para que ficasse sem sinal. Isso porque faltava o decreto oficial do Ministério das Comunicações autorizando as instalações dos equipamentos. O decreto saiu no dia 16 de abril de 2003. Portaria nº 110 do Gabinete do ministro Miro Teixeira.

A Licença para funcionamento da Estação foi publicado no dia 09 de setembro de 2003 com validade (concessão) até 30 de agosto de 2011. Mas às seis horas da manhã do dia 08 de setembro de 2003, a Fm Monte Roraima entra no ar oficialmente com a frequência 107,9 MHz. Primeiro foi ao ar a vinheta de abertura que foi seguida da oração do Angelus com a Irmã Irida Motter (Missionária da Consolata).

Padre Edson declarou que a emissora teve o apoio financeiro de uma diocese da Itália e o próprio dom Aldo confirma como aconteceu essa ajuda. Ele diz no relatório que ao receber o pedido de Dom Aparecido Dias, bispo de Roraima, que o sucedeu, já falecido, o qual pedia ajuda para aquisição dos equipamentos, matérias e instalação da rádio. “Apresentei o pedido à Conferência Episcopal Italiana (CEI) solicitando do Cardeal Ersilio Tonini, generoso amigo dos índios e missionários de Roraima, uma sua palavra de apoio junto à CEI para conseguir a ajuda financeira necessária. Isso o Cardeal fez prontamente e de boa vontade. Assim a verba foi concedida, as obras levadas a efeito e a rádio recebeu o nome de Rádio Monte Roraima. Padre Edson Damian conta que é o autor do slogan da emissora: “A Serviço da Vida e da Cidadania” e ainda ressalta o quanto a rádio chegou em momento em que Roraima precisava de uma rádio com uma programação diferente:

A rádio conquistou o ouvinte e a simpatia de muitos. Destaca-se por ser uma emissora educativa, com uma programação diversificada e acima de tudo: centrada nos valores do Evangelho e a serviço da vida e da cidadania. (Entrevista 16/01/2009).

Segundo consta no projeto da emissora, à rádio tem a seguinte missão: “A luz de Jesus Cristo e dos ensinamentos da Igreja Católica, ela coloca-se profeticamente a serviço da vida e da cidadania; anunciando o Evangelho de cima dos telhados; unindo e organizando a Igreja e a sociedade na busca da Verdade; divulgando os valores éticos e morais; colaborando com os oprimidos na conquista dos seus

direitos; irmanando-se com homens e mulheres de boa vontade na nobre luta pela justiça; divulgando e aprimorando os valores culturais e artísticos dos habitantes da região e proporcionando um espaço especial aos Povos indígenas, oprimidos e discriminados para que divulguem seus valores culturais e suas atividades.

Em setembro de 2005, dom Aldo,<sup>10</sup> retornou pela primeira vez à Roraima. Dois motivos o trouxeram como visitante: às festividades comemorativas da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, (causa na qual se envolveu durante a sua missão como bispo de Roraima). Outro motivo que destacou foi rever os amigos e visitar pessoalmente a emissora que tanto ajudou. Na ocasião tivemos a honra de entrevistá-lo três vezes. Uma, durante o programa Monte Roraima Show, programa produzido e apresentado por nós. Outra vez na comunidade indígena Maturuca (dias de festas da Homologação) e, por fim, outra entrevista concedida especialmente para a equipe da FM Monte Roraima, na Casa dos Padres Consolatas, no bairro Calungá. Ele reafirmou o desejo do Cardeal Tonini que também é o seu:

O desejo do Cardeal Tonini que, por duas vezes, visitou Roraima andou pelo interior e pelas malocas, disse mais uma vez quer ver antes de morrer, em Roraima, a emissora FM transformada em AM, para todo o território escutar a Rádio, sobretudo os índios das malocas distantes e acrescentou: Na realidade, meu desejo, era uma emissora entregue aos indígenas. (Entrevista concedida em setembro de 2005).

Portanto, a Rádio Fm Monte Roraima, opera na frequência Modulada 107,9 MHz, correspondente ao canal 300E da faixa de FM, potência de 1,0 KW u 1000 watts; classe B1. É a única emissora católica do Estado e outorgada à Diocese pelo Ministério da Educação e Cultura e gerida pela Fundação Educativa Cultural José Allamano. Atualmente fica localizada na rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 bairro Calungá, na cidade de Boa Vista, estado de Roraima.

Pela programação inicial e atual, padre Edson acredita que a FM Monte Roraima vem cumprindo o seu papel. Por ter como concessão “Educação e Cultura”: a rádio tem em sua programação diária, mais de 40 programas de vários gêneros radiofônicos: programas musicais (MPB, regionais e nacionais), religiosos, jornalísticos (noticiários), variedade (entretenimento), esportivos, direitos humanos, entre outros. Além do mais, abre também espaço para que os Povos Indígenas

---

<sup>10</sup> É bispo emérito residindo em Torino na Itália desde 1996.

possam se expressar pela reconquista da Terra, por uma Educação diferenciada e a pela revitalização da Cultura. E isso é comprovado em sua grade de programação ver em anexo. Ela apresenta programas educativos, culturais e específicos para os povos indígenas, como: **Todos os Povos**, programa que era produzido e apresentado inicialmente pelo jornalista André Vasconcelos<sup>11</sup> e que, atualmente, é apresentado por uma jovem indígena makuxi, Naira Celino. Os dois programas de línguas indígenas: “**Vamos Aprender Makuxi**” e “**Vamos Aprender Wapixana**”. Eles são produzidos e apresentados pelos professores das referidas línguas. Há, ainda, outros professores que recebem os indígenas para falar de suas lutas, conquistas, denunciar e divulgar eventos, abrindo espaço e incentivando reflexões sobre a valorização dos povos indígenas existentes no Estado.

#### 2.4.1.1 – Programa VAMOS APRENDER MAKUXI

O programa **Vamos Aprender Makuxi**, que na língua makuxi é *Makusi pe esenupan painikon!*, faz parte da nossa pesquisa e tem como organizadores; dentre outros professores da Opirr: Sobral, Sandra, Joicilina, Eliosmar e Reginaldo na primeira fase; e, na segunda, dentre outros os professores: Reginaldo, Edwina e Joicilina. O programa tem como assessor lingüístico, o padre Ronaldo e conta com o apoio da Pastoral Indigenista, do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e dos Missionários de Scarboro.

Segundo o projeto do programa, a finalidade é oferecer aos indígenas da cidade de Boa Vista e das malocas próximas (uma vez que, a Fm alcança apenas um raio na faixa de 100 km), a oportunidade de resgatar a língua Makuxi e de ensiná-la aos seus filhos.

O programa teve início no dia 06 de novembro de 2004. Durante esse período, teve duas fases, como também mudou três vezes de horário. Na primeira fase, era transmitido de segunda a sexta-feira das 9:30 às 9:45 e as lições eram repetidas. A inédita começava na segunda e era repida todos os dias; eram lições com frases construídas em Makuxi e depois traduzidas em português. Foram elaboradas apostilas que ficavam em uma fotocopiadora à disposição dos ouvintes que tivessem interesse em acompanhar e aprender a língua Makuxi. Os apresentadores, durante a exibição do programa, davam esse aviso aos ouvintes.

---

<sup>11</sup> Atualmente é diretor de programação da Rádio

Ainda na primeira fase, no ano de 2007, o programa passou a ser transmitido às 19h.

Na segunda fase, ocorreram alterações no horário e no estilo do programa radiofônico. O programa ficou suspenso por mais de um ano, ocasião em que padre Ronaldo, o assessor, ficou fora do Brasil. Após seu retorno, em 2008, as lições foram novamente elaboradas, gravadas e apresentadas. Nessa nova fase, o programa voltou ao ar, no dia 05 de outubro de 2008 às 22h de segunda a sexta feira; e, aos sábados, às 6h15. As lições são lendas tradicionais, contadas pelos professores em língua Makuxi e traduzidas em seguida para o português, com alguns comentários e destaques das palavras chaves de lendas/mitos (pandora em Makuxi). É sobre esse assunto que trataremos no capítulo quatro de nosso trabalho.

Padre Ronaldo reconhece que até o momento, o programa tem sido feito com a boa vontade dos professores indígenas, mas que, esses professores não fizeram nenhum curso básico com técnicas apropriadas para o trabalho em rádio. Eles estão aprendendo na prática, ainda não há nenhuma avaliação sobre a audiência:

Ouvimos que os Makuxi na cidade estavam gostando, pessoas ouviram, mas a gente não tem técnicas de saber quantitativamente o sucesso ou não do Programa, infelizmente. (entrevista concedida em 30/07/2008)

Horta (1970, p.76-77) citando Souza enumera em seu estudo os elementos básicos de uma programação Radioeducativa. Transcrevemos na íntegra a descrição desses elementos, pois temos a finalidade de utilizá-los quando formos analisar os dados de nossa pesquisa de campo, no capítulo quatro deste trabalho. São eles:

**audiência:** para que qualquer produção e radiodifusão possa ser planejada, é necessária uma perspectiva clara da audiência a que vai servir. A radiodifusão educativa deve se inserir nos interesses e vivências daqueles que pretende atingir, falando a sua linguagem.

**programa:** o conteúdo do programa depende do objetivo em vista e da audiência a ser atingida. A forma depende de elementos especiais, condicionados pela natureza do conteúdo e pelos recursos disponíveis para a realização do programa.

**transmissão:** a questão da transmissão está estreitamente ligada à audiência. Não basta que o programa esteja no ar; é necessário que ele realmente atinja aqueles para os quais foi preparado. Isto implica em uma grande preocupação quanto ao horário de transmissão. Supõe também repetições em casos de emergência, se trata de uma programação seriada ou de um curso.

**recepção:** a preocupação com a recepção é fundamental para o êxito de um programa rádio-educativo. Podemos distinguir duas formas de recepção:

a) Recepção individual- o aluno, isoladamente, recebe as aulas emitidas. Neste caso, a mensagem deve ser capaz de ser interpretada à medida que é recebida, para que o aluno seja estimulado a reagir diante do emissor. Neste caso o manual complementar do aluno se torna indispensável.

b) Recepção organizada- os alunos, reunidos com um monitor, instrutor ou professor, recebem a mensagem educativa. Neste caso, o monitor é figura-chave de todo o processo. Sua intervenção permite comprovar a compreensão, retificar erros de interpretação e insistir sobre as idéias fundamentais transmitidas. Para isso se faz necessário um treinamento especial do monitor para o trabalho.

**material de acompanhamento:** na radiodifusão educativa é imprescindível a existência de material de acompanhamento, tanto para o monitor ( no caso de recepção organizada), como para os alunos. A eficácia do material de acompanhamento depende de uma distribuição bem organizada, do seu uso oportuno e constante por parte dos monitores e alunos, da sua facilidade de manuseio e conservação e da linguagem acessível e pessoal em que ele estiver redigido. Além disso, os usuários devem ter oportunidade de apresentar críticas e sugestões quanto ao material que devem ser levadas em conta.

**avaliação:** finalidade da avaliação é definir até que ponto os objetivos propostos estão sendo atingidos. Assim, para se realizar qualquer processo de avaliação, é necessário uma definição clara dos objetivos que se intenta atingir (SOUZA apud HORTA, 1970, p. 76-77).

No trabalho de radiodifusão educativa a avaliação deve estar presente em todas as fases. Um planejamento exige pesquisa prévia para se verificar a oportunidade e as vantagens de sua realização; durante a produção, avaliações constantes devem ajudar a descobrir os pontos positivos e as falhas a remover; durante a transmissão, a avaliação deve possibilitar o conhecimento das reações dos alunos, seu interesse e o alcance dos conhecimentos e técnicas que estão sendo adquiridos; ao fim do curso se faz necessária a avaliação geral dos resultados obtidos. Finalmente, será necessária uma avaliação posterior das repercussões do curso sobre as atitudes dos alunos em sua vida individual familiar, profissional ou comunitária.

No próximo capítulo, apresentaremos conceitos relevantes para o nosso trabalho. Entre eles, vamos priorizar a questão da cultura, identidade, língua,

educação, comunicação e educomunicação. Em seguida, apresentaremos o resultado da pesquisa de campo. Com isso, acreditamos que abrimos uma discussão mais ampla para saber os reais motivos que levam os Makuxi a ter interesse em cultivar e revitalizar a sua tradição através da língua.

## CAPÍTULO 3

### 3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabemos que o homem é resultado do meio cultural, como ressalta Morin (1988, p.17): “Efetivamente, tradição, educação, linguagem são os componentes nucleares da cultura e formam, em conjunto, os ídolos da sociedade tribo”.

O conceito de cultura é muito complexo. Segundo Laraia (1997), o termo começou a ser utilizado no fim do século XIX, em substituição a folclore. Edward Taylor definiu *culture*, no vocabulário inglês como conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade adquirida pelo homem como participante de uma sociedade.

Para Santos (2006), cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social, ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Para o autor, “ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana... Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor” (SANTOS, 2006, p. 45).

Santos argumenta cultura como uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade, pois ela é uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. Preocupação essa, que deve entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro:

O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transforma-los, de conceber a realidade e expressá-la. A história registra com abundância as transformações por que passam as culturas, sejam movidas por suas forças internas, seja em consequência desses contatos e conflitos, mas frequentemente por ambos os motivos” (Idem, p.7).

Conforme Laraia (1997), cada povo tem seu modo de viver, de se expressar, de educar, de produzir, de lutar, de cultivar, de aprender, de discriminar e de evoluir, o que determina a identidade, como se pode observar no fragmento que segue:

[...] Indivíduos de culturas diferentes podem ser facilmente identificados por uma série de características, tais como: o modo de agir, vestir, caminhar, comer, sem mencionar as evidências das lingüísticas, o fato de mais imediata observação empírica (LARAIA, 1997, p. 76).

Destaca-se o que Rosa Helena Dias da Silva (1998) escreve em sua tese de doutorado a respeito de cultura.

Cultura é uma maneira particular de ver as coisas, sendo o homem depositário e artesão de sua própria cultura. Ela é aprendida, recriada, transformada, transmitida e a língua é um de seus elementos mais importantes (SILVA, 1998, p. 226).

Há muitos conceitos para identidade, sendo mais comum o assunto ser abordado nas ciências humanas e sociais. Na Psicologia Social, Ciampa (1997) diz que identidade é “contraditória, múltipla e mutável”, mas ao mesmo tempo é uma, caracterizando-se como vir-a-ser sempre inacabado:

[...] cada instante da minha existência como indivíduo é um momento de minha concretização, o que me torna parte daquela totalidade, em que sou negado como totalidade, sendo determinado como parte; assim, eu existo como negação de mim-mesmo, ao mesmo tempo em que o que estou sendo sou eu-mesmo (CIAMPA, 1997 p. 68-69).

Para o sociólogo português Sousa Santos (1995), a identidade só pode ser compreendida como “resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação [...] identidades são, pois, identificações em curso” (p. 135). Ele trata a questão como uma categoria política.

Destacam-se alguns conceitos apresentados em 2000 pelo Grupo de Trabalho sobre Conteúdo e Identidade Cultural do Programa Sociedade da Informação, coordenado por Antonio Miranda. O documento lembra que “as concepções de identidade cultural vêm se transformando ao longo do processo civilizatório” (p. 82). O sujeito pós-moderno, conseqüentemente, não tem uma identidade fixa:

[...] Ou seja, o mundo exterior é que estaria mudando, fragmentando o indivíduo, obrigando-o a assumir várias identidades. Com o agravante de que o ambiente em que vivemos agora é considerado provisório e variável. (MIRANDA, 2000, p. 82).

O documento reconhece que, no Brasil, as identidades estão embutidas em nossa língua e em nossos sistemas culturais, mas estão longe de uma homogeneidade.

As identidades nacionais não são nem genéticas nem hereditárias, ao contrário, são formadas e transformadas no interior de uma representação. Uma nação é, nesse processo formador de uma identidade, uma comunidade simbólica em um sistema de representação cultural. E a cultura nacional é um discurso, ou modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto as ações quanto as concepções que temos de nós mesmos (Idem, ibidem).

Finalizando esta secção, consideramos o que Hall chama de “crise de identidade”, vista como parte de um processo mais amplo que desloca as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e enfraquece os modelos que até hoje deram aos indivíduos um lugar estável no mundo social. No entanto, esse processo produz o sujeito pós-moderno, que não tem uma identidade fixa, una ou permanente:

[...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais aberto, variável e problemático. Isto produz o sujeito pós-moderno, conceituado como isento de identidade fixa, permanente ou essencial. A identidade tornou-se uma festa móvel. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diversos, identidades que não estão unificadas em torno de um self coerente (HALL, 1992, p. 9-10).

### 3.1 – Educação

Salientamos aqui a questão da educação, pois inserido no contexto atual, o processo de educação efetiva-se em meio a um cenário de novas tecnologias, geradoras de conceitos como saber flexível, aprendizagem cooperativa, interdisciplinaridades, redes de aprendizagem, aprendizado à distância, enfim, muitas são as formas de se expandir a educação em pleno século XXI. Assim, o desenvolvimento de novas relações sociais, propiciadas justamente a partir dessa

evolução dos meios, culmina na necessidade de elaboração de novos processos educativos, adaptados a essa nova realidade. Brandão (1989) assim define:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na Igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela, para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para fazer, ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 1989, p. 7).

Portanto, educação é o nosso aprender a viver; ela começa desde os nossos primeiros dias de vida, os primeiros gestos, atos, primeiras palavras... Como diz Brandão, antes da escola e em todos os momentos estamos aprendendo ou ensinando. A educação é um processo construído durante toda a vida e de responsabilidade partilhada entre a escola, família e sociedade.

A educação vem de maneira tão sutil, podendo a absorção também se tornar simples, rápida que a gente nem percebe. Podemos aprender em casa, até sentado no sofá. Aprendemos em uma conversa informal com os nossos amigos, quando vamos fazer compras e nos atraímos por aquela linda imagem exibida na propaganda de televisão ou *outdoor*. Aprendemos quase no mesmo ritmo que respiramos e nem percebemos, nem sentimos, e esse processo evolui a cada dia.

Segundo Brandão (1989), a educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades, e esta é a sua força. Antes de inventarem políticas de desenvolvimento, a educação era prescrita como um direito da pessoa, ou como uma exigência da sociedade, mas nunca como um investimento.

Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender, primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas, mas adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos" (Idem, p.10).

Para Figueiredo (2002), a escola é um terreno fértil de aprendizagens diversas, que constitui o espaço privilegiado para as manifestações da ordem afetiva, social, cognitiva dos sujeitos em enfrentamento do outro e da cultura. Por

conta disso, são aprendidas as regras básicas de convivência na sociedade, indispensáveis à sobrevivência social.

Paulo Freire (2004), defende a idéia de que o educador não é um mero transmissor de conhecimentos e sim quem cria as possibilidades para sua produção ou a sua constatação. Podendo, assim, surgir no aprendiz uma curiosidade que poderá torná-lo cada vez mais criador. A leitura crítica contribui na formação de cidadãos participativos.

### 3.1.1 – Educação escolar indígena

A Educação Escolar dos Povos Indígenas ganhou espaço e conquista direitos por uma educação diferenciada, a partir da luta e organização. No ano de 1957, foi aprovada a Convenção 107, da Organização Internacional do Trabalho-OIT chamando a atenção jurídica internacional para a integração das populações indígenas às sociedades nacionais e a promoção no uso de suas línguas maternas.

O antropólogo Grupioni (2001), destaca que a educação escolar indígena virou uma pauta política relevante dos indígenas, do movimento indígena e de apoio dos não-índios. Segundo ele, esta pauta deixou de ser uma temática secundária e ganhou importância a partir do momento que mobilizou diferentes atores, instituições e recursos. Isso é vivenciado durante os encontros, reuniões e seminários que discutem a legislação educacional, propostas curriculares para a escola indígena de formação de professores indígenas, o direito à uma educação que atende as suas necessidades e seus projetos de futuro. Atualmente a discussão não é mais se os indígenas têm ou não escola, mas sim que tipo de escola está sendo oferecida.

No texto Povos Indígenas e Tolerância: Construindo Práticas de Respeito e Solidariedade, Grupioni argumenta que o reconhecimento dos direitos indígenas na contemporaneidade avançou muito em relação ao passado. Isso é percebido pela presença e a atuação cada vez mais visível e marcante de lideranças indígenas tanto nos cenários políticos nacionais como internacionais. É um forte sinal do desejo que estes povos possuem para manter suas tradições e práticas culturais num mundo cada vez mais marcado pela globalização do mercado e pela integração nas comunidades. Se antes a diversidade das culturas, a riqueza dos conhecimentos, saberes e práticas dos povos indígenas eram negadas e

associadas em massificação, hoje são reconhecidas e valorizadas, abrindo espaço para a autonomia e aceitação da diferença e do pluralismo.

As constituições dos países latino-americanos passaram a introduzir artigos referentes às línguas e culturas. No Brasil, a Constituição de 1988 afirma: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (Art. 231). E ainda estabelece em seu artigo 210:

O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL, 1988).

Não se pode negar que os artigos da Constituição Brasileira representam um avanço em relação às legislações anteriores.

Na visão de Grupioni (2001), a Constituição Brasileira de 1988 foi essencial para um novo tipo de relacionamento com os povos indígenas. As legislações anteriores apenas tinham diretrizes protetoras, apostavam na gradual assimilação nacional, porque entendiam os povos indígenas como signo “transitório” e fadados à extinção. Atualmente a Lei tem um novo sentido:

A cultura indígena. Devidamente valorizada, deve ser a base para o conhecimento dos valores e das normas de outras culturas e, assim, a escola indígena poderá desempenhar um importante e necessário papel no processo de autodeterminação desses povos (GRUPIONI, 2001, p. 95).

No entanto, há outros dispositivos legais que garantem a educação indígena diferenciada: o Decreto 26/91, a Portaria Interministerial 559/91, o Decreto que instituiu o Programa Nacional dos Direitos Humanos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN (Lei 9.394/96), conhecida também como Lei Darcy Ribeiro. No ano de 1998 é publicado o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O documento visa:

Oferecer subsídios e orientações para elaboração de programas de educação escolar indígena que atendam aos anseios e aos interesses das comunidades indígenas, considerando os princípios da pluralidade cultural e da equidade entre todos os brasileiros, bem como para a elaboração e produção de materiais didáticos e formação de professores indígenas (BRASIL, 1998).

### 3.1.2 – Educação escolar indígena em Roraima

O Documento “Índios e Brancos em Roraima” relata que no passado as escolas implantadas nas comunidades eram precárias e acima de tudo tinham uma pedagogia que descaracteriza a cultura dos Povos Indígenas, pois a educação era trazida pelos “brancos” e ela não trazia bons resultados às comunidades, ao contrário, quebrava violentamente os costumes:

Para as culturas indígenas não existe, tradicionalmente, um termo específico de ensino, nem lugar fixo para isso. Os meninos aprendem com os pais ou com outros adultos da comunidade, na convivência cotidiana (DIOCESE DE RORAIMA, p. 23).

Segundo ainda o Documento, as escolas para índios nasceram no Território Federal de Roraima nos anos 1930 por iniciativa do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Nos anos 1960 a Igreja Católica criou onze (11) escolas em malocas onde habitavam indígenas das etnias Makuxi e Wapixana. Nos anos 1970 o governo do Território assumiu o controle das escolas e inaugurou outras na área indígena. O internato que funcionava como orfanato para atender as crianças indígenas foi transformado em um Centro de Formação de professores indígenas. No ano 1972, a escola habilitou a primeira turma de professores indígenas para o exercício do trabalho de primeiras a quartas séries; e, no ano 1975, uma outra turma foi habilitada para ensinar até oitava série.

Nos anos 1970 foram realizadas assembleias indígenas em todo o país com a participação de indígenas de Roraima. Essas ações fortaleceram a reconquista das terras tradicionalmente habitada por eles, como também iniciaram discussões e reivindicações para uma educação escolar indígena na qual fosse contemplada a cultura indígena, mais especificamente, fosse garantido a eles falar a sua própria língua.

O Projeto Político Pedagógico-PPP do Curso de Licenciatura Intercultural do Núcleo Insikiran (2008) relata que foi a partir das assembleias que os indígenas começaram a perceber a importância da educação e utilizá-la como uma ferramenta essencial para a luta da garantia dos direitos indígenas.

No ano de 1985, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, abriu um debate nacional denominado “O Dia D”, com o tema central “Que escolas

temos, que escola queremos”. Segundo o PPP, os indígenas sugeriram várias reivindicações para a Secretaria Estadual de Educação de Roraima:

Neste encontro, tuxauas e professores criticaram as práticas pedagógicas integracionistas e o papel impostor das escolas e, além disso, apresentaram propostas de mudanças: a) a implementação de cursos de formação e a contratação de professores indígenas e; b) o direito dos alunos de aprenderem a falar suas línguas. Como resposta a tais reivindicações, a SECD-RR instituiu um espaço administrativo com representação indígena, o Núcleo de Educação Indígena (NEI), no ano de 1986, que foi criado com o objetivo de organizar, acompanhar e coordenar as atividades educativas desenvolvidas nas escolas indígenas (PPP, 2008, p. 33).

O PPP ainda relata que, no ano de 1987, o Conselho das Comunidades Indígenas fundou a escola indígena José Alamano, na comunidade Maturuca. No período de 13 a 18 de maio de 1988, aconteceu, na cidade de Manaus, o primeiro encontro de professores indígenas do Amazonas e Roraima. A partir desse encontro se iniciou a articulação de uma política para implementação de um modelo de educação escolar comprometido com a autonomia dos povos indígenas em todos os aspectos da vida social. Nos dias 26 a 28 de outubro ano de 1990, na missão do Surumu, 84 professores dos povos Makuxi, Wapixana, Taurepang e Ingarikó se reuniram para discutir e defender uma educação escolar indígena diferenciada. Foi neste evento que foi criada a Opirr. O PPP ainda cita que aconteceram várias reuniões denominadas de mutirões pedagógicos em todas as regiões indígenas do Estado:

O desafio maior era o de desconstruir os aspectos que não correspondiam ao projeto de educação indígena diferenciado e, ao mesmo tempo, construir referências de ensino-aprendizagem que correspondessem às necessidades vigentes das comunidades (Idem, p.35).

No ano de 1994, após várias reuniões, as lideranças conseguem formular o Projeto de Magistério Indígena Parcelado para a formação de professores em nível de Ensino Médio, antigo 2º Grau.

O PPP ainda salienta que a formação dos professores em nível superior tornou-se uma das principais metas da Organização dos Professores Indígenas de Roraima, Opiir. No ano 2000, a Opirr apresentou uma pauta de reivindicação para a Universidade Federal de Roraima em que pleiteava reais condições de acesso e de permanência para os indígenas ao Ensino Superior.

A UFRR montou uma comissão interdepartamental e interinstitucional para discutir e criar de fato essa possibilidade. A parceria, Opirr, CIR, Apirr, Omirr, além da Funai e do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria Estadual de Educação resultou na criação do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena em 2002. Em 2003 teve início a primeira turma do curso de Licenciatura Intercultural, cujo objetivo é oferecer formação superior para os professores indígenas que atuam nas escolas das comunidades indígenas de Roraima, a fim de que possam promover a construção de uma educação realmente diferenciada e voltada para os projetos de vida específicos das comunidades.

Atualmente, o curso de Licenciatura Intercultural tem mais de 200 alunos regularmente matriculados. A forma de ingresso no curso é através de um processo diferenciado, com o manual de vestibular e edital de publicação própria, onde são observados os seguintes critérios: O candidato deve ter Ensino Médio ou Magistério, ter o Registro Administrativo de Indígena expedido pela Funai, apresentar uma carta da comunidade autorizando concorrer ao vestibular e uma carta que retornará para a sua comunidade após o término da formação. O processo seletivo é feito em três etapas: a primeira fase constitui-se de uma redação que pode ser escrita em língua portuguesa ou na língua indígena que o candidato domine; a segunda fase é uma entrevista para saber o perfil do candidato, sua concepção de educação escolar indígena, além dos processos metodológicos do professor; e, finalmente, a terceira fase é a análise curricular. Os primeiros formandos receberam os certificados de conclusão de curso no dia 28 de março de 2009.

Outra conquista para o ingresso em cursos de nível superior na Ufrr foi através da Resolução 014/06 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-Cepe dessa Universidade que aprovou no mês de dezembro de 2006, reservas especiais para os cursos de Economia, Ciências Sociais e Medicina. No ano de 2007, onze (11) acadêmicos indígenas ingressaram nos cursos citados. No ano de 2008, foram mantidas as mesmas vagas, mas se ampliou o ingresso para os cursos de Biologia, Ciência da Computação, História e Relações Internacionais.

Com o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Núcleo Insikiran vai criar mais um curso de nível superior: Gestão Territorial Indígena. O PPP do curso já está em fase final de elaboração para entrar na pauta de aprovação no CEPE da UFRR. Portanto, conforme anuncia o PPP do novo curso:

A criação de uma política de acesso e permanência de indígenas no ensino superior é resultado de um processo de diálogo dos povos e movimentos indígenas de Roraima com as instituições de ensino superior, particularmente com a UFRR, que vem consolidando a participação indígena nas diferentes instâncias deliberativas existentes na sua estrutura organizacional, a saber: Conselho do Núcleo Insikiran, Conselho de Ensino, Extensão e Pesquisa (CEPE) e Conselho Universitário (CUni) (Idem, p. 8).

## 3.2 – Língua

O conceito de língua admite diferentes abordagens teóricas. Sabemos que a possibilidade humana de se comunicar, de interagir no nível das idéias, tem como instrumento principal a pela língua.

Não se pode negar que dentre os mais antigos meios de comunicação, antes mesmos dos primeiros e mais remotos registros da escrita, está a fala. Como afirma Marshall (1998):

A língua, como tecnologia de extensão humana, com seus conhecimentos, poderes de divisão e separação, deve se haver configurado na torre de Babel pela qual os homens procuram escalar os céus (MARSHALL, 1998, p. 98).

Costela (2002) defende dizendo que a fala foi o passo inicial de um itinerário impressionante.

Misteriosa quanto as suas origens, que reconstituímos apenas por meio de conjecturas, ela permitiu a eficiente transmissão de conhecimento de uma geração para a outra, fazendo surgir grupos humanos homogeneizados por um acervo cultural comum e assegurando, assim, as raízes iniciais de todas as culturas” (COSTELA, 2002, p. 103).

### 3.2.1 – Línguas Indígenas no Brasil

Há muita controvérsia, também, quando o assunto é a questão das línguas indígenas no Brasil contemporâneo. É comum autores dizerem que hoje no país, são faladas pelo menos 170 línguas por mais ou menos 200 povos que formam uma população minoritária ou mais ou menos 250 mil pessoas. Porém, Rodrigues (2002), reconhece o trabalho árduo dos estudiosos da atualidade quando escreve:

De qualquer forma, o conhecimento que pouco vamos tendo das línguas indígenas de suas características resulta da contribuição de muita gente.

Lingüistas, antropólogos, naturalistas, missionários têm contribuído para esse conhecimento, e sobretudo índios que falam diversas línguas, os quais tem sido os colaboradores essenciais de todos os lingüistas e antropólogos e de quem quer que, bem ou mal, faça as vezes do lingüista (RODRIGUES, 2002, p. 10).

Para Meliá (1979), a língua é um lugar privilegiado na qual se vive a cultura e a história de um povo e que tal conhecimento estabelece um tipo de comunhão com o povo, é capaz de lutar pela identidade desse povo.

A língua faz penetrar no modo de pensar e no modo de aprender. Sem a língua, é praticamente impossível saber-se o que pensa um índio. (MELIÁ, 1979, p. 79).

O autor ainda ressalta que

A perda de identidade étnica geralmente vem precedida da perda da cultura e da língua. E a perda da identidade étnica é causa de perda de meios de subsistência como a terra (Idem, p. 75).

Segundo Rodrigues, a maioria das línguas indígenas faladas hoje nas áreas banhadas pelo sistema fluvial do rio Amazonas pode ser tranquilamente chamadas de amazônicas, mas há problemas para o conceito de línguas amazônicas dentro e fora dessas áreas. O pesquisador ainda diz que o panorama lingüístico da Amazônia se caracteriza pelo predomínio de três famílias lingüísticas amplamente distribuídas no espaço geográfico: a Aruák, a Karíb e a Tupi-Guaraní.

A diversidade lingüística na Amazônia é extraordinariamente grande e que o estudo das línguas indígenas ainda está muito pouco desenvolvido, deve-se esperar que nos próximos anos, com a ampliação e o aprofundamento das pesquisas lingüísticas na Amazônia (e em toda a América do Sul), mais fenômenos novos para a ciência sejam descobertos (RODRIGUES, 2002, p. 26).

No entanto, para garantir que as línguas amazônicas não sejam extintas, será necessário a implantação de políticas para a Amazônia que, por um lado, incentivem a pesquisa científica das línguas indígenas, por outro lado, assegurem as condições necessárias para a sobrevivência das línguas ainda existentes:

[...] Isto é, a sobrevivência dos povos que as falam, dando-lhes o estímulo para que possam manter e desenvolver seu uso mesmo quando integrados lingüística e socialmente às sociedades maiores que agora os envolvem. Para assegurar a sobrevivência das línguas indígenas são necessárias políticas que incentivem o bilingüismo envolvendo a língua própria de cada povo e a língua nacional de cada estado e que provocam a educação a partir da realidade lingüística e cultural dos povos minoritários (Idem, ibidem).

Dentro dessa defesa, destaca-se a declaração de Marcos Terenso, um dos militantes dos direitos indígenas:

Quando queremos discutir a questão das terras indígenas no território brasileiro, queremos compartilhar isso com o povo brasileiro; queremos lembrar que, quando Cabral aqui chegou, nós éramos quase mil povos. Hoje, somos apenas 200 povos. O mais interessante é saber que muitos brasileiros, inclusive estudantes e professores, não sabem que existem 200 povos indígenas no Brasil e 180 línguas faladas (MORIN, 1998, p. 17).

Na perspectiva do lingüista MacDonell, das quase cinco mil línguas faladas no mundo, no ano de 2100, vão ser faladas apenas 500 línguas, ou seja, a previsão é que neste século vão desaparecer 90% das línguas do mundo.

Aqui no Brasil há 180 línguas indígenas ainda faladas, mas a maioria vai morrer, porque a maioria tem menos de quinhentas pessoas falantes. A Makuxi com 18 mil pessoas, Wapixana com cinco, seis ou sete mil lanomâmi. As línguas aqui em Roraima são relativamente fortes e vitais. Então, acho que vale a pena trabalhar com os próprios indígenas para eles ter mais interesse e militância na defesa da língua (ENTREVISTA CONCEDIDA EM 30/07/2008).

Muitos falantes da etnia Makuxi não falam mais a língua tradicional e por isso a valorização da língua Makuxi tem sido uma prioridade das comunidades e das entidades, como: CIR e Opirr e outras. Apesar do reconhecimento oficial das terras ocupadas pelos Povos Tradicionais, como as de São Marcos, Raposa Serra do Sol e Yanomâmi, os povos indígenas vivem na insegurança, correm riscos constantes sob ameaças de suas vidas físicas. Podemos então refletir a partir do que diz Semprini:

O massacre físico se prolongaria ao longo do século XX por uma política sistemática de assimilação forçada e de desenraizamento cultural: deslocamento de populações, misturas de tribos diferentes, proibição de práticas rituais tradicionais de culto e do ensino da língua indígena (SEMPRINI, 199, p.13).

A pesquisadora Déborah de Brito Albuquerque Pontes Freitas afirma em sua tese de doutorado:

Os Makuxi se organizam não apenas para dizer aos de fora quem são e provar que se dão valor, mas também para dizer tudo isso a si mesmos. Esta identificação, ou ainda mais, esta importância, se dá principalmente através do elemento étnico que é o mais identificador dele mesmo, a língua” (FREITAS, 2003, p.195).

O Documento “Índios e Brancos em Roraima” da coleção Histórico Antropológica do Centro de Informação da Diocese de Roraima relata que:

os povos Mações foram atingidos pela influência dos brancos, devido a localização geográfica, principalmente, as malocas próximas da capital Boa Vista (DIOCESE DE RORAIMA, p. 25).

Ainda destaca que nestas localidades, eles perdem com maior facilidade a própria língua, existindo malocas onde só alguns velhos falam sua língua materna. Entre os que residem nas malocas da serra, o domínio da língua é mais fluente, embora também a aquisição do português seja bastante pobre; um vocabulário reduzido a uma construção sintética influenciada pela própria língua indígena. O documento ainda salienta que:

A referência à Guiana permite-nos ressaltar um aspecto peculiar da manutenção da língua indígena na faixa de fronteira. Wapichana e Macuxi que moram nas malocas perto do limite com a Guiana mantêm mais viva a própria língua tendo necessidade de comunicar-se com os parentes da Guiana, isto porque o português não é utilizável já que os índios da Guiana falam, além da língua indígena, o inglês (Idem, ibidem).

Segundo Monserrat (2001), para equacionar adequadamente a questão das línguas indígenas em uma perspectiva de futuro, primeiro é preciso que seus falantes a queiram conservar e desenvolver, ou seja, que desejem continuar utilizando-a.

Para que isso aconteça, a língua precisa ser respeitada e prestigiada, ter status mais elevado, e isso tem de ocorrer também de fora para dentro, da sociedade maior para a sociedade minoritária. Só que... para que isso aconteça, é preciso haver, mais que uma política pública (da) de reconhecimento e respeito pelos direitos das sociedades indígenas- entre eles o de manter e desenvolver suas línguas próprias-, a criação de instrumentos políticos e materiais que lhes permitam exercer plenamente esses direitos (MONSERRAT, 2001, p. 132).

Monserrat (2001), também argumenta que a justificativa maior para a existência no Brasil de uma política lingüística é a necessidade de regular as relações entre o português e as quase duas centenas de línguas indígenas faladas no território e questiona: “hoje, existe no país uma política oficial clara em relação às línguas indígenas? Aparentemente, sim. Na realidade, não” (p.135). Lembra ainda que no plano institucional há menção explícita às línguas indígenas e inclusive em várias instâncias, como: na Constituição de 1988, na qual um dos artigos do capítulo sobre educação assegura às comunidades indígenas “também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Ressalta a importância da Portaria Interministerial 559 de 1991, do Ministério da Educação e Cultura –MEC, das Diretrizes para uma Política Nacional de Educação Indígena de 1994 e da Lei de Diretrizes de Base-LDB de 1996. No entanto, o Estado brasileiro não tem realmente uma política lingüística específica para as sociedades indígenas. Ele tem, sim, no nível do discurso, uma política de educação escolar indígena, qualificada como “bilíngüe, intercultural, específica e diferenciada” (p.138).

Monserrat (2001), acredita que, para acontecer a elevação do status cultural das sociedades indígenas e de suas línguas, podem ser adotadas algumas medidas como: a divulgação na mídia falada e escrita, ou seja, utilizar o rádio, jornais, televisão, cinema, exposições, eventos públicos e outros periódicos, conforme é verificado no seguinte fragmento:

[...] Outra forma de elevar o status das línguas e culturas é promover a vinda de representantes indígenas das etnias locais a escolas não-indígenas, possibilitando-lhes que se expressem em suas línguas próprias. Poderia haver também a reivindicação, em determinadas situações institucionais, de utilização das línguas indígenas com a presença de um intérprete. A valorização das línguas pode dar-se também através da presença e circulação nas escolas indígenas e não-indígenas de materiais escritos produzidos em diferentes línguas indígenas (MONSERRAT, 2001, p. 149).

Meliá (1979), descreve que os povos indígenas mantêm sua alteridade graças a estratégias próprias de vivência sociocultural, destacando a ação pedagógica como sendo uma delas.

A educação desenvolvida pelos povos indígenas lhes permite que continuem sendo eles mesmos e mantenham a transmissão de suas culturas por gerações (MELIÁ, 1979, p.11).

Ainda lembra que “não há um problema da educação indígena, pelo contrário, o que existe é uma solução indígena ao problema da educação”. (idem)

Porém, Morin (1998), questiona a razão pela qual “as línguas e culturas das diversas nações indígenas continuam relegadas a um segundo plano”. Ele faz questionamento, observando o fato de que o Português é considerado como língua oficial, enquanto as línguas indígenas não podem ser, como se pode observar no seguinte fragmento:

Para a ciência lingüística não há línguas superiores nem inferiores, línguas primitivas ou línguas de civilização. Para a lingüística todas as línguas são iguais, todas elas têm uma estrutura lingüística, e todas servem para a comunicação de seus falantes. Se isso é verdade, por que então, o Português é tratado como língua oficial? (MORIN, 1998, p. 162).

Nos últimos anos, os povos Indígenas de Roraima também discutem em suas comunidades a questão do ensino de línguas indígenas. Segundo o aluno do curso de Licenciatura Intercultural do Núcleo Insikiran, Vitor Francisco Juvêncio, o ensino se intensificou com a criação dos centros de formação regionais no ano de 1987, nas comunidades: Malacacheta, região da Serra da Lua, com a finalidade de atender a etnia Wapixana e em Maturuca, região das Serras, para atender a etnia Makuxi. Ele relata que a iniciativa teve a colaboração e apoio dos mestres falantes de línguas de origem e da Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima. Porém, Juvêncio alerta que ainda existem escolas que não possuem aulas da língua indígena, e ele sinaliza isso como um perigo para as comunidades que tem a língua em processo de extinção e a língua portuguesa como a primeira língua:

Enquanto isso o ensino bilíngüe não está sendo paralelo, isto é, o ensino de língua indígena tem somente 5% do tempo disponível. Isso é grave, pois poderá prejudicar a revitalização das línguas indígenas, onde os pais não falam mais com seus filhos na língua de origem. [...] Nós, professores, lideranças e, principalmente, os jovens devemos nos preocupar mais com esse assunto, porque através da perda das línguas vem também a perda da importância da diversidade cultural, sem falar da organização sociopolítico de cada comunidade e povo (BOLETIM INSIKIRAN, janeiro a junho de 2009, ano 5, número 7, p.11).

Juvêncio também sugere que é necessário urgentemente fazer uma revisão mais crítica do modo dominante da educação bilíngüe e criar novos projetos de alfabetização para revitalizar as línguas sem cair na armadilha de achar que o problema do ensino se resolve nas escolas.

Confirmando o que Juvêncio relata, atualmente a língua Makuxi tem vários defensores, entre eles, o professor Makuxi, Celino Alexandre Raposo. Ele publicou no ano de 2009 através do Núcleo Insikiran, a Gramática da Língua Makuxi. Segundo Raposo é uma pequena obra disponibilizada como um meio para o avanço das pesquisas e estudos da língua Makuxi:

Esperamos que a mesma venha contribuir no sentido de preservação e revitalização desta língua que paulatinamente corre perigo de ser extinta se não criarmos uma política mais séria para a sua preservação e continuação do seu uso no dia-dia dos makuxi (RAPOSO, 2007, p. 9).

Na apresentação da gramática, Raposo (2009) diz que estudar a gramática é buscar do entendimento dos processos de funcionamento das palavras e das frases em Língua Makuxi; pois, segundo ele, há dificuldades de trabalhar as variações dessa língua, pois é uma língua que sofreu muitas variações. Raposo argumenta que uma das hipóteses sobre isso é a diversidade lingüística que há em Roraima, além dos povos Makuxi, há outros povos diferentes das etnias: Ingariko, Patamona, Arecuna, Taurepang que historicamente todos viveram em contato permanente entre si.

Nesse sentido pode ter ocorrido as variações da língua makuxi e ter surgido uma nova estruturação da língua, hoje conhecida como makuxi (Idem, ibidem).

Raposo (2009), cita um exemplo bem simples para argumentar essa possibilidade. Ele relata que os parentes da comunidade Cumanã, Ubaru falam a

língua Makuxi-Taurepang que diferencia a fala dos que moram na comunidade da Raposa do lavrado:

Isso não significa que entre eles não há diálogo, mas cada um falando ao seu modo todos se entendem numa fantástica harmonia. Este fato pode ser considerado como uma riqueza lingüística (Idem, ibidem).

### 3.3 – Educação através dos meios de comunicação

Na visão de Costela (2002), no mundo da comunicação, o homem caminhou de um ano ao bilhão. Partindo da fala, chegou à escrita, capaz de se reproduzir em cópias, de início manuscritas, mas aptas a vencer o tempo e a geografia, as técnicas permitiram a proliferação do múltiplo, que das centenas e dos milhares, chegou aos milhões, tanto são, por exemplo, os leitores de vários jornais e revistas atuais.

O autor ressalta que a associação da informática com a telecomunicação permitiu a reunião de todos os engenhos, em um único equipamento com o qual recebemos por meio das redes de computadores, todo tipo de informação. Vivemos hoje, graças aos avanços, a maior experiência já experimentada pelo ser humano. A informação permeia toda a sociedade, salta fronteiras, oferece-se numa abundância incrível.

Bordenave (2003), acredita que a utilização dos meios de comunicação faz parte, do processo educativo formal e não-formal. No mundo inteiro, do rádio à internet passaram a fazer parte da bagagem instrumental da chamada Tecnologia Educativa.

É cada vez maior o uso dos meios de comunicação com objetivos educativos e de integração do cidadão à sociedade. A maioria das pessoas aprende a ler quando ainda criança, conhece as letras, formam sílabas e descobrem as palavras. A partir disso, passam a ver o mundo sob uma ótica diferente e tudo ganha significado, a vida ganha um novo rumo. Então, a inserção social, a alfabetização intensifica o contato diário com os meios de comunicação e permite a compreensão de uma realidade mais ampla. Com isso, é evidente, além de aprender a ler, é preciso interpretar e pensar.

A escrita foi, sem dúvida, uma das tecnologias de comunicação mais importante para o progresso da humanidade e para o desenvolvimento do conceito

de comunicação de massa. Sem ela, provavelmente, a história das grandes civilizações do mundo estaria perdida.

Na avaliação de Costela, os meios de comunicação, em si mesmos, não são bons, nem ruins, são úteis, do mesmo modo que são: a roda, o avião ou a energia nuclear. Os meios de comunicação serão aquilo que o ser humano fizer deles. Essa é a grande, a imensa, a grave responsabilidade, saber as potencialidades dos novos engenhos para o bem. A responsabilidade é de todos, é de cada um e de todos nós.

Na concepção de Bordenave, a comunicação é mais que os meios de comunicação social. Estes meios são tão poderosos e importantes na nossa vida atual que, às vezes, esquecemos que representam apenas uma mínima parte de nossa comunicação. Não poderia existir comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação.

Hoje, os meios de comunicação estão bastante avançados se comparados com a época inicial do processo comunicativo. Mas, apesar da evolução e do advento da informática, Costela afirma ainda que: “Os novos meios de comunicação [...] não matam os seus antecessores mais antigos”. E Marshal reafirma “cada língua materna ensina aos seus usuários um certo modo de ver e sentir o mundo- e que é único” (1998, p.98).

O interessante é que ao longo da história, os novos engenhos de comunicação não excluíram os anteriores. O que costuma acontecer é que o veículo antigo perde parte do mercado ou restringe-se a um mais específico, limitado. Por exemplo, o rádio não matou o jornal impresso, mas tomou-lhe boa parte das verbas publicitárias, a televisão, por sua vez, não aposentou o rádio, e assim por diante. O que aconteceu de diferente é que a internet promoveu a fusão de vários meios de comunicação, na qual uns não excluem, nem restringem os outros, todos se integram.

### **3.4 – Educomunicação**

Desta forma como a educação evoluiu, a comunicação também. E juntas estão formando um novo campo na área de intervenção social, foram estabelecidos novos espaços transdisciplinares que aproximaram, tanto no campo teórico quanto programático, os tradicionais campos da Educação e da Comunicação, ambos

importantes para a formação do ser humano. Dessa união surgiram as práticas educacionais, como sendo a área da educação pela comunicação.

A proposta da educação pela comunicação se define como um processo de ensino aprendizagem que ocorre ao envolver educadores e aprendizes na criação de produtos de comunicação. Como essa área ainda é nova, ainda há uma indefinição conceitual, embora já tenha grupos que chamam esse fazer de educação para comunicação. O professor da Universidade de São Paulo (USP) Ismar de Oliveira Soares, criou o termo “educomunicação” e, com esse termo, surge um novo profissional do século XXI, o educador.

Para Schaun (2002), este campo caracteriza-se:

Pelas atividades de intervenção política e social fundamentada na experiência e na formação crítica do processo histórico, sempre voltada para uma perspectiva de leitura crítica dos meios de comunicação, atuando no âmbito do ensino formal (cursos fundamental, médio, superior, formação de professores para o exercício de uma Pedagogia da Comunicação) e não-formal (organizações e instituições da sociedade civil), nas empresas, nos meios de comunicação, nos movimentos populares, nas organizações não-governamentais. Eles atuam a públicos diversos e específicos, de todas as faixas etárias e grupos sociais minoritários ou socialmente excluídos ou estigmatizados (SCHAUN, 2002, p. 79).

Educação e Comunicação possuem ligações muito importantes, principalmente, quando se salienta a educação, como sendo a interação entre o educador e o educando, e a comunicação como sendo troca de mensagens entre duas ou mais pessoas.

Schaun (2002), argumenta que a educomunicação propõe a credulidade no ser humano, seu permanente embate e encontro com o outro. A diversidade é o substrato constitutivo da educomunicação, que visa relações sociais mais humanizadas, acredita na transformação do indivíduo e da sociedade, na descoberta de novos caminhos para a resolução colaborativa de problemas e, sobretudo, na criação inovadora de olhares diferenciados sobre o cotidiano:

O paradigma da educação no seu estatuto de mobilização, divulgação e sistematização de conhecimento, implica acolher o espaço interdiscursivo e midiático da comunicação como produção e veiculação da cultura, fundada um novo locus: o da inter-relação comunicação/educação (Ibem, ibidem).

Nesta interrelação, a educação continua com seu papel de administrar a transmissão do saber, necessário ao desenvolvimento social, por meio da comunicação que se responsabiliza pela difusão desse saber. Freire afirma **que o homem é um ser de relação e não só de contato como o animal, não está apenas no mundo, mas com o mundo**. Nesse contexto percebemos que Freire mostra que a comunicação é um componente do processo educativo.

Quando o indivíduo ou ser humano se pauta numa comunicação verticalizada, contrária ao diálogo, serve como instrumento de desumanização e domesticação do oprimido, o qual na sua relação com o opressor hospeda-o em sua consciência. Ao se referir à teoria antidialógica, o autor ressalta que a referida teoria tanto traz a marca da opressão, da invasão cultural camuflada, da falsa “ad-miração” do mundo, como lança mão de mitos para manter o *status quo* e manter a desunião dos oprimidos, os quais divididos ficam enfraquecidos e tornam-se facilmente dirigidos e manipulados.

Sabemos que a concepção da recepção como lugar pressupõe uma nova postura do professor frente ao conhecimento. O modelo de professor que sabe tudo e de aluno como tábua rasa não se coaduna com o entendimento da recepção como espaço, como lugar novo, onde se pode rever e repensar o processo inteiro da comunicação. No dizer de Jesus Martín Barbero,

um lugar novo, onde podemos rever e pensar o processo de comunicação em nossos países, em nossas culturas e em nossa sociedade (BARBERO, 1995, p. 39).

Para Barbero, “a recepção é um espaço de interação, [...] um processo de negociação de sentido” (p.42), uma vez que a interação se faz com a própria mensagem, com os meios, com os atores sociais, com a sociedade. Nesta perspectiva, o receptor como sujeito, como lugar, implica seu reconhecimento como sujeito coletivo.

O significado da mensagem é, pois, não apenas as intenções do produtor, do emissor, do significado, ideológico ou não, presente na mensagem, mas é produzido nas relações sociais. A compreensão da recepção como lugar supõe entendê-la como produto de mediações sociais nas quais se inclui a heterogênea pluralidade de países, regiões, grupos sociais os quais possuem diferentes temporalidades quanto

a raça, etnia, gênero, gerações. Implica ainda a aceitação da importância das culturas minoritárias, da pluralidade de vozes, de valorização da vida cotidiana.

A ampliação tecnológica, particularmente dos meios de comunicação, promoveu um segmento novo de contigüidade, de compreensão recíproca, de elementos da educação e da comunicação ou vice-versa.

A relação de cumplicidade e troca entre a educação e a comunicação conquistou um espaço próprio e se assenta como uma área de debate e proposição social particular. Com isso, Shaun esclarece:

As motivações que levam profissionais do mundo inteiro a trabalhar na junção comunicação/educação são permeados pelas utopias sociais. Os educadores como são conhecidos são indivíduos que acreditam na mediação com e para a educação enquanto ação política de intervenção no social fragmentado e complexo da pós-modernidade, estruturado na lógica do poder econômico-financeiro internacional e de fenômeno da globalização (SHAUN, 2002, p. 81).

Para tanto, as novas tecnologias da comunicação e informação, fazem com que a educação ande paralela à comunicação. É impossível um educador transmitir saber sem utilizar este recurso que faz parte inerente da natureza humana. O interessante para nós está em aprender a ver toda prática educativa implica também numa postura comunicativa intencional que busca algum tipo de satisfação particular ou coletiva humana.

Porém, ainda há resistência de professores e facilitadores de ensino, presos aos modelos tradicionais, ao avanço na implementação das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação no espaço da educação formal. Conforme Libâneo (2002):

[...] há também, razões culturais e sociais como certo temor pela máquina e equipamentos eletrônicos, medo da despersonalização e de ser substituído pelo computador, ameaça ao emprego, precária formação cultural e científica ou formação que não inclui a tecnologia (LIBÂNEO, 2002, p. 68).

Também, não podemos negar que esse novo modelo produtivo que surge já nasce submisso à imposição do mercado financeiro globalizado, no qual, todos estamos inseridos. O amadurecimento do conhecimento e do intelecto humano possibilitou a organização de uma nova ordem mundial. Esta nova ordem mundial obedece às regras do mercado econômico que dita transformações nos processos

produtivos, na organização e nas relações do trabalho internacional e, conseqüentemente, nos hábitos de consumo e nos valores morais e éticos da sociedade contemporânea.

Cria-se uma rede integrada privilegiando-se a evolução tecnológica, o novo modelo de produção e desenvolvimento e ainda tudo que for impulsionado em prol desse novo paradigma social. A educação e a qualificação profissional como todos os tipos de transações deverão estar voltados para satisfação da economia de mercado.

E será nessa recente conjuntura que a escola terá de se organizar para melhor absorver esses novos meios que irão se difundir no âmbito da educação. Pois conforme Libâneo:

A didática contemporânea não pode mais ignorar esse importante conteúdo que são as tecnologias da comunicação e da informação, tanto como conteúdo escolar quanto com os meios educativos (Idem, p. 74).

## CAPÍTULO 4

### 4 – PESQUISA DE CAMPO NA COMUNIDADE INDÍGENA CAMPO ALEGRE

#### *Lenda dos Irmãos Insikiran e do Mosquitos*

*Insikiranyamî'ya masayamî' yettapurukapî yamatuyawonkon. "To' anera'mapainan, uwi!" ta'pî itakonya. "Kaane, mooi, aka!" ta'pîiya. "Aka, mooi, tîwîtonîsi!" Maasa, to'yapai xinpata parana pona to'yapai, moro to' sorokato'pe." Taa tanne to' yetta purukapîiya Insikiranya. To'tarankapî masayamî'. Nunkîyamî' tarankapî, Kimuruyamî' tarankapî. Tamînawîrî to'yarankapî Insikiranya. Moropai to' atarankasa ye'nen irui yanîpîtî'pîiya. ("Uwi yantî'tî!" ta'pîiya). "Inna, ewaronya yant' ta'pî iruiya nîrî. Ese'ma yanîpî to'ya masayamî'ya.*

#### *Lenda dos Irmãos Inxikiran e dos Moquitos*

*Os irmãos Insikiran destamparam um cestinho de mosquitos. "Deixa-me vê-los!" disse Insikiran, o mais novo. "Não, mano, cuidado!" disse o irmão mais velho, Ani'ke. Cuidado, mano, deixa-te disso! "espera, vamos nós dois levá-los para lá, vamos levá-los ao mar, afim de soltá-los ali." Dizendo isto, os irmãos Insikiran os fecharam. Mas escaparam sempre porção de mosquitos, carapanãs (Anofeles etc.), escapuliram piuns (Simulim...+ = mosquitos pretos miudinhos, de mordida doloroso e que aparecem em nuvens, à margem de certos rios de águas mais escuras); escaparam maruins. Insikiran, o mais novo dos dois irmãos, deixou escapulir os mosquitos todos. Para que eles devorassem seu mano mais velho é que Insikiran os soltou (dizendo: "Comei meku mano mas velho!") Sim, de noite devorai!" disse também o irmão mais velho. Os carapanãs comeram-no por vingança. (Lição do Programa Vamos Aprender Makuxi).*

Após transcrevermos as entrevistas que foram gravadas em fitas cassetes, selecionamos alguns depoimentos que consideramos relevantes para responder os nossos objetivos propostos e intercalamos com definições dos autores da referência bibliográfica que nos auxiliam na compreensão do assunto. Os nomes que serão citados são verdadeiros, os depoimentos estão transcritos na íntegra, conservamos

a originalidade das falas. Durante as entrevistas, fizemos algumas fotos e selecionamos algumas para melhor ilustrar o nosso trabalho (vide anexos).

Depois do término das disciplinas obrigatórias e aprovação no exame de Qualificação, iniciamos a pesquisa. Portanto, neste capítulo tecemos considerações sobre a pesquisa realizada em Boa Vista e na comunidade indígena Campo Alegre. A primeira pessoa que entrevistamos foi o que chamamos aqui de “idealizador” do programa. No dia 26 de julho de 2008, sábado, combinamos que padre Ronaldo Beaton MacDonell viria à nossa casa para que pudéssemos tranquilamente entrevistá-lo. Conversamos primeiro e, em seguida, gravamos, sempre que entrevistamos alguém, é mais um aprendizado. É como sempre falamos para os alunos de Jornalismo: O jornalista todo dia aprende alguma coisa, assim, é o pesquisador quando se dispõe a investigar.

Após a entrevista, ficamos cientes de que estávamos diante de um missionário apaixonado por linguística e pela sobrevivência dos Povos Indígenas. Além de ser estudioso da língua Makuxi, padre Ronaldo fala fluentemente o idioma. E pensando em estender o conhecimento a outras pessoas, seja da etnia ou que tenha curiosidade e interesse pela língua, ele foi um dos que enfrentou dificuldades e se agregou com professores que manifestaram desejo de expandir o ensino da língua Makuxi. E assim é que surgiu a idéia do Programa radiofônico **VAMOS APRENDER MAKUXI**. Ao questionarmos sobre a finalidade deste programa, ele entusiasmado, respondeu, como se estivesse dando uma aula:

Há várias finalidades. A primeira finalidade é mais óbvia, que é ensinar ou motivar pessoas a aprender Makuxi e poder aprender certas expressões de base, como as saudações; onde você está indo, como é seu nome. Então, mas, só ouvindo o programa não vai dar para aprender, então, realmente, o programa funciona como tipo de isca para que as pessoas procurem falantes ou que estudem com livros, dicionários, etc. A segunda finalidade seria valorizar a língua indígena, colocando a língua indígena nas mídias. Enquanto a gente fala da vitalização ou da vitalidade, aliás, a vitalidade linguística entre muitos fatores, como o da maneira da população, se existem escolas nas línguas, se existem leis que protegem, que promovem aquela língua, e neste caso se existe a língua nos meios de comunicação, seja na televisão, na rádio, nos jornais e nos livros. As línguas indígenas como a Makuxi têm bem pouca presença nos meios de comunicação. Então, a finalidade era lógica no sentido de dar uma voz nos meios de comunicação eletrônicos, nesse contexto de Roraima pluricultural. Então, agora só para voltar para primeira finalidade que seria ensinar a língua para os que não sabem falar Makuxi e querem aprender. Uma audiência era os Makuxi que moram na cidade que talvez tenham filhos que nesse contexto não ouvem a língua todo dia, mas outra finalidade era para os próprios falantes sentirem a valorização da língua.

O depoimento vem ao encontro do que descrevemos no capítulo anterior no qual Montserrat (2001) acredita que para acontecer a elevação do status cultural das sociedades indígenas e de suas línguas, podem ser adotadas algumas medidas como: a divulgação na mídia falada e escrita, ou seja, utilizar o rádio, jornais, televisão, cinema, exposições, eventos públicos e outros periódicos.

[...] Outra forma de elevar o status das línguas e culturas é promover a vinda de representantes indígenas das etnias locais a escolas não-indígenas, possibilitando-lhes que se expressem em suas línguas próprias (MONTSERRAT, 2001, p. 149).

Embora, padre Ronaldo reconheça que não tem curso para trabalhar com Rádio, ele une a força de vontade à Didática. O mais interessante é que os protagonistas são os próprios indígenas. Minuciosamente, as aulas transmitidas são preparadas vide fotos anexos. Com isso, ele acredita que as pessoas interessadas aprendem com as lições:

Dá, se a pessoa realmente quer dá para aprender, porque, de propósito cada lição é repetida cinco vezes, de segunda até sexta-feira. Então, se você ouve segunda-feira, existe essa repetição, dá para aprender as expressões. O que nós fizemos também, era disponibilizar as apostilas em três foto-copiadoras da cidade. A pessoa interessada poderia ir lá pedir, tirar xérox da apostila e também, era possível adquirir CDs dos programas, então, poderia ouvir, repetir muitas vezes essas escutas. Agora, eu acho que não era muita gente que procurou isso, de fato. Deixamos uma lista na foto-copiadora para a pessoa marcar, e talvez tinha vinte pessoas em cada foto-copiadora. Talvez de cinquenta a oitenta pessoas que procuram apostilas.

Conforme Costela, a fala foi o passo inicial de um itinerário impressionante, conforme o relato abaixo:

Misteriosa quanto a suas origens, que reconstituimos apenas por meio de conjecturas, ela permitiu a eficiente transmissão de conhecimentos de uma geração para outra, fazendo surgir grupos humanos homogêneos por um acervo cultural comum assegurando, assim, as raízes iniciais de todas as culturas (p.103).

O Programa passou por algumas mudanças, como por exemplo: troca de horários. No início, em 2004 era transmitido pela manhã, das 9h30 às 9h45h. Depois foi transferido para às 19h e atualmente as 22h, repetido aos sábados às 6h20. Além do horário, Pe. Ronaldo justifica que houve troca no formato:

De fato, a segunda etapa a gente mudou para parecer menos uma coisa didática. Então, o novo formato é em formato de entrevista sobre os mitos, as lendas Makuxi. Uma coisa mais solta, contar de uma maneira mais espontânea. Em vez de fazer muita repetição como fizemos nas primeiras 25 lições, nesse segundo formato a gente só escolhe cinco palavras chaves para a pessoa ouvir com situação reais na história e do mito. Agora, ainda sonho em ter ou ver um programa ao vivo, aonde tem um makuxi um wapixana, ou uma macuxi ou uma wapixana que faz que nem você que convida falantes; coloca músicas, faz tudo ao vivo; faz entrevistas de temas importantes e atuais. Então, isso seria um terceiro formato. Agora, como chegar a isso vamos ter de trabalhar.

Para conquistar esse sonho para “chegar a isso”, ou seja, à possibilidade de fazer o programa ao vivo, Débora Freitas pré-anunciou dizendo que

os Makuxi se organizam não apenas para dizer aos de fora quem são e provar que se dão valor, mas também para dizer tudo isso a si mesmos. Esta identificação, ou ainda mais, esta importância, se dá principalmente através do elemento étnico que é o mais identificador dele mesmo, a língua (FREITAS, 2003, p. 195).

Pe. Ronaldo tem uma visão de futuro muito próxima e acredita que a sua opção em trabalhar com o Makuxi é sua contribuição para que essa língua permaneça forte e viva:

Eu fiz um doutorado sobre o contato de línguas, das expressões da língua portuguesa na fala Macuxi, empréstimos, mudança de código. Eu escolhi trabalhar na área das línguas indígenas aqui no Brasil primeiro porque a Igreja aqui no Brasil estava pedindo ajuda na defesa das culturas indígenas. Então, foi uma opção de missão, tanto do meu Instituto como da Diocese de Roraima e outras Dioceses. Inclusive, eu trabalho pelo CIMI Norte, Amazônia e Roraima, mas, além disso, tem a importância de neste século vão desaparecer 90% das línguas do Mundo. Então, falamos mais ou menos 5 mil línguas no Mundo, no ano de 2100, vão ser faladas 500 línguas. Aqui no Brasil há 180 línguas indígenas ainda faladas, mas a maioria vai morrer, porque a maioria tem menos de quinhentas pessoas falantes. O Makuxi com 18 mil pessoas, Wapixana com cinco, seis ou sete mil Yanomâmi. As línguas aqui em Roraima são relativamente fortes e vitais. Então, eu acho que vale a pena trabalhar com os próprios indígenas para eles ter mais interesse e militância na defesa da língua. É tudo isso que me motiva.

Rodrigues (1993), salienta que o panorama lingüístico da Amazônia se caracteriza pelo predomínio de três famílias lingüísticas amplamente distribuídas no espaço geográfico: a Aruák, a Karíb e a Tupí-Guaraní, em contraste com um grande número de famílias menores. Esse panorama hoje com certeza difere consideravelmente da situação que prevalecia antes da chegada dos europeus. Há

mais de quinhentos anos não só o número de línguas e de famílias lingüísticas deve ter sido maior, mas também grande parte das famílias das línguas deve ter sido mais populosa:

Sempre, na história da humanidade, deve ter havido línguas com poucos falantes e aproximando-se do desaparecimento, mas não como na Amazônia de hoje, em que a média de falantes por língua é de aproximadamente 100. Aqui quase todas as línguas são anêmicas, faltam o sangue das populações, e essa anemia aqui é epidêmica. Quase nenhuma língua escapa à grande sangria levada a todas as partes, a todos os refúgios, pelas políticas de conquista da Amazônia” (RODRIGUES, 1993, p. 22).

Segundo o Documento Índios e Brancos em Roraima, os Makuxi habitam uma região de fronteira, estando suas aldeias tanto no Brasil como na Guiana. Somando a população existente nos dois países, chega-se aproximadamente a 32 mil pessoas. No Brasil, estão distribuídos em cerca 90 aldeias que ocupam regiões de campos e serras. A língua falada pertence à família linguística Karíb. Conforme o Documento, a palavra makuxi é de origem e significados desconhecidos, mas “se perguntado a um makuxi: Quem é você? Normalmente responderá: Pemonkon uuri” (p. 45). O termo *Pemonkon* representaria, assim, a autodenominação deste povo: “Eu sou gente”. Mas, segundo ainda o documento, por razões históricas, este termo não é empregado para se identificarem como povo, preferindo denominarem-se “Makuxi” (idem, ibidem).

Confirmando o que já relatamos no capítulo primeiro, desde o século XVIII, o território dos Makuxi vem sendo invadido e sua cultura sendo transformada por causa do contato com o homem não índio.

Os povos makuxi foram atingidos pela influência dos brancos, devido à localização geográfica, as malocas próximas da capital Boa Vista, principalmente os que residem no lavrado (CIDR, 1982, p. 25).

Na visão de Monserrat (2001), para equacionar adequadamente a questão das línguas indígenas em uma perspectiva de futuro, primeiro é preciso que os falantes dessas línguas as queiram conservar e desenvolver, ou seja, que desejem continuar utilizando-as:

[...] para que isso aconteça, a língua precisa ser respeitada e prestigiada, ter status mais elevado, e isso tem de ocorrer também de fora para dentro, da sociedade maior para a sociedade minoritária. Só que [...] para que isso aconteça, é imprescindível a pressão organizada, a reivindicação dos principais interessados juntamente com os segmentos mais conscientes da sociedade maior (MONSERRAT, 2001, p.132).

Na sequência de nossa pesquisa de campo, trazemos outro sonhador e apaixonado, crente que o seu povo nunca morrerá, até por que ele luta pela revitalização da língua de sua origem: Makuxi. No dia 08 de agosto, quase véspera do julgamento do Supremo Tribunal Federal - STF sobre a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, Boa Vista estava agitada. Fomos até a sede da Secretaria de Educação do Estado e na sala da Divisão Indígena, logo cedo, 8h da manhã, estava o professor Sobral à nossa espera para ser entrevistado. Numa salinha pequenina, fechamos a porta e iniciamos nossa conversa, além de comentarmos sobre a ansiedade do julgamento, conversamos sobre a atual situação das escolas indígenas, as dificuldades e, enfim, gravamos. A conversa transcorreu de tal forma que não percebemos o tempo passar, quando nos demos conta da hora, as pessoas que trabalham na sede, já estavam saindo para o almoço.

Sobral André, na língua portuguesa e, em Makuxi, Xada, 52 anos de idade, relata que, depois de várias tentativas nos meios de comunicação de Roraima, encontrou no Missionário Pe. Ronaldo a mesma idéia de fazer a língua Makuxi ser conhecida através da mídia.

Foi ao contrario né, fiz o contrário disso aí. Porque eu já tinha um programa e estava procurando quem era que ia me ajudar fazer né. Eu fui à rádio Roraima daqui, das ondas médias, e como nessa época estava muita em tensão a Raposa/Serra do Sol e não aceitaram. Eu fui lá na tv Roraima também, mostrei o projeto e também não aceitaram. Ficaram dizendo, se eu não ia respondendo a questão da Raposa/ Serra do Sol. Então, ficaram de retornar a resposta e nada. E quando eu encontro com o padre Ronaldo, e a gente discutindo, apresentei o projeto pra ele e quando aceitou levamos a proposta para FM Monte Roraima. E aí, o projeto foi aceito e começamos a trabalhar com o padre Ronaldo.

Essa peleja e insistência de Sobral comprova o que afirma Rodrigues (1993): para garantir que as línguas amazônicas não sejam extintas, será necessária a implantação de políticas para a Amazônia que, por um lado, incentivem a pesquisa científica das línguas indígenas, como também, assegurem as condições necessárias para a sobrevivência das línguas ainda existentes:

[...] Para assegurar a sobrevivência das línguas indígenas são necessárias políticas que incentivem o bilingüismo envolvendo a língua própria de cada povo e a língua nacional de cada estado e que provocam a educação a partir da realidade lingüística e cultural dos povos minoritários (RODRIGUES, 1993, p. 26).

Ao questionarmos Sobral sobre a importância do programa **Vamos Aprender Makuxi**, ele explica o motivo da idéia:

A importância dele, é que a gente vem fazendo o trabalho junto com os professores, e aí a gente têm as dificuldades não só com os professores mais com as comunidades indígenas que já estavam perdendo sua língua, né. E aí a gente classificou os professores e as pessoas em três grupos diferentes, nessa questão né. Uns que falam bem fluente, tem uns que falam mais não escrevem, tem uns que entende mais não falam, e aí a gente pensou qual é a dificuldade de a gente chegar, principalmente, com esses professores. Porque essa aula, esse trabalho da rádio foi para atingir primeiro os professores.

O discurso de Sobral vem ao encontro do que MELIÁ (1979), descreve:

a língua é um lugar privilegiado onde viver a cultura e a história de um povo e que tal conhecimento estabelece um tipo de comunhão com o povo e, é capaz de lutar pela identidade desse povo. A língua que faz penetrar no modo de pensar e no modo de aprender. Sem a língua, é praticamente impossível saber-se o que pensa um índio" (MELIÁ, 1979, p. 79).

Meliá (1979) é categórico e firme quando argumenta:

A perda de identidade étnica geralmente vem precedida da perda da cultura e da língua. E a perda da identidade étnica é causa de perda de meios de subsistência como a terra (p. 75).

Para aprofundamos mais ainda o que isso de fato representa, perguntamos: O que significa saber falar Makuxi? Sobral dá uma lição jamais esquecida por mim:

Saber falar Makuxi primeiro é entender o Makuxi, suas tradições, sua cultura, seu talento, sua arte, seu modo de viver, tudo isso aí né. Também, hoje o que eu tenho pensado e trabalhado, acompanhar hoje essa outra cultura branca, como é que vou traduzir pro meu povo, como é que vou explicar pro meu povo toda essas línguas, esses dicionários, esse conhecimento de outro lado né. Então, pra eu poder falar pra meu povo, eu tenho que aprender bem minha língua pra não poder repassar isso errado né.

Confirmado o depoimento de Sobral, recorremos a Rodrigues (1993), que reconhece o trabalho árduo dos estudiosos da atualidade quando escreve:

De qualquer forma, o conhecimento que pouco vamos tendo das línguas indígenas de suas características resulta da contribuição de muita gente. Lingüistas, antropólogos, naturalistas, missionários têm contribuído para esse conhecimento, e, sobretudo, índios que falam diversas línguas, os quais têm sido os colaboradores essenciais de todos os lingüistas e antropólogos e de quem quer que, bem ou mal, faça as vezes do lingüista (RODRIGUES, 1993, p. 10).

No roteiro de entrevista, as perguntas para os professores locutores foram iguais, como também as aplicadas com os moradores da comunidade Campo Alegre, os ouvintes do programa radiofônico **Vamos Aprender Makuxi**. No entanto, escolhemos uma pergunta comum para todos os indígenas entrevistados: Você sente orgulho de ser Makuxi? Impressionante, foi a firmeza na tonalidade de voz de todos nossos entrevistados, sejam eles os professores ou ouvintes de programa, optamos em relatar todas essas respostas. A este quisito, Sobral, prontamente responde com um sorriso de uma pessoa madura e segura que está sempre pronta para compartilhar sua cultura, como “um eterno aprendiz”:

Eu sinto muito orgulho, cada vez cresce mais comigo de aprender de levar meu povo, meus jovens, a minha sociedade; aí eu vou também não só aprendendo minha língua Makuxi mais as variedades dentro do Makuxi que hoje tem os parentes Pelacon, tenho os Serumar, tenho os parente aqui do Contão que são Monaicon. Vários ramos. Só dentro dos Makuxi! Eu também estou trabalhando, nesse trabalho também estou vendo os parentes Wapixana, que também estou aprendendo algumas palavras com eles. Os parentes Ingaricó, Patamon também sei falar um pouco, e a mamãe também fala Patamon, e Taurepang a gente já entende um pouco, fala alguma coisa. E aí, a gente vai se estendendo para outros povos lanomâmi, Uaimiri/Atroari, os Wai Wai.

Sobral vai além, e testemunha que as pessoas têm se interessado pelas lições transmitidas pelo Rádio:

Olha, eu não perguntei muito por que ou qual é, mas são pessoas da Universidade que me procuraram também né. Eles têm muito interesse em fazer pesquisa, de ver hoje o povo indígena, a cultura em questão de estudo, de pesquisa né. E não só a cultura de vida, a damorida, o caxiri, o artesanato mais, além disso, aí, a gente tá vendo junto como trabalhar mais o porquê do homem índio, da pessoa índia, o velho e até quantos anos vivem 70, 80, 90 anos. Então, por que eles têm muito filhos. Então, vê todas essas coisas que fazem parte da alimentação, da sua vivência dentro da comunidade. E aí vem a história mesmo. Hoje, ontem estavam aqui um pessoal perguntando o que significa a pintura e qual é o valor da pintura. Porque, pra nós como na sociedade não indígena tem palavras, têm línguas científicas pra nós também temos né, tanto em nossa língua que é do uso da saúde indígena. O pajé tem sua fala, sua palavra que a gente não usa todo dia, ele usa naquele momento que está fazendo o trabalho; perfeitamente como se faz outros trabalhos, a palavra feminina quando se passa de criança para adolescente. Então, tem todo um ritual que é uma linguagem diferente. Quando vocês ouvem o canto do Parixara, do Tucuiu o canto do peixe, o canto da chuva então vocês vão dizer: eu nunca ouvi essa palavra! Eu já fui na comunidade eu nunca vi. Então vou dizer: não é dita de qualquer jeito, tem certo momento que essa língua tem significado além do que a gente pensa né.

Dia 20 de agosto de 2008, o julgamento sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol tinha sido interrompido, e com isso, conseguimos agendar com o professor Reginaldo. Marcamos no local de seu trabalho, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Em poucos minutos, Reginaldo chega e nos convida para um recanto mais tranqüilo e como percebemos que era o seu horário de trabalho, fomos direto ao assunto e gravamos a entrevista.

Participante da primeira e da segunda etapa do programa, o professor Reginaldo Morais Feitosa, 43 anos, reafirma que é importante o programa:

A importância é grande, né? A importância pra nós como língua que está sendo, digo assim, abandonada, esquecida pouco valorizada e inclusive até na fala eu tenho notado algumas coisas que não tá mais como antigamente, então como sou falante desde menino, minha região, a comunidade onde cresci e até agora é uma região que sempre fala em língua Makuxi. Então, pensando nisso eu tô voltado a praticar ou então lembrar meu povo Makuxi que eles sigam as legítimas, as palavras, as palavras mais antigas, porque eu falo isso, porque eu vejo nas escritas, aqui na cidade, nas placas. Dá para verificar uma coisa diferente, modificado.

Orgulhosamente diz que só assim, as pessoas podem reconhecer, ou melhor, conhecê-los como legítimos:

Saber falar Makuxi pra mim, significa dá valor à língua Makuxi, né? E o valorizar todos se voltem a falar né? E se praticando nas comunidades indígenas ou em qualquer lugar onde os indígenas estiverem localizados, na cidade. Falarem mais a língua Makuxi. Makuxi é importante, porque nós se identificando com o Makuxi, é importante que todo o povo conheça nós, né? Como o falante, o praticante da nossa cultura e que dar valor a nossa cultura.

Na manhã, quarta-feira, 27 de agosto entrevistamos a professora Joice no bairro Cidade Nova. Com apenas 25 anos de idade, vinda do interior (maloca da Raposa) quando tinha apenas 10 anos. É voluntária como professora de língua Makuxi no bairro Raiar do Sol que fica na periferia de Boa Vista. Joicilina Soares Santana, conhecida como Joice foi convidada para compôr a equipe do Programa **Vamos Aprender Makuxi**. Orgulhosamente fala como se sente motivada em participar desse trabalho:

Olha, eu, por exemplo, fico muito alegre, emocionada, tipo assim, porque eu sou Makuxi em primeiro lugar, e tenho que ensinar pra quem quer aprender, tenho que passar pro meus filhos, pro meus parentes. Então, isso aí faz parte da vida.

Pelo depoimento de Joice, podemos compreender porque Santos define cultura sendo como uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas:

Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana... Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor” (SANTOS, 2006, p. 45).

Joice acredita que as comunidades indígenas acompanham as lições transmitidas pela Rádio. Lamenta que a emissora não é ouvida em todas as malocas, mas explica como sua comunidade de origem faz para aproveitar as aulas:

Lá na minha maloca eles não escutam né?, porque é muito distante, não pega, só que uma vez eu distribuí os CDs que o padre me passou, então, eles ouvem pela Rádio né?, pelo sonzinho. Aí eles passam pra os alunos que eles dão aula. Então, eles acham muito bom esse trabalho.

O depoimento de Joice relata um pequeno ensaio de recepção organizada definida pela professora Alfredina de Paiva e Souza e transcrita por Horta (1970). Conforme mencionamos no capítulo III desse trabalho:

Recepção organizada- os alunos, reunidos com um monitor, instrutor ou professor, recebem a mensagem educativa. Neste caso, o monitor é figura-chave de todo o processo. Sua intervenção permite comprovar a compreensão, retificar erros de interpretação e insistir sobre as idéias fundamentais transmitidas. Para isso se faz necessário um treinamento especial do monitor para o trabalho (HORTA, 1970, p. 77).

No mesmo dia conseguimos entrevistar também Edwina. Para os Povos indígenas não há fronteiras, principalmente os Makuxi que transitam normalmente nas faixas dos países Brasile e Venezuela ou Brasil e Guiana Inglesa. Para eles “todos são parentes”. Exemplo disso, é a professora Edwina Ângela de Castro dos Santos:

Olha, na verdade eu sou lá do Guiana né?, mas meus parentes mesmo moram aqui, são daqui de Roraima mesmo, meu pai, minha mãe; ela é lá da maloca de Raposa.

Com 35 anos de idade, reside na capital de Roraima (Boa Vista) há 21 anos. Falante da língua Makuxi, inglês e português. Ela é uma das que participa desde o início do programa **Vamos Aprender Makuxi** como professora. Quando perguntamos sobre a importância do programa, ela foi logo respondendo com firmeza:

Na verdade é importante essa lingua para resgatar nossa lingua, até mesmo nossa cultura, porque no final tá quase acabando. Porque se a gente num resgatar, vamos dizer daqui algum tempo, vai morrer, porque tá quase, porque eu sei falar Makuxi, mas meus filhos num sabem, porque eu não ensina. Agora que eu tou tentando ensinar meu filho, agora ele está mais interessado, fala algumas palavras, mas estou ensinando as duas linguas: Inglês e Makuxi.

Conforme LARAIA (1986), cada povo tem seu modo de viver, de se expressar, de educar, de produzir, de lutar, de cultuar, de aprender, de discriminar e de evoluir. Na avaliação de Edwina, na primeira fase do programa, as lições eram mais didáticas e havia possibilidade de maior aprendizagem por parte dos ouvintes:

Acho que a primeira ficaria melhor, porque no primeiro está ensinando, apesar que não é muito, mas está ensinando algumas palavras. Agora nessas lendas a gente ensaiamos pouco e só tradução, principalmente, assim, que não é explicado mesmo assim, porque agente fala, a gente conta estória em Makuxi, em seguida em em português. Acho que não muito não, acho que o primeiro Programa era melhor.

Embora seja uma das que se preocupa com a continuidade da língua, ela afirma que apenas um filho é ouvinte do programa e reclama da filha que não demonstra vontade em aprender:

Ele escuta, meu filho, é mais interessado, ele canta Makuxi. É como eu tô dizendo eu estou ensinando duas linguas: inglês e Makuxi. Ele canta em inglês, ele canta em Makuxi, porque ele tá mais interessado e pequeno, agora, essa aqui minha filha acho que ela não entende não quer nem saber. Ela só sabe quando estou ensinando, repete, mas ela não se interessa, porque, eu tô ensinando: meu filho isso aqui é isso em Makuxi, aí, ele repete. Quando demora um pouco, ele diz: como é que chama isso. Ele não esquece, assim que eu estou ensinando.

Nesse contexto que se encontra a família de Edwina, conforme já citamos anteriormente, o Documento “Índios e Brancos em Roraima” adverte que “os povos Macuxi foram atingidos pela influência dos brancos, devido à localização geográfica, principalmente, as comunidades próximas da capital Boa Vista” (p. 25).

Das professoras, faltava Sandra, mas quando estivemos na comunidade de Campo Alegre para entrevistar os ouvintes do programa, no dia 02 de novembro, logo que terminamos a entrevista com o diretor da escola soubemos que ela estava visitando os “parentes” da comunidade e, assim, pudemos também entrevistá-la. Sandra Fidelis da Silva, 29 anos, nos explicou como recebeu o convite para participar da primeira fase do programa e o porquê da importância de saber falar em Makuxi:

Olha! Fui convidada pelo padre Ronaldo, não só ele, mas pela Pastoral indígena. Pela Iracema que no tempo era coordenadora, estão, me indicou e eu participei dessa primeira etapa do Programa. É muito importante. Porque, tem vários colegas que não sabem, mas querem aprender; não conseguem falar. Ouvem, mas não conseguem falar. Acho muito importante para as escolas, às comunidades indígenas para os alunos os que estão vindo, os alunos novatos querem aprender. Na escola que dou aula de língua Makuxi, eles estão realmente aprendendo, tão falando.

A declaração de Sandra confirma o que diz Morin (1998): “Efetivamente, tradição, educação, linguagem são os componentes nucleares da cultura e formam, em conjunto, os ídolos da sociedade “tribo” (p. 17).

Sandra não faz parte da segunda fase do programa, teve que voltar para a comunidade, ela explica o motivo e testemunha que a recepção dos ouvintes é muito boa:

Eu nasci no município de Normandia, só que eu sou da comunidade de Raposa. Me casei com 13 anos, sai com 16. Fiquei sete anos fora e voltei para Comunidade.

Eu voltei para o Interior como professora de língua Materna; aí não tive mais contato com ninguém, também, não estou mais lá em Boa Vista, estou mais no Interior.

Eles falam que é muito bom. Querem saber onde pegar as apostilas para poder acompanhar. Falei que não sei, porque estou a algum tempo afastada. Na comunidade é bom demais. Na cidade a gente fica presa, não sai para canto nenhum. Aqui a gente vai pescar, come na beira do igarapé, aqui é muito bom.

Mais uma vez se confirma o argumento de Santos (1986), que define a cultura como uma dimensão do processo social, da vida em sociedade, sendo ela, uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. Preocupação essa, que deve entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro (p. 7).

Sábado, ainda cedo, percebemos que a FM Monte Roraima, 107,9 MHz estava sintonizada em várias casas da comunidade Campo Alegre. Lá as casas são muito próximas uma das outras, a casa do tuxaua fica praticamente no centro da comunidade. Após o anúncio da “Oração da Ave Maria”, inicia a vinheta do programa **Vamos Aprender Makuxi**. Sentamos em um banco no quintal do tuxaua e ficamos observando e ouvindo também. Enquanto a esposa de Jadson Evaristo da Silva, preparava o café da manhã, ele ficou parado, ouvindo a lição transmitida. Um silêncio total. Ao ar livre, iniciamos nossa entrevista. Em um ambiente descontraído e alegre ele comenta que sempre quando pode, sintoniza no programa “Vamos Aprender Makuxi”. Ao ser questionado da importância de aprender a língua Makuxi, ele relata:

É muito importante, porque hoje em dia muitas pessoas estão deixando nossa língua que a gente fala, como o makuxi, esquecida. Então a gente resgata ela, porque daqui pouco mais, com certeza, nossa identidade será nossa etnia, nossa língua.

Neste sentido, parece que Jadson interpreta a defesa de Meliá (1979): "A perda de identidade étnica geralmente vem precedida da perda da cultura e da língua. E a perda da identidade étnica é causa de perda de meios de subsistência como é a terra" (p. 75). "A língua que faz penetrar no modo de pensar e no modo de aprender. Sem a língua, é praticamente impossível saber-se o que pensa um índio" (p. 79).

Neste sentido, Jadson reconhece que não é apenas o programa que contribui para que a língua permaneça viva. Há também uma contribuição das escolas indígenas:

Não só com esse Programa, como nas escolas indígenas, nós estamos aprendendo resgatar pra quem não sabe falar Makuxi, e também, aprender um pouco da história das lendas que tem na etnia Makuxi.

Nos últimos anos, a implantação de escolas em terras indígenas deixou de ser uma imposição e tornou-se uma reivindicação das comunidades indígenas interessadas em construir novas formas de relacionamento com os demais segmentos da sociedade brasileira. Essa reivindicação não se traduz em qualquer tipo de escola, consiste num projeto definido de acesso a determinados conhecimentos acumulados pela humanidade e de valorização de práticas tradicionais, para o qual são fundamentais o envolvimento da comunidade, o uso das línguas nativas e de metodologias de ensino e aprendizagem, calendários diferenciados e materiais didáticos específicos na nova prática escolar.

Os indígenas firmam-se enquanto povo sem perder a autonomia de determinar seus próprios rumos. As lideranças se propõem a construir um modelo de escola indígena diferenciada, com metodologia participativa, garantindo o saber tradicional. Segundo Meliá (1979):

[...] os indígenas mantiveram sua alteridade graças a estratégias próprias, das quais uma é precisamente a ação pedagógica. Em outros termos: continuou havendo nesses povos uma educação indígena que permite que o modo de ser e a cultura enfrentem com relativo sucesso situações novas. (MELIÁ, 1979, p. 91).

Jadson, além de ocupar o cargo mais respeitado da comunidade (tuxaua), ainda tem a função de agente de saúde, outra atividade que requer muita

responsabilidade. Perguntamos se ele tem orgulho de pertencer a etnia Makuxi, ele relata sua experiência fora da comunidade.

Ah! e muito! Com essa etnia já me fez conhecer diversos Estados. Coisas que eu não conhecia ainda, por que: vamos pegar um representante da Terra Indígena São Marcos, índio Makuxi, pegaram minha pessoa e levaram para Brasília, passei dezesseis dias lá dentro, onde as pessoas na rua me interrogaram, perguntaram várias coisas; eu me sinto orgulhoso disso, com certeza.

Essa declaração de Jadson confirma o que, com base na Psicologia Social, Ciampa explica, identidade é “contraditória, múltipla e mutável”, mas ao mesmo tempo é una, caracterizando-se como vir-a-ser sempre inacabado.

O nosso dia estava só começando, ainda não tinha terminado a entrevista, e várias pessoas já estavam à espera para também serem entrevistadas. Veio a mãe do próprio tuxaua e disse: “Pronto! Já posso conversar com a senhora, eu estava ouvindo o programa”. E assim, foram se organizando para a entrevista. Com isso, percebemos que, embora não haja uma “recepção organizada”, o tuxaua havia combinado com as pessoas que naquele dia estaríamos na comunidade com o propósito de conversar com elas, só que não esperávamos ser um seguido do outro. Porém, como percebemos que era o tuxaua que tinha feito esse esquema, obedecemos.

Nardélio Marximino da Silva, 22 anos, além de falar bem a língua Makuxi, assume na comunidade a profissão de professor de Língua Makuxi. Nascido e criado na Comunidade Campo Alegre. Ele é um dos primeiros formados pelo curso Intercultural do Núcleo Insikiran na Ufrs, recebeu no dia 29 de março de 2009, o certificado de nível superior. Desde o primeiro contato que tivemos, ficou à nossa disposição, nos acolheu com simplicidade de um verdadeiro mestre. Desembaraçado, fala com tranquilidade e com um tom de quem acaba de sair dos bancos da academia. Enquanto o tuxaua fala de resgate da língua, um termo em desuso atualmente pelos linguistas, ele já usa a terminologia atual “revitalizar a língua”. Isso foi percebido logo nos primeiros questionamentos da nossa entrevista. Por que ele escuta o programa e comenta sua importância:

É importante não só aprender, mas preservar a língua, revitalizar língua, porque, hoje, as línguas indígenas estão sumindo. Por que tem umas coisas que tem que está trabalhando com isso né?, porque é um Programa aberto, um novo Programa, que isso priorizou o povo Makuxi né?, abriu espaço pra espalhar cultura, digamos assim.

A declaração de Nardélio reforça o que diz Bordenave quando descreve que a utilização dos meios de comunicação faz parte do processo educativo formal e não-formal. No mundo inteiro, do rádio à internet todos esses meios passaram a fazer parte da bagagem instrumental da chamada Tecnologia Educativa.

Hoje, os meios de comunicação estão bastante avançados se comparados com a época inicial do processo comunicativo. Mas, apesar da evolução e do advento da informática, Costela afirma ainda que: “Os novos meios de comunicação [...] não matam os seus antecessores mais antigos”. E Marshal reafirma “cada língua materna ensina aos seus usuários um certo modo de ver e sentir o mundo- e que é único” ( p. 98).

Quando perguntamos se Nardélio gostava de ser Makuxi, quando nem terminamos de fazer a pergunta foi logo respondendo com categoria:

Meu nome Makuxi: Kariual. Meu nome em português é Nardélio. Tenho orgulho de ser Makuxi, puro de origem como diz o pessoal, meus familiares são tudo Makuxi e falam Makuxi desde criança. Então, minha língua materna é Makuxi.

Rodrigues (2002), enfatiza que há uma necessidade da expansão das línguas ainda vivas, existentes na Amazônia:

A diversidade lingüística na Amazônia é extraordinariamente grande e que o estudo das línguas indígenas ainda está muito pouco desenvolvido, deve-se esperar que nos próximos anos, com a ampliação e o aprofundamento das pesquisas lingüísticas na Amazônia (e em toda a América do Sul), mais fenômenos novos para a ciência sejam descobertos (RODRIGUES, 2002, p. 26).

E se depender da juventude, a língua Makuxi continuará viva por muitos séculos. Exemplo disso é a jovem Irene Gabriela Gregório Braga, 18 anos. Ela é natural também da comunidade e estuda na capital, Boa Vista. Perguntamos por que escuta o programa “Vamos Aprender Makuxi” E o que já havia aprendido com o

programa. A jovem que se prepara para ingressar na Universidade responde com firmeza:

Pra mim, que moro em Boa Vista, não esquecer, não tem ninguém para falar comigo lá. Não perder minhas raízes... O que eu mais gosto de ouvir é o diálogo entre duas pessoas. A língua é nossa marca. Quem aprender Makuxi agora vai ter oportunidades.

A estudante Rozinete Findeles da Silva, 22 anos, é ouvinte assídua do programa e diz que aprendeu um pouco mais a língua Makuxi, com as lições:

Aprendi muitas coisas. Eu sei falar, mas não sei escrever. Só sei falar. É muito importante, porque a gente esquece a língua da gente mesmo né?, é bom que a gente aprende cada vez mais... pra gente aprender mais. Eu sou muito feliz por ser Makuxi.

Se a estudante reconhece a importância da manutenção da língua que aprendeu de seus pais, apenas oralmente, isso reforça o que muitos pesquisadores defendem: faltam políticas públicas que ajudem as comunidades a manter sua tradição tanto na fala, quanto na escrita e, como consequência disso, “o abandono da língua vernácula pela geração atual de crianças e adolescentes se encontra em um estado tão avançado”, portanto, a importância da revitalização das línguas indígenas assim adverte Monserrat (2001, p. 145).

Com apenas, 20 anos, a jovem Ídria Manuele Gregório, mãe de duas filhas afirma também que são importantes as lições:

Por que está querendo resgatar uma cultura que já está esquecida, porque é muito difícil um jovem que fale Makuxi. Só os velhos mesmo e eles tem muita vergonha de falar. Eu me sinto orgulho sim de ser Makuxi. Eu sinto orgulho de falar, minha avó me criou.

Conforme já havíamos dito no capítulo anterior, muitos Makuxi não falam mais a língua tradicional e por isso a valorização da língua Makuxi têm sido uma prioridade nos últimos anos das comunidades e das Entidades organizadas. Quem sabe; assim, no Brasil não ocorra mais com tanta intensidade o que ocorreu no início da colonização portuguesa, o massacre em massa dos Povos indígenas ou até mesmo o que ocorreu em outros Territórios da América, conforme alerta Semprini (1999, p.13).

Apesar da pouca idade, Ídria demonstra preocupação com as futuras gerações de sua etnia. Questionamos se ela está ensinando a língua Makuxi para as suas filhas; ela não hesitou em atribuir essa função à avó: “Não. Elas falam só com a vovó, elas já entendem. Não falam não, entendem o que a vovó fala. Nunca me dediquei a ensinar não, Eu vou ensinar...”

Neste sentido, Monserrat (2001), explica que:

O mais importante é que não-explicitação da verdadeira posição das comunidade frente à “escola indígena” e à “língua” não impede que venha à tona, através de certas afirmações ambíguas de pais e alunos ou do desalento e queixas expressos pelos mais velhos, a angústia, a perplexidade, as dúvidas das pessoas sobre escola e língua indígena numa perspectiva de futuro, sobre sua própria possibilidade de sobrevivência como povo etnicamente diferente, com língua e cultura próprias (MONTSERRAT, 2001, p. 143).

Acolher um visitante com *damurida* (comida típica dos Makuxi: caldeirada de peixe apimentada) é uma das rotinas do povo Makuxi e foi nesse clima festivo que o diretor da Escola Indígena nos recebeu em sua casa. Moisés da Silva Raposo, 42 anos. Fala fluentemente a sua língua, mas foi logo defendendo o motivo pelo qual ele ouve o programa e a importância que ele tem para a comunidade:

Por que eu gosto de ouvir outras idéias de outras comunidades, de outras pessoas. A gente está sempre ouvindo esse rádio pra outras coisas, principalmente, na língua Makuxi. É música, enfim, o Programa é realmente importante para gente... Eu aprendi as histórias que contam das lendas, dos mitos. É muito importante. Por que a gente nunca deve deixar o que a gente é: Makuxi. É uma cultura nossa que nunca vamos deixar. Eu tenho orgulho de ser Makuxi. Graças a Deus, eu me orgulho de ser índio, de ser Makuxi.

A Comunidade conta também com o reforço da esposa do diretor da escola que é professora de língua Makuxi, Claudete Batista, 35 anos. Como professora, também valoriza o programa e fala o motivo de sua escolha:

Por que eu sou Makuxi e gosto de ouvir histórias, pandaro. Histórias indígenas, Makuxi, Parixara. É por que sou Makuxi né?, e tem várias etnias Makuxi, Wapixana, então, cada comunidade que tem Makuxi, Wapixana tem que ensinar da importância da nossa língua, não esquecer da nossa língua, ensinar nossos filhos a falar. Lendas, histórias, falar um Pouco da vida da gente também.  
Eu me orgulho de ser Makuxi. Gosto de ensinar meus alunos, e quero que eles aprendam.  
O programa me ajuda aperfeiçoar, ser Makuxi. Eu estou aprendendo e ensinando.

Todo bom professor procura estar sempre em busca de meios para auxiliar no seu aperfeiçoamento. Seja através de leituras, cursos e outros meios. E essa garantia é apresentada no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas do Ministério da Educação e Cultura (MEC):

Oferecer subsídios e orientações para elaboração de programas de educação escolar indígena que atendam aos anseios e aos interesses das comunidades indígenas, considerando os princípios da pluralidade cultural e da equidade entre todos os brasileiros, bem como para a elaboração e produção de materiais didáticos e para a formação de professores indígenas.

A professora Maria Éléia da Silva, 56 anos, declara que tem um grande orgulho de ser Makuxi e quando pode não deixa de sintonizar o programa que ensina sua língua de origem e reconhece que ele contribui com sua aprendizagem:

Um pouco, né?, porque eu quase não falo essa língua; eu só ouço, não sei escrever. É muito importante, porque às vezes as pessoas vêm falar com a gente e ninguém entende nada. Então se eu ouvir todos os dias a ler, a aprender, é claro que vou aprender na rádio como é que se comunica com nossos parentes, com nossa língua.

A Makuxi Lourdes da Silva Raposo, 47 anos, ouvinte assídua, porém, lamenta não ter ouvido as últimas lições, pois uma galinha quebrou o seu rádio. Ela afirma que busca reforçar o que aprende com as lições, utilizando o livro:

Por que muitas vezes a gente aprende, né? Pelo menos eu estou aprendendo algumas palavras, como acabei de falar para você. Umas palavras diferentes. Eu olho para meu livro que emprestei para escola. Estou sem ele agora em casa. De manhã nunca vi o Programa. Só à noite deitada na minha rede, minha cama eu ouço o Programa.

A dona de casa, Consolata Gregório. 43 anos, falante tradicional da língua Makuxi disse que raramente ouve o programa porque não tem rádio. Afirma que é muito importante a Rádio transmitir esse tipo de programa, mas não deixou de fazer suas críticas quanto à diferença que ela percebe na pronúncia de algumas palavras:

Escuto por acaso, por que eu não tenho rádio não. Quando eu ouvi esse programa de língua Makuxi eu vi que era diferente do que falava, que aprendi com minha mãe. Mudou o jeito de falar a pronúncia certa. Eu ficava ouvindo, mas não achei certo não. É importante sim, por que é a nossa língua Makuxi, não pode mudar dizer que não pode falar, né? Por que também é importante em hoje em dia não ta dando o valor, em quanto, outras pessoas dão valor.

A crítica que Consolata faz “mudou o jeito de falar a pronúncia certa” pode estar justificada no que diz o Documento “Índios e Brancos em Roraima”, as malocas próximas da capital sofrem mais ainda com a influência da língua oficial e contato com a cidade. “Nessas localidades, eles perdem com maior facilidade a própria língua, existindo comunidades onde só alguns velhos a falam ainda” (p.45). Argumenta ainda que os indígenas que residem nas comunidades da serra, bem distante da capital, o domínio da língua é mais fluente, embora a aquisição do português seja bastante pobre, um vocabulário reduzido. Isso também é percebido quando temos o contato direto com esses indígenas. Isso nos faz lembrar o período em que apresentávamos o programa radiofônico “Monte Roraima Show”, no quadro de entrevistas, por várias vezes, indígenas de todas as regiões eram entrevistados e houve ocasiões em que foram entrevistados indígenas que moram na região das serras que mal conseguem pronunciar algumas palavras na língua portuguesa. Dava para perceber que há sim, uma pronúncia diferenciada, afinal, a própria língua portuguesa sofre alterações nas pronúncias e até no sentido das palavras. Raposo na Gramática Makuxi explica também essa afirmação.

Aproveitamos para saber se Consolata gostaria de ser a professora do programa e ela em tom de brincadeira disse “Não”. Vão rir de mim, do jeito que eu acho graça delas”. Nesse clima de amizade, a nossa conversa ficou mais interessante, pois Consolata pode até não aceitar ser a professora oficial na Rádio, mas é uma verdadeira intérprete da língua Makuxi. Filha da dona de casa, Tereza Januário Raposa, 95 anos. Ela só fala em sua língua materna, disse que entende o que os brancos falam, mas não tem interesse nenhum de oficializar a língua portuguesa como sua língua materna, como se pode observar no seu depoimento que foi traduzido por sua filha Consolata:

Ela disse que nasceu se criou com o pai e mãe dela e nunca ensinaram falar português. Assim como a senhora não sabe falar a língua dela, ela não sabe falar a língua da senhora. Só isso que ela falou. Ela diz que briga muito, porque as netas não querem falar Makuxi, só falar português, não querem falar a língua dela. Ela está dizendo que a língua dela é muito importante para ela, porque não tem outra língua que ela vai falar. É a única. Desde seus tataravôs. Ela reclama muito com as netas por causa disso, ela que continue para frente.

Tereza muito simpática não perdeu tempo e nos convidou para também aprender sua língua e se aceitássemos estava feito outro desafio: “Ela falou que é para a senhora voltar para ela ensinar a fiar algodão que é pra fazer rede de madrugada que nem ela acorda”. Intepreta Consolata.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo da pesquisa, observamos influências, limites e possibilidades de revitalização da língua Makuxi. Pelo fato de Roraima ser um estado que possui uma população indígena de aproximadamente 40 mil pessoas, falantes aproximadamente de treze línguas distintas, revele-se de suma importância um programa radiofônico que oferece oportunidades para que os povos falantes demonstrem que sua língua continua viva, embora, por muitos motivos e ao longo dos anos, os não-índios, tenham tentado negá-la. O programa radiofônico “Vamos Aprender Makuxi”, conquistou um espaço “político” que fez despertar entre os Wapixanas a necessidade de também conseguir um horário para o programa “Vamos Aprender Wapixana”. E, de uma maneira geral, as lições chamam à atenção de indígenas e da população em geral.

A questão central da pesquisa buscou demonstrar, além de um enfoque diferenciado a história de Roraima, que, ao longo de mais de meio milênio, os Povos indígenas sobreviveram com sua cultura, identidade e a manutenção de sua língua materna, embora em vários momentos tenham sido obrigados a substituí-la pela língua oficial do país, a língua portuguesa. Assim, fica claro que, ainda existem indígenas que conservam a tradição de seus antepassados, através da língua; exemplo disso, é Teresa Makuxi que aos 95 anos fala apenas sua língua materna e ainda repassa para seus filhos e netos.

Conforme diz o Projeto Político Pedagógico de Licenciatura Intercultural (UFRR), indubitavelmente, um programa de revitalização lingüística deve ser um projeto que parta das próprias comunidades. Para tanto, é fundamental a criação de espaços públicos para a prática oral na língua indígena no próprio cotidiano.

E um desses espaços é o programa “Vamos Aprender Makuxi”. O programa além de ser uma aula aberta para qualquer cidadão, traz em seu conteúdo não apenas os aspectos lingüísticos, mas também todo um conhecimento da cultura milenar desse povo que tem uma história de domínio, período de escravidão, mas que soube politicamente retomar sua história na luta constante pela garantia da Terra, como também por uma educação diferenciada.

O Projeto ainda sugere que deve aumentar o apoio em projetos de revitalização e promoção do uso das línguas nativas nas comunidades indígenas. Daí a importância de colocar em prática o que faz a professora Joice, uma das nossas entrevistadas, que já aposta em levar Cds gravados com as aulas em Makuxi para as comunidades indígenas mais distantes, onde não chega o sinal da FM Monte Roraima.

Quanto ao programa radiofônico aqui estudado, embora a nossa preocupação primeira não seja o formato do programa, mas sim, a questão da política de manutenção, a revitalização da língua Makuxi, ressaltamos o que Mendonça (2008), recomenda: Os programas gravados costumam, para diminuir as discrepâncias quanto a efetividade na comunicação, simular programas “ao vivo” lançando mão dos recursos próprios dessa linguagem: uma conversa ao “pé do ouvido” do ouvinte, enriquecida com recursos sonoros como músicas, ruídos ambientes, efeitos sonoros.

Isso nos remete a sugerir que a linguagem utilizada na produção do programa “Vamos Aprender Makuxi”- podendo ser estendida a outras produções de educação radiofônica – é a uma interseção das formas de expressão tanto do radiojornalismo quanto do radiodrama, da arte radiofônica. Isto porque, a conquista da atenção do ouvinte e a superação do rádio educativo clássico vão ser possíveis com a produção de uma emissão radiofônica mais dinâmica. O programa deve usar mais os recursos dramáticos da linguagem radiofônica, como: vinhetas sonoras, cortinas musicais, radioteatro e uma locução representada, similar à locução do rádio “ao vivo”, que não impede de ser um programa educativo; o importante é chamar o ouvinte.

Outra observação que fazemos sobre o programa “Vamos Aprender Makuxi”, é a possibilidade de ser construído um feedback, na qual os ouvintes dêem suas sugestões. E com isso concordamos com o que Horta (1970) recomenda: “ Os resultados obtidos através do uso do Rádio como instrumento de Educação ficam muito aquém das esperanças nele colocadas”. Mas logo em seguida ele levanta a seguinte hipótese: “Queremos levantar é que este fato se deve, principalmente, à

ausência de Recepção Organizada, na medida em que se mantiveram fiéis a esta prática, obtiveram relativo sucesso” (p.117).

Essa recomendação não significa pessimismo, pelo contrário, o pesquisador ainda no período de 1970 já tinha um olhar de futuro quando aponta: “Qualquer iniciativa que venha a ser tomada para o futuro no campo da Radiodifusão Educativa em nossa terra, se quiser obter resultados positivos, deve colocar grande ênfase na organização da recepção (criação de Radioposto)” ( Idem). Horta já levantava essas hipóteses porque teve convicção de que, “Rádio é muito mais um instrumento de ensino que de educação, é muito mais um meio de transmissão de conhecimento [...]”.

Este estudo não teve a preocupação com a questão técnica, mas buscou demonstrar que a tecnologia, os meios de comunicação, especificamente o rádio, pode e muito ainda contribuir com a educação. Resgatar valores, cultura e acima de tudo mostrar que, deve ser um canal aberto para quem não tem ou perdeu “voz e vez” diante da sociedade que valoriza apenas quem tem dinheiro.

## REFERÊNCIAS

BARBERO, Jesus Martín. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, Mauro Wilton de. Sujeito: **O lado oculto do receptor**. São Paulo, Brasiliense, 1995.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto-Portugal: Porto Editora Ltda., 1994.

**BOLETIM INSIKIRAN**, Informativo da Licenciatura Intercultural. Ano 5 Número 07 Janeiro-Junho de 2009

BORDENAVE, J. E.D. **O que é Comunicação**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 2003.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**, 24<sup>a</sup>. Edição, São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos)

BRASIL **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CALDAS, Waldenyr. **Cultura de Massa e Política de Comunicações**. 2<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro-RJ: Global, 1991.

CARVALHO, Fábio Almeida, FERNANDES, Maria Luiza e REPETTO, Maxim (orgs.) **Projeto político pedagógico do curso de licenciatura intercultural**. Boa Vista: EdUFRR, 2008.

CIAMPA, Antônio da C. Identidade. In: Lane, S.M.T; CODO, W.G. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo Brasiliense, 1997.

**CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR.** Documentos e Arquivos da Diocese de Roraima, do Conselho Indígena de Roraima e da Rádio Fm Monte Roraima. Gravações da Fm Monte Roraima.

COSTELA, Antônio. **Comunicação, do grito ao satélite:** História dos meios de comunicação. Editora Mantiqueira, 2002.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** 4 ed. Campinas: Autores Associados: (Coleção Educação Contemporânea), 2000.

Documento “Índios e Brancos em Roraima” da coleção Histórico Antropológica de número 02 do Centro de Informação Diocese de Roraima (1982)  
Editora Global São Paulo 2005

EL-HUSNY, Maria de Lourdes Gomes. **Mulheres Líderes Macuxi** Uma Identidade Política. Dissertação de Mestrado, IFCS UFRJ, Rio de Janeiro 2003, mimeo.

FEDERICO, Maria E. Benevita. **História da Comunicação-** Rádio e TV no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, coleção Leitura, 2004.

\_\_\_\_\_ **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREITAS, Aimerê. **Geografia e História de Roraima.** Manaus: Grafima, 1996.

FREITAS, Deborah de Brito Albuquerque Pontes. **Escola Makuxi:** Identidades em construção. (Tese de Doutorado, Unicamp). Campinas, 2003, (mimeo).

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o trabalho científico** elaboração e formatação. 14ª ed.. Porto Alegre: (s. ed.), 2006.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: GASKELL, George; BAUER, Martin W. (Edits). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som:** um manual prático. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas. 1996.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. VIDAL, Lux Boelitz e FISCHMANN, Roseli (org). **Povos Indígenas e Tolerância: Construindo Práticas de Respeito e Solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 (Seminários 6; Ciência, Cientistas e Tolerância III).

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro/RJ: Editora DP&A, 1992. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

HORTA, José Silvério Baía. Histórico do Rádio Educativo no Brasil (1922-1970). Cadernos da PUC-Rio. Tópicos em Educação/Série Letras e Artes, n. 10, set. 1972, p.73-123.

<http://www.cir.org.br> consultas: 13 de fevereiro de 2009.

<http://www.scielo.br> consultas: 13 de fevereiro de 2009.

hppt:// [www.revistamissões.org.br](http://www.revistamissões.org.br) consultas: 13 de fevereiro de 2009 .

<http://www.insikiran.ufr.br> consulta 13/09/2009

LARAIA, Roques de Barros. **Cultura: Um conceito Antropológico**, Rio de Janeiro , 1986.

LIBÂNEO, J. Carlos. **Adeus ao professor, Adeus a Professora?** 6<sup>a</sup> Edição São Paulo: Cortez, 2002.

LÜDKE, Menga e ANDRÈ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

Jornal Vira Volta/Nós Existimos. Edição janeiro 2009-02-14.

MARSHALL, Mcluhan. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

MATA, Raimundo Possidônio C. e TADA Cecília (Orgs): **Amazônia, Desafios e Perspectivas para a Missão**. Edições Paulinas, São Paulo, 2005.

MELIÁ, Bartomeu - **Educação Indígena e Alfabetização**. Edições Loyola, São Paulo, 1979.

MENDONÇA, Valéria Márcia. **Educação nas Ondas do Rádio**: Uma análise de programas radiofônicos de educação para a cidadania. UFF Faculdade de educação Programa de Pós-Graduação em Educação. Niterói, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. Texto: Política e Planejamento Linguístico nas Sociedades Indígenas do Brasil hoje: O espaço e o futuro das línguas indígenas (Apresentado durante uma Conferência proferida no III Encontro de Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas, promovido pelo Núcleo de Cultura e Educação Indígena da Associação de Leitura do Brasil (ALB) durante Congresso, realizado em Campinas, UNICAMP, de 20 à 23/07/1999. Posteriormente publicada em Veiga, Juracilda e Salanova, Andrés (Orgs.)- **Questões de Educação Indígena: da formação do professor ao projeto da escola**. Brasília: FUNAI/Dedoc, Campinas: ALB, 2001.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

MORI, Angel Corbera. Artigo: **A língua indígena na escola indígena**: quando, para que e como?

MORIN, Edgar. **O Método 4**. As Idéias- Habitat, Vida, Costumes, Organização. Porto Alegre/RS: Sulina, 1998.

NETO, Raimundo Vanthuy. Dissertação de Merstrado: Servir ao jeito de muitos a missão beneditina no Rio Branco (1909-1948). Pontifícia Universidade Católica N. S. da Assunção. São Paulo, 2000.

Organizadora: MILANEZ, Liana. **Rádio MEC Herança de um sonho**. Rio de Janeiro/RJ: Acerp MEC, 2007.

Organizador GRUPIONI Luiz Donisete Benzi. Índios no Brasil.

Org.: CARVALHO, Fábio Almeida, FERNANDES, Maria Luiza e REPETTO, Maxim: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL. EdUFRR, 2008.

ORTRIWANO, Gisela. **A informação no Rádio**. São Paulo: Summus, 1985.

QUEIXALÓS F. & LESCURE O. Renault (Orgs.) **As línguas amazônicas hoje**, São Paulo, IRD, ISA, MPEG, 2000.

RAFFESTIN, C. Ecogêneses Territoriale. Apud. Haesbaert, R. **Desterritorialização e Identidade**- A rede "Gaúcha" no Nordeste. Niterói: EUFF. 1997

RAPOSO, Celino Alexandre: **Gramática da Língua Makuxi** - Estudando a Língua Makuxi. Núcleo Insikiran, Boa Vista: EdUFRR, 2009.

\_\_\_\_\_. Levantamento Sócio-Econômico-Cultural da Comunicação Indígena – Campo Alegre, Boa Vista, 2003. Mimeo.

REPETTO, Maxim. **Movimentos Indígenas e Conflitos Territoriais no Estado de Roraima**. Editora UFRR, 2008.

RODRIGUES, Aryon D. Panorama das Línguas Indígenas da Amazônia. In: F. Queixalós & O. Renault-Lescure (orgs.). **As Línguas amazônicas hoje**. IRD/ISA/MPEG. São Paulo, 2000.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**, São Paulo, Editora Loyola, 1986.

SANTOS, José Luiz. **O que é Cultura**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2006- (Coleção Primeiros Passos; 110).

SCHAUN, Ângela. **Educomunicação: reflexão e princípios**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução Laureano Pelegrin. Bauru/SP. EDUSC, 1999.

SILVA, Rosa Helena Dias. **A Autonomia como valor e a articulação de possibilidades**. Quito Ecuador. ABYA-Yala, 1998.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo. Cortez, 1995.

Texto: Documento Sociedade da Informação: Globalização, identidade cultural e conteúdos. Ci Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p.78-88, maio/ago. 2000.

# **ANEXOS**



Foto 1: Entrada da Comunidade Indígena Campo Alegre



Foto 2: Estilo de casas da Comunidade



Foto 3: Formatura da 1ª Turma de Licenciatura Intercultural Indígena do Núcleo Insikiran



Foto 4: *Damurida* – comida típica dos povos indígenas: peixe cozido com muita pimenta



Foto 5: Chegada dos apresentadores do programa ao estúdio da FM Monte Roraima



Foto 6: Professores apresentando o Programa “Vamos Aprender Makuxi”



Foto 7: Professoras apresentando o Programa “Vamos Aprender Makuxi”



Foto 8: Travessia do Passarão – Rio Uraricoera para a Comunidade Campo Alegre



Foto 9: D. Teresa (a mulher mais idosa da Comunidade, ao centro) e suas filhas.



Foto: Tuxaua Jadson concedendo entrevista

## ROTEIROS DE ENTREVISTAS

ENTREVISTA PARA O IDEALIZADOR DO PROGRAMA “VAMOS APRENDER MAKUXI”

NOME \_\_\_\_\_

IDADE \_\_\_\_\_

FUNÇÃO \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE \_\_\_\_\_

1. COMO SURTIU A IDÉIA DO PROGRAMA RADIOFÔNICO “VAMOS APRENDER MAKUXI”?
2. COMO FOI COMPOSTA A EQUIPE QUE PRODUZ O PROGRAMA?
3. QUAL A FINALIDADE DO PROGRAMA “VAMOS APRENDER MAKUXI”?
4. O SENHOR ACREDITA QUE DÁ PARA APRENDER UMA LÍNGUA ATRAVÉS DE UM PROGRAMA RADIOFÔNICO? JUSTIFIQUE.
5. QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAR O PROJETO?
6. HOUVE ALGUM TIPO DE RESISTÊNCIA PARA ACEITAR A TRANSMISSÃO DO PROGRAMA NA FM MONTE RORAIMA?
7. JÁ OUVIU ALGUM TIPO DE COMENTÁRIO SOBRE O PROGRAMA? DE QUEM? QUE TIPO DE COMENTÁRIO?
8. O PROGRAMA RECEBE ALGUMA CORRESPONDÊNCIA DAS COMUNIDADES?
9. A TROCA DE HORÁRIO DA TRANSMISSÃO DA MANHÃ PARA À NOITE FOI MELHOR? POR QUÊ?
10. O QUE MUDARIA NO PROGRAMA? POR QUÊ?

ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES QUE PRODUZEM O PROGRAMA “VAMOS APRENDER MAKUXI”

NOME \_\_\_\_\_

IDADE \_\_\_\_\_

COMUNIDADE \_\_\_\_\_

FUNÇÃO \_\_\_\_\_

ETNIA \_\_\_\_\_

1. QUAL A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA “VAMOS APRENDER MAKUXI”?
2. O QUE LHE MOTIVA PARA PARTICIPAR DA EQUIPE QUE ELABORA AS AULAS DE MAKUXI PARA SEREM TRANSMITIDAS PELA FM MONTE RORAIMA?
3. VOCÊ JÁ RECEBEU ALGUM COMENTÁRIO SOBRE O PROGRAMA?  
SIM ( ) NÃO ( )  
DE QUEM? O QUE FOI COMENTADO?
4. VOCÊ ACREDITA QUE AS COMUNIDADES INDÍGENAS ESCUTAM O PROGRAMA?
5. QUANDO VOCÊ VISITA AS COMUNIDADES OU PARTICIPA DE EMCONTROS, ASSEMBLÉIAS, O QUE OS INDÍGENAS FALAM SOBRE O PROGRAMA?
6. VOCÊ TEM COMHECIMENTO DE PROGRAMA RADIOFÔNICO SOBRE A LÍNGUA MAKUXI EM OUTRAS RÁDIOS?
7. O QUE VOCÊ MUDARIA NO PROGRAMA?

ENTREVISTA PARA SER APLICADA COM OUVINTES DO PROGRAMA “VAMOS APRENDER MAKUXI”

NOME \_\_\_\_\_

IDADE \_\_\_\_\_

COMUNIDADE \_\_\_\_\_

FUNÇÃO \_\_\_\_\_

ETNIA \_\_\_\_\_

1. POR QUE VOCÊ OUVI O PROGRAMA “VAMOS APRENDER MAKUXI”?
2. O QUE VOCÊ JÁ APRENDEU NESSE PROGRAMA?
3. QUAL O HORÁRIO MELHOR PARA SER OUVIDO O PROGRAMA: MANHÃ ( ) TARDE ( ) NOITE ( ) POR QUE?
4. VOCÊ JÁ TINHA ESCUTADO ALGUM PROGRAMA DA LÍNGUA MACUXI EM OUTRAS RÁDIOS?
5. VOCÊ CONSEGUE COMPREENDER O QUE OS PROFESSORES FALAM?
6. É IMPORTANTE A FM MONTE RORAIMA TRANSMITIR ESSE TIPO DE PROGRAMA?
7. VOCÊ TEM ORGULHO DE SER MAKUXI



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Conselho Nacional de Saúde  
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

PARECER Nº 896/2008

Registro CONEP: 15023 (Este nº deve ser citado nas correspondências referentes a este projeto)

CAAE – 0135.0.115.000-08

Processo nº 25000.149755/2008-06

Projeto de Pesquisa: "Educação Indígena Macuxi pelas ondas da FM Monte Roraima (2003-2008)".

Pesquisador Responsável: Antônia Costa da Silva

Instituição: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

CEP de origem: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Área Temática Especial: Populações indígenas

Patrocinador: Pesquisador responsável

Sumário geral do protocolo

O projeto pretende estudar as novas tecnologias dentro do processo de educação indígena por meio de um estudo de caso.

Por ser um instrumento dos meios de comunicação de massa, que presta grandes serviços à sociedade por meio da informação e do entretenimento, o rádio tem se transformado ao longo da existência.

O objetivo geral do estudo é verificar de que forma o programa "Vamos Aprender Macuxi" está possibilitando a revitalização dos valores étnicos e de cidadania dos indígenas da etnia macuxi. Os objetivos específicos incluem: verificar de que forma a comunicação radiofônica é percebida e como repercute no processo educacional da língua materna macuxi; e analisar o impacto da mensagem radiofônica do referido programa na comunidade indígena de Campo Alegre.

A ampliação tecnológica, particularmente dos meios de comunicação, promoveu um segmento novo de contiguidade, de compreensão recíproca, de elementos da educação e da comunicação ou vice-versa.

Desde o século XVIII o território dos Macuxi vem sendo invadido e sua cultura sendo transformada por causa do contato com o homem branco. Apesar de todo massacre, a maloca dos indígenas de Roraima, vive nas malocas preservando costumes, crenças, tradições e organização social própria. Porém, mesmo não existindo um estudo específico, estima-se que mais de 10 mil índios ou descendentes vivem na capital, Boa Vista, deixando suas terras tradicionais. A perda de identidade étnica geralmente vem precedida da perda da cultura e da língua, sendo que a língua reflete a cultura e a história de um povo e que tal conhecimento estabelece um tipo de comunhão entre as pessoas que as tornam capazes de lutar pela identidade desse povo.

Muitos Macuxi não falam mais a língua tradicional e por isso a valorização da língua macuxi tem sido uma prioridade das comunidades e do Conselho Indígena de Roraima. Atualmente, os povos indígenas vivem na insegurança, correm riscos constantes sob ameaças de suas vidas físicas e também culturalmente.

Os instrumentos a serem utilizados na pesquisa, serão as técnicas de: observação direta, entrevistas semi-estruturadas, aplicação de questionários e levantamentos de dados. Inicialmente será realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica, visando a uma melhor compreensão do estudo proposto. O segundo passo constará da pesquisa de campo onde será escolhida a amostragem populacional da maloca: Campo Alegre. Em seguida, será aplicado um questionário aos moradores destas malocas, especificamente para professores da língua materna da comunidade e depois serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com o público alvo da pesquisa que são os moradores da maloca, preferencialmente com os professores da língua materna (macuxi), para obter um maior número possível de informações. Os questionários serão aplicados envolvendo de cinco a dez moradores e constarão de questões que irão oferecer elementos importantes abrangendo itens diversos tais como: dados pessoais, escolaridade, dados familiares, profissão, etc. Em média serão entrevistadas quatro pessoas. Pretende-se também ouvir os dirigentes e funcionários da Rádio, numa amostra de três pessoas. Na abordagem

20 11 08 17:40

MS

33153701

p. 12

Cont. Parecer CONEP 896/2008.

metodológica qualitativo, as entrevistas permitirão captar como e de que forma o público alvo conhece e manifesta vontade de aprender a língua macuxi.

Sobre os critérios de inclusão e exclusão, página 51 (numeração do CEP) informa-se que serão incluídos no estudo todos os funcionários da emissora diretamente ligados à edição do Programa e à Direção da Rádio FM Monte Roraima; todos os envolvidos no processo de produção e apresentação do Programa; em relação aos ouvintes do Programa, será constituída uma amostragem do universo dos ouvintes residentes na comunidade Campo Alegre, estando representados os professores de língua materna, os jovens, os adultos e os idosos.

#### Apresentação do Protocolo

O currículo da pesquisadora responsável foi apresentado e está de acordo com a proposta da pesquisa.

O orçamento financeiro foi apresentado na página 18 (numeração do CEP) com um valor de R\$ 1.063,50. Foi informado que as despesas serão custeadas pela pesquisadora responsável.

Os instrumentos a serem utilizados no estudo estão apresentados em anexos (páginas 21 a 24, numeração do CEP).

A pesquisadora apresenta "Compromisso de obtenção de anuência" da Comunidade Campo Alegre, representada pelo Tuxaua, do Conselho Indígena de Roraima, da Associação dos Povos Indígenas de Roraima e da Organização dos Professores Indígenas de Roraima para a realização da referida pesquisa (página 52, numeração do CEP).

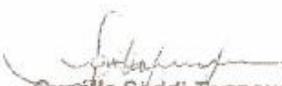
#### Comentários/Considerações

1. Estranha-se que já não se tenha feito um estudo aprofundado da bibliografia referente ao tema para propor o presente no projeto.
2. O cronograma do estudo foi apresentado e informa que a pesquisa de campo acontecerá entre agosto e outubro de 2008. Solicita-se atualização, tendo em vista que o protocolo ainda encontra-se em avaliação pelo sistema CEP/CONEP.
3. São apresentados 4 Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLEs endereçados a: professor, produtor e apresentador do Programa; Pe. Ronaldo Donac, idealizador do Programa; funcionários da rádio; ouvinte do Programa. Todos apresentam o mesmo conteúdo. O termo é objetivo, apresentando linguagem técnica. Consta uma solicitação da participação na pesquisa; a descrição do objetivo do estudo; o compromisso em manter o participante informado do andamento do estudo, bem como dos seus resultados; a privacidade e sigilo das informações; e a possibilidade de sair do estudo a qualquer momento. Não estão descritos os procedimentos que serão realizados na pesquisa (observação, questionários semi-estruturados, entrevistas) nem os possíveis benefícios do estudo para a comunidade (item III.1 da Resolução CNS 304/2000). Solicita-se adequação do termo descrevendo claramente os procedimentos, instrumentos de coleta de dados, os desconfortos e riscos possíveis, e os benefícios esperados.

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto, devendo o CEP verificar o cumprimento das questões acima, antes do início do estudo.

Situação: Protocolo aprovado com recomendação.

Brasília, 14 de novembro de 2008.

  
Gyselle Saddy Tannous  
Coordenadora da CONEP/CNS/MS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**Título do Projeto:

Educação Indígena Macuxi pelas ondas na Fm Monte Roraima (2003-2007),

Prezado(a) Tuxaua da comunidade do Campo Alegre, Sr. Jadson Evaristo da Silva

Como é de seu conhecimento, pois já enviei cópia do projeto ao CIR e a OPIR, propondo um estudo através da pesquisa realizar um registro de como a comunidade Campo Alegre acompanha as lições da língua Macuxi que são transmitidas pela Fm Monte Roraima.

Comprometo-me ainda, em informar sempre o andamento da pesquisa, ouvindo e discutindo sempre questões relativas ao estudo, acatando sugestões ligadas ao contexto de estudo e aos materiais escritos por vocês como: Atas de registro do movimento e relatórios, fotos e filmagens.

Nas reuniões da comunidade estaremos informando as atividades realizadas e em andamento, procurando mantê-los informados dos resultados concluídos. Faremos, ainda, um seminário para analisar e divulgar os resultados da pesquisa. Garantimos ainda a privacidade e o sigilo das informações antes que sejam discutidas com vocês.

Elucidamos, que, a qualquer momento, segundo seu julgamento, você poderá decidir se recusar a participar da pesquisa.

Eu, Jadson Evaristo da Silva,  
Tuxaua da Comunidade após ter lido e entendido claramente os objetivos do projeto de pesquisa " Educação Indígena Macuxi pelas ondas na Fm Monte Roraima (2003-2007), e após a leitura ter conversado com a professora Antonia Costa da Silva, responsável pela pesquisa, retirando minhas dúvidas, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE em participar deste trabalho.

Jadson Evaristo da Silva Data: 04/03/2008  
Assinatura

Eu, professora Antonia Costa da Silva, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa, assim como assumi o compromisso de continuar informando sobre o andamento do processo, estando aberta/disponível às críticas e sugestões dos participantes. (Contato: Universidade Federal de Roraima, Av. Ene Garcez S/N, bairro Aeroporto- Boa Vista -Roraima, telefone 36213170)

Antonia Costa da Silva Data 04 / 03 / 2008  
Assinatura

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**Título do Projeto:

Educação Indígena Macuxi pelas ondas na Fm Monte Roraima (2003-2007),

Prezado(a) Coordenador (a) da APIRR, Sra. Leoma Ferreira

Como é de seu conhecimento, pois já enviei cópia do projeto ao CIR e a OPIR, propondo um estudo através da pesquisa realizar um registro de como a comunidade Campo Alegre acompanha as lições da língua Macuxi que são transmitidas pela Fm Monte Roraima.

Comprometo-me ainda, em informar sempre o andamento da pesquisa, ouvindo e discutindo sempre questões relativas ao estudo, acatando sugestões ligadas ao contexto de estudo e aos materiais escritos por vocês como: Atas de registro do movimento e relatórios, fotos e filmagens.

Nas reuniões da comunidade estaremos informando as atividades realizadas e em andamento, procurando mantê-los informados dos resultados concluídos. Faremos, ainda, um seminário para analisar e divulgar os resultados da pesquisa. Garantimos ainda a privacidade e o sigilo das informações antes que sejam discutidas com vocês.

Elucidamos, que, a qualquer momento, segundo seu julgamento, você poderá decidir se recusar a participar da pesquisa.

Eu, Leoma Ferreira,  
coordenador (a) após ter lido e entendido claramente os objetivos do projeto de pesquisa "Educação Indígena Macuxi pelas ondas na Fm Monte Roraima (2003-2007), e após a leitura ter conversado com a professora Antonia Costa da Silva, responsável pela pesquisa, retirando minhas dúvidas, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE em participar deste trabalho.

Leoma Ferreira Data: 05/03/2008  
Assinatura

Eu, professora Antonia Costa da Silva, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa, assim como assumi o compromisso de continuar informando sobre o andamento do processo, estando aberta/disponível às críticas e sugestões dos participantes. (Contato: Universidade Federal de Roraima, Av. Ene Garcez S/N, bairro Aeroporto- Boa Vista -Roraima, telefone 36213170)

Antonia Costa da Silva Data 05/03/2008  
Assinatura

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**Título do Projeto:

Educação Indígena Macuxi pelas ondas na Fm Monte Roraima (2003-2007)

Prezado Coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima): Sr.

Dionito José de Souza

Como é de seu conhecimento, entrego em suas mãos a cópia do projeto Educação Indígena Macuxi pelas ondas na Fm Monte Roraima (2003-2007), propondo um estudo através da pesquisa realizar registros de como a comunidade de Campo Alegre acompanha as lições da língua Macuxi que são transmitidas pela Fm Monte Roraima.

Comprometo-me ainda, em informar sempre o andamento da pesquisa, ouvindo e discutindo sempre questões relativas ao estudo.

Nas reuniões do CIR, estaremos informando as atividades realizadas e em andamento, procurando mantê-los informados dos resultados concluídos. Faremos, ainda, um seminário para analisar e divulgar os resultados da pesquisa. Garantimos ainda a privacidade e o sigilo das informações antes que sejam discutidas com vocês.

Elucidamos, que, a qualquer momento, segundo seu julgamento, você poderá decidir se recusar a participar da pesquisa.

Eu, Dionito José de Souza,  
Coordenador do CIR, após ter lido e entendido claramente os objetivos do projeto de pesquisa "**Educação Indígena Macuxi pelas ondas na Fm Monte Roraima (2003-2007)**" e após a leitura ter conversado com a professora Antonia Costa da Silva, responsável pela pesquisa, retirando minhas dúvidas, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE em participar deste trabalho.

Ass. \_\_\_\_\_ Data: 04/03/2008  
Assinatura

Eu, professora Antonia Costa da Silva, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa, assim como assumi o compromisso de continuar informando sobre o andamento do processo, estando aberta/disponível às críticas e sugestões dos participantes. (Contato: Universidade Federal de Roraima, Av. Ene Garcez S/N, bairro Aeroporto- Boa Vista -Roraima, telefone 36213170)

Antonia Costa da Silva \_\_\_\_\_ Data 04/03/2008

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Título do Projeto:

Educação Indígena Macuxi pelas ondas na Fm Monte Roraima (2003-2007)

Prezado Coordenador (a) da OPIR (Organização dos Professores Indígenas de Roraima): Sr

(a) PIERLANGELA NASCIMENTO DA CUNHA

Como é de seu conhecimento, entrego em suas mãos a cópia do projeto Educação Indígena Macuxi pelas ondas na Fm Monte Roraima (2003-2007), propondo um estudo através da pesquisa realizar registros de como a comunidade de Campo Alegre acompanha as lições da língua Macuxi que são transmitidas pela Fm Monte Roraima.

Comprometo-me ainda, em informar sempre o andamento da pesquisa, ouvindo e discutindo sempre questões relativas ao estudo.

Nas reuniões da OPIR, estaremos informando as atividades realizadas e em andamento, procurando mantê-los informados dos resultados concluídos. Faremos, ainda, um seminário para analisar e divulgar os resultados da pesquisa. Garantimos ainda a privacidade e o sigilo das informações antes que sejam discutidas com vocês.

Elucidamos, que, a qualquer momento, segundo seu julgamento, você poderá decidir se recusar a participar da pesquisa.

Eu, PIERLANGELA NASCIMENTO DA CUNHA,

Coordenador da OPIR, após ter lido e entendido claramente os objetivos do projeto de pesquisa "**Educação Indígena Macuxi pelas ondas na Fm Monte Roraima (2003-2007)**" e após a leitura ter conversado com a professora Antonia Costa da Silva, responsável pela pesquisa, retirando minhas dúvidas, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE em participar deste trabalho.

Pierlangela Nascimento da Cunha  
Assinatura

Data 04/03/2008

Eu, professora Antonia Costa da Silva, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa, assim como assumi o compromisso de continuar informando sobre o andamento do processo, estando aberta/disponível às críticas e sugestões dos participantes. (Contato: Universidade Federal de Roraima, Av. Ene Garcez S/N, bairro Aeroporto- Boa Vista -Roraima, telefone 36213170)

Antonia Costa da Silva  
Assinatura

Data: 04/03/2008

# Conheça a nossa programação e sintonize

## FM Monte Roraima



### A Serviço da Vida e da Cidadania

A FM 107,9 Mhz, Rádio Monte Roraima é uma emissora ao serviço da evangelização, cidadania e educação da sociedade roraimense.

No AR desde 2002, a Monte Roraima conquista a cada dia a simpatia e a confiança do povo de Roraima.

A marca da 107,9 é a boa música, jornalismo responsável e a veiculação de mensagens de esperança e solidariedade.

A emissora está no AR 24 horas, sendo a programação local das 5 às 22 horas, entrando logo em seguida em cadeia com Rádio Aparecida (via satélite digital).

A Monte Roraima mantém as suas atividades a partir de contribuições voluntárias de sócio-amigo e do Apoio Cultural das empresas locais.

Para manter-se na linha da educação, cidadania e evangelização a Rádio não aceita recursos nem a interferência de grupos políticos-partidários.

Você pode ser um sócio-amigo da FM 107,9, ou, se é empresário, investir em Apoio Cultural em nossa emissora.

Preencha a ficha no final deste folheto ou entre em contato conosco. Nosso telefone é 3624-4522 ou 3624-4064.

Conheça a nossa programação e saiba como participar!

André Vasconcelos  
Diretor de Programação

<b>Clarin Brasil</b> Domingo – 10:00 a 12:00	<b>Idio Matos</b>
<b>Aléiter do Samba</b> Domingo – 12:00 a 14:00	<b>Edílson Albino</b>
<b>Clube do Chorinho</b> Domingo – 14:00 a 15:00	<b>Cláudio Batista</b>
<b>Planeta Love</b> Domingo – 19:00 a 22:00	<b>Roberto Basilio</b>
<b>Estilo Rock</b> Sábado – 18:00 a 19:00	<b>Victor Matheus</b>
<b>Clube do Rei</b> Sábado – 19:00 a 20:00	<b>Eduardo Figueiredo</b>
<b>Informe Esporivo</b> Seg a Sex – 12:30 a 12:45	<b>ESPORTE</b>
<b>Palavra de Vida</b> Seg a Sab – 7:55 a 8:00	<b>Gláudio Batista</b>
<b>Oração p/ um dia Feliz</b> Seg a Sab – 6:50 a 7:00 / 13:00 a 13:10	<b>EVANGELIZAÇÃO</b>
<b>Na Casa de Maria</b> Terça – 21:00 a 22:00	<b>Dom Roque Paloscki</b>
<b>Santo de Cada Dia</b> Seg a Dom – 5:05 a 5:10	<b>Pe. Edson Damian</b>
<b>Ángelos</b> Seg a Dom – 5:50 a 17:50	<b>Pe. Revislante</b>
<b>Faí Nesso</b> Seg a Sab – 11:50 a 12:00	<b>Diác. Augusto</b>
<b>Corri a Mito Aparecida</b> Seg a Dom – 22:00 a 5:00	<b>Ir. Irilda</b>
<b>Por Graça e Fé</b> Seg a Sex – 12:45 a 13:00	<b>Pe. Brito</b>
<b>Dicas p/ Catequese Renovada</b> Quarta – 9:50 a 10:00	<b>Rádio Aparecida</b>
<b>Saúde Dom de Deus</b> Quinta – 9:30 a 10:00	<b>Pastores Luteranos</b>
<b>Preparando a Festa</b> Quinta	<b>Meira Nogueira/Lucia/</b>
<b>Falando de Família</b> Sábado – 7:30 a 7:50 / Domingo – 7:00 a 7:20	<b>Luis Neves</b>
<b>Santa Missa</b> Domingo – 7:30 a 8:30	<b>Pe. Carlos Solange</b>
<b>Voz das Comunidades</b> Sábado – 15:00 a 17:00	<b>Pastoral da Família</b>
<b>Síntoma Jovem</b> Domingo – 15:00 a 15:30	<b>Evangelista/Evangeliz/ Pe. Paulo</b>
<b>Igreja e Missões</b> Domingo – 18:00 a 18:15	<b>P. da Juventude</b>
<b>Jornal Brasil Hoje</b> Noticiário Roraima Hoje	<b>Pe. Luizinho</b>
<b>Voz do Brasil</b>	<b>JORNALISMO</b>
	<b>ROR</b>
	<b>Nós Existimos</b>
	<b>Rádioráis</b>
	<b>Seg a Sab – 7:00 a 7:30</b>
	<b>Seg a Sex – 7:30 a 7:55</b>
	<b>Seg a Sex – 19:00 a 20:00</b>

#### VARIEDADES

**José Maria Carmeiro**  
**Márcia Seixas**  
**Áurea Vêras**  
**Stênio Barros**

#### EDUCAÇÃO E CIDADANIA

**Pe. Giannfranco e Argira Soares**  
**Evelene Paixão**  
**Pe. Cláudio Cassiano**

#### AA

**Janaina Souza**  
**Bebeco**  
**Dário Yanomami**  
**Mayra Colina**  
**Antônia Costa**

#### Margarete e Vanessa

#### Paulo Tadeu

#### Estudantes UFRR

#### Embrapa

#### Jô Nascimento

#### Professores OPIR

#### Professores OPIR

#### Elivaldo Silva

#### Genaldo França

#### Raimundo Siqueira e Orli

#### Vanja Coelho

#### Aureomar Mesquita

#### Ana Marques e Heruclindo Ribaro

#### MUSICAL

**Sintonia Sorfameia**  
Seg a Sab – 5:10 a 6:50  
**Jovens Harões**  
**Brasil Musical**  
Seg a Sab – 14:00 a 16:00  
**Música da Amazonia**  
Seg a Sab – 20:00 a 21:00  
**Cancão da Lembrança**  
Sábado – 20:00 a 22:00  
**Baio de Dots**  
Domingo – 8:30 a 10:00



**707,9**  
FM

A Serviço da Vida e da Cidadania

Conheça a

**Monte Roraima**

**FM**

**Emissora da Fundação José Allamano**

**3624-4064**

Rua Fernão Dias Paes Leme 11 - Calungá  
Cep: 69303-220  
Boa Vista - Roraima

Desejo tornar-me SÓCIO-AMIGO DA RÁDIO FM MONTE RORAIMA e assumo o compromisso de, mensalmente, contribuir com a importância de R\$ \_\_\_\_\_, para ajudar na manutenção de suas despesas.

Nome: \_\_\_\_\_

Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_ Data de Casamento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Tornando-me **SÓCIO-AMIGO DA RÁDIO FM MONTE RORAIMA** faço a seguinte opção, para pagamento da minha mensalidade

Enviar boleto de cobrança para meu endereço

Autorizo débito na minha conta corrente nº \_\_\_\_\_ Agência nº \_\_\_\_\_ Banco nº \_\_\_\_\_

Autorizo: Assinatura do Sócio-Amigo \_\_\_\_\_

*Makusi pe esenupan painîkon*  
**“Vamos aprender Makuxi”**

Apostila 2. Lições 13 a 25 do  
Programa de língua makuxi para a  
Rádio FM Monte Roraima

Realização:

OPIR (Organização dos Professores Indígenas de Roraima);  
Diocese de Roraima;  
PIC (Pastoral Indígena da Cidade) e  
Pastoral Indigenista

Boa Vista, Roraima  
*Julho 2005*

## Lição 13. Unmîri ya. Na minha roça.

&lt; música &gt;

Olá, amigas e amigos rádio ouvintes. Sejam bem-vindos ao nosso programa “Vamos aprender makuxi!” *Makuxi pe esenupan painikon!* Hoje é a décima terceira lição, *Unmîri ya*, “Na minha roça”. Vamos escutar a seguinte conversa em makuxi entre Maria e Sara:

(Maria) - *Î' pî awanî sîrîrî pe?*  
 (Sara) - *Unmîri ya' uutî sîrîrî pe.*

Maria pergunta *Î' pî awanî sîrîrî pe?* “O que você vai fazer hoje?” *Î' pî* quer dizer “o que”, *awanî* é o verbo “está”, e *sîrîrî pe* significa “hoje”. Notemos que em makuxi se usa o verbo *awanî*, “está”. A pergunta significa “a que você está hoje?” Em português porém, se usa o verbo “fazer”. Podemos ver, então, que cada língua tem seu jeito particular de expressar as ações.

Sara responde, *Unmîri ya' uutî sîrîrî pe*. Já aprendemos estas palavras: *Unmîri ya'* quer dizer “na minha roça”, *uutî* significa “eu vou”, e *sîrîrî pe* quer dizer “hoje”. Vamos repetir estas expressões.

(Maria) - *Î' pî awanî sîrîrî pe?* < pausa >  
 (Maria) - *Î' pî awanî sîrîrî pe?* < pausa >  
 (Sara) - *Unmîri ya' uutî sîrîrî pe.* < pausa >  
 (Sara) - *Unmîri ya' uutî sîrîrî pe.* < pausa >

Vamos escutar mais um trecho da conversa:

(Maria) - *Î' pî esenyakamai attî?*  
 (Sara) - *Ikuimaima moroopai ipîmî piya'tîima.*

Maria pergunta do seu parente *Î' pî esenyakamai attî?* “Você vai para trabalhar em que?” *Î' pî* significa “o que”. Há dois verbos na pergunta. *Attî* é o verbo principal: significa “você vai”. O verbo *esenyakamai* comprimenta o verbo *attî*. A raiz é *esenyakama*, “trabalhar”, e o sufixo *-i* expressa o objetivo da ação. *Esenyakamai* significa então “para trabalhar”.

Sara responde *Ikuimaima moroopai ipîmî piya'tîima*, “para limpá-la e começar a plantá-la”. O verbo *ikuimaima* é composto de três elementos: a raiz é *kuima*, “limpar”. O prefixo *i-* representa o objeto direto do verbo, no caso, a roça. O sufixo *-ima* indica uma ação ainda a ser realizada. *Ikuimaima* quer dizer então “para limpá-la”.

A palavra *moroopai* significa “e”. Logo há dois verbos. *Ipîmî* significa “plantá-la”. A raiz do verbo é *pîmî*, “plantar”, e o prefixo *i-* indica o objeto direto do verbo, a roça. O verbo *piya'tîima* é um verbo auxiliar. A raiz verbal é *piya'tî*, “começar”, e o sufixo *-ima* indica uma ação ainda a ser realizada. A expressão verbal *ipîmî piya'tîima* significa, então, “para começar a plantá-la”. Vamos praticar estas expressões.

- (Maria) - *Í' pî esenyakamai atti?* < pausa >  
 (Maria) - *Í' pî esenyakamai atti?* < pausa >  
 (Sara) - *Ikuimaima moroopai ipîmî piya'tiima.* < pausa >  
 (Sara) - *Ikuimaima moroopai ipîmî piya'tiima.* < pausa >

Escutemos mais um trecho da conversa:

- (Maria) - *Í' pînnen amîri amîiri ya'?*  
 (Sara) - *A'nai, kîse, sa', pînnen uurî.*

Maria pergunta a Sara, *Í' pînnen amîri amîiri ya'?* “O que você planta na sua roça?” *Í'* significa “que”, *pînnen* significa “plantando”, *amîri* quer dizer “você”, e *amîiri ya'* significa “na sua roça”. A forma do verbo, *pînnen*, “plantando”, é uma forma chamada “gerúndio”. Em português, o sufixo *-ndo* transforma o verbo em gerúndio: “plantando”, “comendo”, etc. Em makuxi, o sufixo *-nen* forma o gerúndio do verbo. Na palavra *pînnen*, a raiz *pîmî* perde a sílaba final, *mî*, e o sufixo *-nen* é colocado para formar o gerúndio *pînnen*, “plantando”. Vamos praticar esta forma.

- (Maria) - *pînnen* < pausa >  
 (Maria) - *pînnen* < pausa >

O parente de Maria responde o que planta: *A'nai, kîse, sa', pînnen uurî*. A palavra *a'nai* significa “milho”, *kîse* significa “mandioca”, *sa'* significa “batata”, e *pînnen* quer dizer “plantando”. *Uurî* é o pronome “eu”. Notemos que a expressão *pînnen uurî*, se traduz por “eu planto” em português. Vamos repetir estas expressões.

- (Maria) - *Í' pînnen amîri amîiri ya'?* < pausa >  
 (Maria) - *Í' pînnen amîri amîiri ya'?* < pausa >  
 (Sara) - *A'nai, kîse, sa', pînnen uurî.* < pausa >  
 (Sara) - *A'nai, kîse, sa', pînnen uurî.* < pausa >

A conversa continua.

- (Maria) - *Anî' apûikatînen eesenyakamoto' pî?*  
 (Sara) - *Upûikatînenan umukuyamî'.*

Maria pergunta, *Anî' apûikatînen eesenyakamoto' pî?* “Quem ajuda você no seu trabalho?” Já aprendemos que *anî'* quer dizer “quem”. O verbo *apûikatînen* é a forma do gerúndio. A raiz é *pûikatî*, “ajudar”. O sufixo *-nen* transforma o verbo em gerúndio, *pûikatînen*, “ajudando”. O prefixo *a-* indica a segunda pessoa do singular, “você”. O verbo *apûikatînen* significa então, “ajudando você”.

A expressão *eesenyakamoto' pî* quer dizer “no seu trabalho”. O substantivo *eesenyakamoto'* significa “trabalho”. Para dizer “seu trabalho”, a vogal inicial é alongada: *eesenyakamoto'*. A posição *pî* indica a segunda pessoa, “seu”. Vamos praticar estas palavras:

- (Maria) - *apüikatînen* < pausa >  
 (Maria) - *apüikatînen* < pausa >  
 (Maria) - *eesenyakamoto* < pausa >  
 (Maria) - *eesenyakamoto* < pausa >

Sara responde *Upüikatînenan umukuyamî*, “os meus filhos me ajudam”. Mais uma vez, observemos que a forma do verbo é um gerúndio: *upüikatînenan*. A raiz do verbo é *püikatî*, “ajudar”. O sufixo *-nen* forma o gerúndio, e outro sufixo, *-an*, indica o plural. *Püikatînenan* quer dizer “ajudando” ou “ajudantes”. Quando o prefixo da primeira pessoa, *u-*, é colocado, a forma é *upüikatînenan*, “meus ajudantes”. Pode ser traduzido por “me ajudam”.

A palavra *umukuyamî* significa “meus filhos”. O prefixo *u-* indica a primeira pessoa do singular, e o sufixo *-yamî* indica o plural: *umukuyamî*, “meus filhos”. Vamos repetir estas expressões.

- (Maria) - *Anî' apüikatînen eesenyakamoto' pî?* < pausa >  
 (Maria) - *Anî' apüikatînen eesenyakamoto' pî?* < pausa >  
 (Sara) - *Upüikatînenan umukuyamî'.* < pausa >  
 (Sara) - *Upüikatînenan umukuyamî'.* < pausa >

Vamos fazer uma pausa para escutar uma música.

< música >

Agora escutemos o último trecho da conversa.

- (Maria) - *Tarî e'kî maasa, uutî tanne.*  
 (Sara) - *Inna.*  
 (Maria) - *Morî pe man. Witînpî wai.*  
 (Sara) - *Inna moriya.*

Maria vai se despedir do Sara. Ela diz, *Tarî e'kî maasa, uutî tanne*, “Fique aqui ainda, enquanto eu vou”. A palavra *tarî* quer dizer “aqui”, o verbo *e'kî* quer dizer “fique”, e o advérbio *maasa* quer dizer “ainda”. O verbo *e'kî* é a forma do imperativo, ou seja, expressando uma ordem, “fique”. O verbo é composto da raiz *e'*, que significa “ser, estar”, e o sufixo *-kî*, que indica o imperativo no singular: *e'kî*, “fique”. Vamos praticar estas palavras.

- (Maria) - *e'kî* < pausa >  
 (Maria) - *e'kî* < pausa >  
 (Maria) - *Tarî e'kî maasa* < pausa >  
 (Maria) - *Tarî e'kî maasa* < pausa >

Na pergunta a Maria, ela diz *uutî tanne*, “enquanto eu vou”. Já aprendemos que o verbo *uutî* quer dizer “eu vou”. A palavra *tanne* é uma conjunção, que significa “enquanto”. Em makuxi a conjunção vem sempre no final da expressão, *uutî tanne*. Em português, ao contrário, a conjunção vem no início da expressão, “enquanto eu vou”.

Sara responde simplesmente *inna*, “sim”. Maria logo diz, *Morîi pe man. Wîtînpî wai*. Já aprendemos que *Morîi pe man* significa “está bom”. A expressão *Wîtînpî wai* quer dizer “já vou”. O verbo principal é *wîtînpî*, que significa “ir”. O verbo auxiliar é *wai*, “eu estou”. Sara responde *inna moriya*, “sim então”. Vamos praticar estas expressões.

(Maria)	- <i>Tarî e 'kî maasa, uutî tanne.</i>	< pausa >
(Maria)	- <i>Tarî e 'kî maasa, uutî tanne.</i>	< pausa >
(Sara)	- <i>Inna.</i>	< pausa >
(Sara)	- <i>Inna.</i>	< pausa >
(Maria)	- <i>Morîi pe man. Wîtînpî wai.</i>	< pausa >
(Maria)	- <i>Morîi pe man. Wîtînpî wai.</i>	< pausa >
(Sara)	- <i>Inna moriya.</i>	< pausa >
(Sara)	- <i>Inna moriya.</i>	< pausa >

Obrigado, amiga e amigo, por ter acompanhado nossa décima terceira lição do makuxi. Convidamos você a sintonizar conosco para as lições de makuxi, de 2ª a 6ª-feira. *Uutî sîrîrî. - Inna.*

< música >

#### Lição 14. *Wîtî koneekanen. Construindo a casa.*

< música >

Olá, amigas e amigos rádio ouvintes. Sejam bem-vindos ao nosso programa “Vamos aprender makuxi!” *Makuxi pe esenupan painîkon!* Hoje é a décima quarta lição, *Wîtî koneekanen*, “Construindo a casa”. Vamos escutar a seguinte conversa em makuxi entre Maria e Roberto:

(Maria)	- <i>Ayewî' ton koneekaya?</i>
(Roberto)	- <i>Inna, ikonekauya.</i>

Maria pergunta a Roberto: *Ayewî' ton koneekaya?* “Você está construindo sua casa?” Na lição 3, aprendemos que *ayewî'* quer dizer “sua casa”. O substantivo *yewî'* significa “casa”, e o prefixo *a-* indica a segunda pessoa, “você”. A posposição *ton* significa “em benefício de”, ou “para”. O verbo *koneekaya* é composta da raiz *koneeka*, “construir”, e o sufixo ergativo *-ya*, que sozinho, indica a segunda pessoa do singular, “você”. *Koneekaya* quer dizer “você constrói, você está construindo”, e a pergunta toda, *Ayewî' ton koneekaya?*, se traduz por “Você está construindo sua casa?” Notemos mais uma vez, que a ordem das palavras é ao contrário do português: a expressão *ayewî' ton* vem antes do verbo *koneekaya*.

Roberto responde, *Inna, ikonekauya*, “sim, eu estou construindo-a”. *Inna* significa “sim”. O verbo *ikonekauya* quer dizer “eu estou construindo-a”. O prefixo *i-* indica o objeto direto do verbo, *konekauya*, ou seja, a casa. O verbo *konekauya* é composto da raiz *koneka*, “construir”, e dois sufixos: *-u*, indica a primeira pessoa do singular, “eu”, e *-ya* é o sufixo ergativo que indica o sujeito da ação. Vamos praticar estas expressões.